



## DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

### Sumário

PREGÃO ELETRÔNICO 038/2025 - RESULTADO DA ANÁLISE DE AMOSTRAS	3
PREGÃO ELETRÔNICO 038/2025 - AVISO DE RETOMADA	4
PREGÃO ELETRÔNICO 026/2025 - RESULTADO DA PROVA DE CONCEITO	5
PREGÃO ELETRÔNICO 026/2025 - AVISO DE RETOMADA	10
FUSAM - CONVOCAÇÃO DO CONCURSO 001/2025.	11
FUSAM - JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO.	12
FUSAM - EDITAL DE LICITAÇÃO - AQUISIÇÃO DE SORO FISIOLÓGICO 100ML – ENTREGA ÚNICA.	13
SMDS - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 04/2025.	14
SMDS - EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 03/2025.	121
SMDS - EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 04/2025.	122
SMDS - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 03/2025.	123
LEI N.º 6346, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, O MÊS MAIO LARANJA, DEDICADO ÀS AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	199
LEI N.º 6347, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE FEIRAS MÓVEIS EM PRAÇAS PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	200
LEI N.º 6348, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - INSTITUI A PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, REVOGA A LEI N.º 3.673, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1998.	202
DECRETO N.º 5254, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025 - NOMEIA OS	213

OUTUBRO DE 2025

## Diário Oficial

Edição nº 659/2025

### Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:  
<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

**Prefeitura Municipal de Caçapava**  
**CNPJ:** 45.189.305/0001-21  
**Endereço:** Rua Cap. Carlos de Moura, 243  
**Telefone:** (12) 3654-6600  
**Site:** <https://cacapava.sp.gov.br>

**Câmara Municipal de Caçapava**  
**CNPJ:** 48.408.496/0001-63  
**Endereço:** Praça da Bandeira, 151  
**Telefone:** (12) 3654-2000

**FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)**  
**CNPJ:** 50.453.703/0001-43  
**Endereço:** Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP: 12281-450  
**Telefone:** (12) 3654-8800  
**E-mail:** [comunicacao@fusam.com.br](mailto:comunicacao@fusam.com.br)

**MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA DE CAÇAPAVA –  
CMPDCN, PARA A GESTÃO 2025/2029.**

**DECRETO N.º 5255, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025 - ALTERA O  
DECRETO Nº 4878, DE 3 DE JANEIRO DE 2023.** 215

**DECRETO N.º 5257, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE O  
EXPEDIENTE NAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, RELATIVO AO  
DIA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** 217

**SMCT - ARTISTAS CONTRATOS PARA OS EVENTOS DO MÊS DE  
OUTUBRO POR MEIO DO EDITAL Nº 001/SMCT/2025 –  
CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS, ARTISTAS E TRABALHADORES DE  
ARTE E CULTURA - PROGRAMA VIVA A CULTURA.** 218

**SMCT - ARTISTAS CONTRATOS PARA ATENDIMENTO DO PROJETO  
BAMAC – BANDA MARCIAL DE CAÇAPAVA NO MÊS DE OUTUBRO  
POR MEIO DO EDITAL Nº 001/SMCT/2025 – CREDENCIAMENTO DE  
MÚSICOS, ARTISTAS E TRABALHADORES DE ARTE E CULTURA -  
PROGRAMA VIVA A CULTURA.** 221



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR

OFÍCIO Nº 247/2025/DME/SME

Caçapava, 30 de setembro de 2025.

Ao  
Departamento de compras e licitações

**Assunto: Aquisição de Lanches, Mini Pães e Frutas Processadas**  
**Processo 5024/2025 - Pregão E 38/2025 – Análise de amostras**

Ao trigésimo dia do mês de setembro do corrente ano, reuniram-se Sidnei Sanita, Secretário Municipal de Educação, em substituição ao Diretor do Departamento, Adrinéia Cristina Campos Carvalho, nutricionista técnico responsável, Aline Fernanda Silvestre Silva e Ana Lúcia de Souza – Conselho Municipal de Alimentação Escolar e Andresa Eleutério Coelho – merendeira deste Departamento, para análise das amostras, apresentadas pela empresa Lacerda Refeições Ltda, classificada como segunda colocada nos itens:

**Empresa: Lacerda Refeições Ltda**

Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 13, 14, 15, 16 e 18 – atendendo plenamente aos requisitos do edital quanto a amostra

Situação: **Classificado**

Segue para demais providências,

Sem mais, subscrevo-me.

ALINE FERNANDA SILVESTRE SILVA

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

ANA LÚCIA DE SOUZA

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

ANDRESA ELEUTÉRIO COELHO

Merendeira – matrícula 7823

ADRINEIA CRISTINA CAMPOS CARVALHO

Nutricionista CRN3 – nº 3376

SIDNEI SANITA

Secretário Municipal de Educação

Rua João Gomes da Motta, 175, Village Miranda, Caçapava - SP  
CEP: 12.287-430 / Tel. (12) 3652-9259 / merenda.escolar@cacapava.sp.gov.br





# Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

## SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

### AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

**Pregão Eletrônico nº 038/2025 – Processo Administrativo nº 5024/2025**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE LANCHES, MINI PÃES E FRUTAS PROCESSADAS**

O Município de Caçapava comunica a todos os licitantes que será retomada a etapa do Pregão Eletrônico mencionado acima, em razão da publicação da **Análise das Amostras**, nesta edição do Diário Oficial do Município. A Sessão Pública será retomada no dia 03/10/2025 às 09h30min, no endereço eletrônico: [www.comprascacapava.com.br](http://www.comprascacapava.com.br), quando será dada continuidade ao certame.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP  
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





**Prefeitura Municipal de Caçapava**  
**CNPJ 45.189.305/0001-21**  
**Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava-SP**  
**CEP: 12.280-050**

---

### **ATA DE PROVA DE CONCEITO**

**PREGÃO N° 026/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4161/2025**

**OBJETO:** Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos do artigo 6, Inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/21.

**Integram a contratação:**

Licenciamento de uso de sistema de Gestão Pública (ERP) em nuvem para o Ente Municipal, englobando os módulos a serem descritos no Termo de Referência e disponibilizados também ao Poder Legislativo e Entidades da Administração Indireta;

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:**

Aos 29 do mês de setembro de 2025 iniciou as 13horas até as 12horas do dia 30 do mesmo mês, na Prefeitura de Caçapava, estando presentes representantes da Prefeitura, Câmara e FUSAM, conforme lista de presença em anexo e o Representante da empresa CONAM Consultoria em Administração Municipal Ltda, que indicou seus técnicos para a demonstração, vencedora provisória do certame, para acompanhamento da Prova de Conceito, indicada no Item 4.18 do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico 026/2025, Processo Administrativo 4161/2025.

Foram demonstrados todos os itens obrigatórios indicados no item 4.18 entre os subitens 4.18.1 a 4.18.1.21.21 do Edital.

Após análise da comissão, instituída por Portaria número PORTARIA N° 82/GAB, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025 anexa a esta Ata, a demonstração ocorreu de maneira tranquila, e em conformidade, sendo atendidos todos os itens obrigatórios e sanadas todas as dúvidas, conforme atestado pelos representantes da comissão.

Foi identificado pela equipe do tributo Imobiliário, um Item não obrigatório, sendo passível de desenvolvimento no modulo de tributos imobiliário MTI, na parte de desdobro onde no município de Caçapava somente é permitido ser concretizado se o imóvel não possuir dívidas e será desenvolvido posteriormente.

Encerrados os trabalhos, com a aprovação da demonstração, e a confirmação do atendimento por parte da empresa CONAM Consultoria em Administração Municipal Ltda de todos os sub itens tidos como essenciais, listados acima, segue esta Ata para a Pregoeira do certame, para continuidade dos trabalhos.



**Prefeitura Municipal de Caçapava**  
**CNPJ 45.189.305/0001-21**  
**Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava-SP**  
**CEP: 12.280-050**

**Caçapava, 30 de setembro de 2025**

**Assinam abaixo**

**Fusam**

Kelem Karla de Lima. Mat. 3847

**Câmara**

Denise Gonçalves  
Matrícula 90198

Flávio Silva Damásio  
Matrícula 90463

**Município de Caçapava**

Daiane Lucena Sousa

matr. 7878

Fabiana Silvestres Martins

matrícula 3722

CONAM Consultoria em Administração Municipal Ltda

pp. Luis Alberto Bergamim

Bruna Akemi Maia Poderoso  
Secretária de Finanças



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

## PORTARIA Nº 82/GAB, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025

*Nomeia a Comissão da Prova de Conceito referente ao Pregão Eletrônico nº 026/2025.*



*Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,*

### RESOLVE

**Art. 1º** Fica nomeada a Comissão da Prova de Conceito referente ao Pregão Eletrônico nº 026/2025 - "contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software ERP (SOFTWARE AS E SERVICE - SAAS)".

**Art. 2º** A Comissão será formada pelos seguintes membros:

- a) Fabiana Silvestre Martins – matrícula 3722 – Prefeitura de Caçapava;
- b) Daiane Lucena Sousa - matrícula 7878 – Prefeitura de Caçapava;
- c) Kelem Karla de Lima - matrícula 3847 – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava;
- d) Denise da Silva Gonçalves - matrícula 90198 - Câmara Municipal;
- e) Flávio Silva Damásio - matrícula 90463 - Câmara Municipal.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 25 de setembro de 2026.

**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 26 de setembro de 2025.**










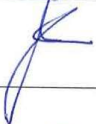


YAN LOPES DE ALMEIDA:461534918  
12  
DR. YAN LOPES DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

## Lista de presença da Prova de Conceito da licitação de Software

	Nome	Matrícula	Modulo	Assinatura
Câmara	Salvia Crestiane Lima	90464	Siafic(Romane)	[Assinatura]
	Michelle T.F Santos	8586	Modulo de Empreendedor	[Assinatura]
	Claudia Valerio	3008	Mod de Empreendedor	[Assinatura]
	Ana Carolina Vilela	440212	na u	[Assinatura]
Câmara	Jenny Gonçalves	90198	Protocolo	[Assinatura]
Câmara	José Nave	90570	Protocolo	[Assinatura]
	Juliana P. Lima Viana	7383	Protocolo	[Assinatura]
	Elanara Monteiro Cogen	8931	Dados Subito	[Assinatura]
	FABIO TANAKA	6023	IPW/TABUROS	[Assinatura]
	Georgina de Souza J.	7981	STI	[Assinatura]
usam	Angela Vargas Galvão de Mota	1510	SIAP	[Assinatura]
	Danielle Ap. B. Leite	8885	SIAP	[Assinatura]
	Ignacio Pereira Becker	9907	SIAP	[Assinatura]
AMARA	Antonio E. da SILVA	90191	SIAB	[Assinatura]
imara	Bruno dos S. Marques	90566	Transparência	[Assinatura]
AMARA	Flávio Silva DAMASIO	90463	PATRIMÔNIO	[Assinatura]
AMARA	Monik Helen Menezes SILVA	90496	PATRIMÔNIO/compes	[Assinatura]
Amara	Ava Gabriela G. Sampaio	90534	PATRIMÔNIO	[Assinatura]
	Márcio Luís Travençolo	7906	SIAM	[Assinatura]
	ISMAR DE SOUZA RAMOS	440015	PATRIMÔNIO	[Assinatura]
	Jean de Castro Gilla	410194	MGC	[Assinatura]
	Marcia Lino M. Aguiar	6010	modulo de Empreendedor	[Assinatura]
	MARCELO RONCONI JR	440217	Modulo de Empreendedor	[Assinatura]
	Caroline Apa Strubli Ferreira	9980	Modulo de Empreendedor	[Assinatura]

## Lista de presença da Prova de Conceito da licitação de Software

Nome	Matrícula	Modulo	Assinatura
Amanda de Oliveira Gonçalves	2807	SIAFIC controle Interno FUSPM	
Marcela Custineu Duarte Oliveira	3327	SIAFIC Controle Interno FUSPM	
Claudia de Lima Rocha	9117	SIAFIC Contabilidade	
Marcia Silva	4104	Tesouraria	
Helena Lima	3847	SIAFIC controle interno	
MURILO HENRIQUE SAITO	102037	SIAFIC. CONTABILIDADE	
Nelyse Mª de Mello-tarin	2149	SIAFIC contabilidade	
Daniela Luiza Sousa	7878	Siafic	
Andréia B. Oros	7944	Bi Controle Interno	
FABIO KASHIWAGI	9900	Bi	
Mariana Oliveira	440036	metafiscal	
Bruno Tabata	7747	Terceiro setor	



# Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

## SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

### AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

**Pregão Eletrônico nº 026/2025 – Processo Administrativo nº 4161/2025**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE ERP (SOFTWARE AS E SERVICE - SAAS)**

O Município de Caçapava comunica a todos os licitantes que será retomada a etapa do Pregão Eletrônico mencionado acima, em razão da publicação da **Ata de Realização da Prova de Conceito (POC)**, nesta edição do Diário Oficial do Município. A Sessão Pública será retomada no dia 06/10/2025 às 09h30min, no endereço eletrônico: [www.comprascacapava.com.br](http://www.comprascacapava.com.br), quando será dada continuidade ao certame.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP  
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21



**CONCURSO PÚBLICO 001/2025**

Divulgamos abaixo a relação dos candidatos convocados nesta etapa.

Apresentar-se à FUSAM – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava, no setor de Departamento Pessoal, no endereço Rua Dr. Pereira de Mattos, 63 – Centro, Caçapava/SP, até dia 30/09/2025. Em caso de dúvidas, ligar para (12) 3654-8800.

**ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS**

4º JAQUELINE MARIA DOS SANTOS ALVES

Caçapava, 29 de setembro de 2025

---

Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 – Centro – Caçapava/SP - CEP 12.281-450      Telefone: (12) 3654.8800

Inscrição Municipal 6143

CNPJ 50.453.703/0001-43

**A FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA,****Julgamento de Impugnação**

Por intermédio de sua Comissão de Contratação e Equipe de Apoio e em conformidade com a Presidente da Fusam – Senhora Marcela Aparecida da Silva França comunica a **Improcedência da Impugnação** interposta pela empresa **Y.R. Distribuidora de Produtos e Serviços Ltda** referente ao edital do **Processo nº 059/2025 – Pregão Eletrônico nº 030/2025 - SRP nº 021/2025 - Objeto - Aquisição de Material de Limpeza e Desinfecção de Áreas Hospitalares, designando a abertura da sessão para o dia 14/10/2025 às 09h30min** através do portal: <HTTPS://www.licitafusamcacapava.com.br> com as exigências técnicas solicitadas em Edital alteradas. Caçapava, 01/10/2025.

**FUSAM - FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA****CNPJ: 50.453.703/0001-43****Edital de Licitação**

Levamos ao conhecimento dos interessados que se encontra aberta a seguinte modalidade:

**Processo Licitatório nº. 071/2025 - Pregão Eletrônico nº. 035/2025 - Objeto - Aquisição de Soro Fisiológico 100ML – ENTREGA ÚNICA**, Abertura da sessão será pela plataforma: <https://www.licitafusamcacapava.com.br> no dia **15/10/2025 às 09h30min;** Edital completo está disponível em: [www.fusam.com.br](http://www.fusam.com.br) <https://www.licitafusamcacapava.com.br> e PNCP. Caçapava, 01/10/2025. **Marcela Aparecida da Silva França** – Presidente da FUSAM.

Avenida Dr. Pereira de Mattos, 63 – Centro – Caçapava/SP

[licitacoes@FUSAM.com.br](mailto:licitacoes@FUSAM.com.br)

Inscrição Municipal 6143

CNPJ 50.453.703/0001-43



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6030/2025**

O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, e considerando as disposições da Resolução CNAS nº 109/2009, torna público o presente Edital, visando à seleção de Organização da Sociedade Civil para execução integrada dos serviços de Centro Pop (Incluindo Abordagem Social) e Casa de Passagem, ambos vinculados à Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

#### **1. PROPÓSITO DO EDITAL**

- 1.1. A finalidade do presente Edital de chamamento público é selecionar Organizações da Sociedade Civil para a prestação de serviços de:
- 1.2. - Centro POP tem por finalidade oferecer atendimento especializado à população em situação de rua, durante o período diurno, com foco em acolhida, escuta, construção de vínculos, acesso à documentação, e articulação com a rede de serviços, visando à superação da situação de rua.
- 1.3. - A Casa de Passagem, por sua vez, é medida provisória de acolhimento institucional noturno, para ambos os sexos, em instalações separadas, garantindo proteção social imediata, segurança, alimentação e pernoite às pessoas em situação de rua ou em trânsito.
- 1.4. Ambos os serviços deverão funcionar de forma complementar, integrada e articulada, respeitando os princípios de dignidade, não discriminação, escuta qualificada e proteção social, conforme os marcos normativos do SUAS, a Política Nacional para a População em Situação de rua e os parâmetros locais definidos pela gestão municipal).

#### **2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

- 2.1. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituída pela Resolução CNAS número 109, de 22 de março de 2019, do Conselho Nacional de Assistência Social que dispõe, dentre os serviços da Alta Complexidade, o acolhimento institucional, com o objetivo de garantir proteção especial para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento no momento em que se requer o acolhimento;
- 2.2. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 2.3. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.
- 2.4. O Centro POP (Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua) integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Deve
- 2.5. “Assegurar trabalho social de abordagem e acompanhamento especializado (...) a indivíduos e famílias em situação de rua, que possibilite a construção de novos projetos de vida, com foco na reinserção social e no acesso à rede de serviços e a benefícios socioassistenciais...” (Objetivos Gerais do Centro-Pop, Anexo I, (Resolução CNAS nº 109/2009))
- 2.6. Nesse sentido, o Centro POP contribui para a reconstrução de vínculos interpessoais e familiares e deve funcionar no período diurno, oferecendo: Acolhida e escuta qualificada; Apoio na construção de vínculos familiares e comunitários; Encaminhamento para emissão de documentação civil; Encaminhamentos à Casa de Passagem, para alimentação durante a permanência no serviço (café da manhã, almoço e jantar); Acesso a benefícios socioassistenciais e à rede pública intersetorial (saúde, trabalho, educação etc.); Promoção da autonomia, da dignidade e da cidadania das pessoas em situação de rua.
- 2.7. O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), articulado ao Centro POP e à Casa de Passagem, tem como objetivo realizar a busca ativa e o acompanhamento contínuo de pessoas em situação de rua, por meio de ações planejadas que promovam: Escuta qualificada; Criação de vínculos de confiança; Inserção gradual nos serviços da rede socioassistencial. O serviço deve realizar encaminhamentos ao Centro POP, como porta de entrada para o acompanhamento técnico, e, em situações emergenciais ou excepcionais, encaminhar o usuário diretamente à Casa de Passagem, de forma justificada e conforme regras previamente pactuadas por Portaria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O SEAS deve respeitar os princípios da: Não-coerção; Escuta qualificada; Abordagem humanizada, conforme orienta a Resolução CNAS nº 40/2020, que trata das especificidades da atuação com pessoas em situação de rua, e a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009).

### **3. JUSTIFICATIVA**

- 3.1. A existência de pessoas em situação de rua constitui um fenômeno multifacetado, que não pode ser explicado por um prisma monocausal. Deve ser compreendido a partir de uma multiplicidade de fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, desigualdade social, mudanças econômicas e institucionais), biográficos (alcooolismo, uso e abuso de substâncias psicoativas, rupturas nos vínculos familiares, sofrimento mental, perda de todos os bens) e ambientais

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

(desastres naturais como enchentes, incêndios, desabamentos), que impactam diretamente na condição de vulnerabilidade extrema, exigindo resposta integrada da política de assistência social.

- 3.2. De acordo com o Decreto nº 7.053/2009, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, utilizando os espaços públicos como forma de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente. Em resposta a essa realidade, justifica-se a contratação de Organização da Sociedade Civil para execução integrada dos seguintes serviços:
  - 3.3. Casa de Passagem, como medida provisória de acolhimento institucional noturno;
  - 3.4. Centro POP, como equipamento de referência para atendimento especializado no período diurno;
  - 3.5. Serviço Especializado em Abordagem Social, articulado a ambos, como porta de entrada ativa para a rede socioassistencial.
  - 3.6. Esses serviços visam garantir a proteção social especial de média e alta complexidade, o acesso a direitos, a dignidade e a reinserção social de pessoas em situação de rua, conforme preveem a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), a Resolução CNAS nº 40/2020 e o próprio Decreto nº 7.053/2009.
  - 3.7. A integração entre os serviços de abordagem social, Centro POP e Casa de Passagem garante a efetividade da política pública de assistência social no atendimento à população em situação de rua, com foco na proteção social imediata, no fortalecimento de vínculos e na reinserção social, em consonância com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) e os princípios do SUAS.

#### **4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO**

- 4.1. Poderão participar deste Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, conforme definidas no art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei Federal nº 13.019/2014, que:
  - I. Estejam legalmente constituídas no país, ou, se estrangeiras, autorizadas a funcionar no território nacional;
  - II. Apresentem objetivos estatutários compatíveis com o objeto deste Chamamento;
  - III. Estejam devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de seu município de sede ou atuação, conforme Resolução CNAS nº 14/2014;
  - IV. No caso de OSC sediada fora do Município de Caçapava/SP, deverá providenciar sua inscrição no CMAS de Caçapava no prazo de até 30 (trinta) dias após a celebração do Termo de Colaboração, sob pena de suspensão de repasses e rescisão da parceria;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- V. Apresentem toda a documentação exigida neste Edital, inclusive o Plano de Trabalho conforme modelo proposto;
- VI. Assinem e apresentem a Declaração de Ciência e Concordância (Anexo I), afirmando que estão cientes e concordam com as disposições deste Edital e seus anexos, e que se responsabilizam pela veracidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.
- VII. As OSC interessadas poderão participar do Plano de trabalho individualmente ou nos dois (Centro POP e Casa de Passagem).

**5. REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

- 5.1. Para a celebração do Termo de Colaboração, a OSC deverá atender os requisitos elencados no Anexo IV.
- 5.2. Experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, podendo ser comprovado por instrumentos de parcerias anteriores mediante convênio com quaisquer administrações públicas relativas ao respectivo objeto, e adicionalmente, pela inscrição ativa e certificação junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

**6. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DOS PROJETOS SOCIOASSISTENCIAIS**

- 6.1. A Comissão de Seleção é o órgão competente para processar e julgar o presente chamamento público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/14.
- 6.2. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos do (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.019/14);
- 6.3. A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, solicitar assessoramento técnico de profissional com notório conhecimento e experiência na Política de Assistência Social, especialmente no atendimento à população em situação de rua e/ou no serviço de acolhimento institucional.  
Esse profissional poderá ser integrante da própria Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, desde que não esteja diretamente vinculado à execução de propostas concorrentes, resguardando-se a imparcialidade do processo.
- 6.4. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências e /ou solicitar documentações para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelos inscritos ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 6.5. Nenhum membro da Comissão de Seleção poderá participar de forma alguma de projeto concorrente ou ter quaisquer vínculos profissionais com as propostas apresentadas, ou de parentesco com os proponentes

**7. QUADRO DE DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS, TOTAL DE ATENDIMENTOS ESTIMADOS E VALOR MENSAL PREVISTO**

Tabela 1 – Centro POP

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TOTAL DE VAGAS MÊS	VALOR DE REFERÊNCIA POR USUÁRIO	VALOR MENSAL	DOTAÇÃO 2025
1 Centro POP	132 usuários mensais	R\$ 328,79	R\$ 43.400,00	Despesa 5765 Órgão - 07.11.00 Econômica .33.50.39.00 Função 245.4016.2518 Fonte 91 Cód Aplic 5100000

Tabela 2 – Casa de Passagem

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TOTAL DE VAGAS MÊS	VALOR DE REFERÊNCIA POR USUÁRIO	VALOR MENSAL	DOTAÇÃO 2025
1 Casa de Passagem	132 usuários mensais com até 420 Pernoites	R\$ 155,00	R\$ 65.100,00	Despesa 5765 Órgão - 07.11.00 Econômica .33.50.39.00 Função 245.4016.2518 Fonte 91 Cód Aplic 5100000

- 7.1. Os recursos destinados à execução das parcerias de que trata este Edital são provenientes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social destinado aos serviços da Rede de Proteção Especial.
- 7.2. Os recursos estimados com base na média atual dos serviços, somam o valor mensal de R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais) no exercício de 2025 e subsequentes. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

**8. DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS**

- 8.1. As liberações de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil selecionada obedecerão ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, o qual deverá manter consonância com as metas e etapas de execução da parceria.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 8.2. O repasse estará condicionado ao cumprimento dos prazos e entregas estabelecidos, observando-se o disposto no art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014, que determina que os recursos públicos somente serão liberados conforme a necessidade da execução do objeto pactuado, resguardando a boa gestão dos recursos públicos.

**9. DAS DESPESAS E RESPONSABILIDADES NA EXECUÇÃO FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 9.1. Nas contratações, na realização de despesas e nos pagamentos efetuados com recursos oriundos da presente parceria, a Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá observar rigorosamente o disposto no instrumento jurídico firmado, no respectivo Plano de Trabalho e na legislação aplicável, especialmente o que determinam os incisos XIX e XX do art. 42, bem como os arts. 45 e 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, e a Instrução Normativa nº 01/2020 do TCE-SP (arts. 176 a 184), que orienta sobre o controle e a fiscalização de parcerias com OSCs, definindo os procedimentos para prestação de contas, publicação de extratos e transparência dos repasses.
- 9.2. É de inteira responsabilidade da OSC e de seus dirigentes o conhecimento e o cumprimento dessas normas legais. A eventual alegação de desconhecimento **não será admitida como justificativa para o descumprimento das obrigações pactuadas** ou para a inaplicabilidade das sanções cabíveis em caso de irregularidades ou inexecução da parceria.
- 9.3. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14):
- a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
  - b) custos indiretos necessários à execução do objeto (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros desde que aprovados previamente pela Secretaria de Assistência Social); e
  - c) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários e essenciais à instalação dos referidos equipamentos e materiais. A aquisição dos equipamentos e materiais que trata este item deverá ser solicitada pela OSC previamente e aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Caçapava.
- 9.4. A assessoria jurídica e contábil que trata a alínea “b” do item 9.3 não poderá receber pagamento de recurso se agir para defender os interesses da entidade contra a

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Prefeitura Municipal de Caçapava/SP.

- 9.5. Os salários dos funcionários da OSC deverão corresponder com a média do mercado de trabalho, devendo ser comprovado o valor a ser pago com base em três orçamentos realizados com outros funcionários da mesma categoria ou pelo valor fixado em convenção coletiva de trabalho.
- 9.6. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
- 9.7. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14.
- 9.8. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.
- 9.9. A seleção de propostas não obriga a administração pública firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.
- 9.10. Os bens remanescentes adquiridos com recursos públicos serão patrimoniados e poderão ser solicitados pela Administração Pública no final da parceria pactuada.

**10. DAS DATAS RELATIVAS ÀS FASES DE SELEÇÃO**

- 10.1. A fase de Seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 2

ETAPA	DESCRIÇÃO	DATA
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	01/10/2025 (quarta-feira)
2	Recebimento dos Planos de Trabalho e Documentação	30/10/2025 (quinta-feira)
3	Avaliação dos projetos	31/10 a 07/11/2025 (sexta a sexta)
4	Divulgação do Resultado Preliminar	10/11/2025 (segunda-feira)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

5	Interposição de Recursos	11 a 14/11/2025 (terça a sexta)
6	Análise dos Recursos	17 a 26/11/2025 (segunda a quarta)
7	Divulgação do Resultado Final e dos Recursos	26/11/2025 (quarta-feira)
8	Homologação e Convocação para Assinatura	27/11/2025 (quinta-feira)
9	Assinatura do Termo de Colaboração	27/11/2025 (quinta-feira)
10	Início da Execução da Parceria	01/12/2025 (segunda-feira)

**10.2. Da Publicação do Edital**

10.2.1. O presente Edital será divulgado no endereço eletrônico da Prefeitura: <http://www.cacapava.sp.gov.br> e no Diário Oficial do Município disponível em <https://www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>, com prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado a partir da data de publicação do Edital.

10.2.2. Os interessados em participar do presente Chamamento Público poderão solicitar esclarecimentos diretamente ao setor de Vigilância Socioassistencial, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), Rua Alberto Pinto de Faria, 290, pelo telefone (12) 3653-3512 ou pelo endereço eletrônico [vigilancia.social@cacapava.sp.gov.br](mailto:vigilancia.social@cacapava.sp.gov.br). Os esclarecimentos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data-limite para o término de envio dos Planos de Trabalho. Decorrido o prazo de recebimento das propostas não serão mais aceitos quaisquer questionamentos.

**10.3. Envio dos projetos pelas OSC's.**

10.3.1. O Projeto com o Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 13.019/14:

- I. descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- II. as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- III. os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- IV. a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas; a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
  - V. a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
  - VI. os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso;
  - VII. respeitar e conter os requisitos mínimos constantes no Termo de Referência (documento anexo).
- 10.3.2. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “V” do item anterior deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de meios eletrônicos, desde que se identifique a data da cotação e o fornecedor específico.
- 10.3.3. As OCS's interessadas em participar do presente chamamento público deverão apresentar em envelope lacrado:
- I. O Projeto contendo o Plano de Trabalho constante no Anexo II
  - II. A organização deverá apresentar toda a documentação constante no presente edital, sob pena de inabilitação;
  - III. Entregues em **uma única via impressa, e uma via digital em pendrive**, devendo ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, e ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente
  - IV. ser protocolado na Secretaria de Desenvolvimento Social, no dia 30 DE OUTUBRO DE 2025, durante horário de funcionamento da secretaria da SMDS.
- 10.3.4. O envelope deverá conter na parte externa a seguinte identificação:

**Identificação:**

- Nome da OSC :

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- CNPJ:
- Referente: Edital de Chamamento Público nº 04/2025
- Conteúdo do envelope:**
  - Plano de Trabalho: “Casa de Passagem e Centro POP” (por exemplo)
  - Documentação
  - 1 via física e 1 via digital em Pendrive
- Contato:**
  - Responsável:
  - Telefone e e-mail:

- 10.3.5. Os envelopes que forem entregues fora do prazo estabelecido no presente Edital, e/ou sem identificação, não serão objetos de análise, não sendo permitida a participação da OSC interessada.
- 10.3.6. Cada OSC poderá apresentar apenas um Projeto para cada Serviço, Caso venha a apresentar mais de um Projeto sobre o mesmo público alvo e dentro do prazo, será considerado apenas o último enviado.
- 10.3.7. Todas as Comunicações realizadas com as OSC's, serão realizadas “exclusivamente” por meio do e-mail informado no momento da entrega do envelope. É de responsabilidade exclusiva das OSC's, o fornecimento de e-mail válido e a devida manutenção do mesmo, para recebimento das mensagens.

**10.4. Da avaliação dos projetos pela Comissão de Seleção:**

- 10.4.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção de Projetos Socioassistenciais analisará os projetos e documentação apresentados pelas OSC's concorrentes.
- 10.4.2. Os projetos deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 3 abaixo.
- 10.4.3. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados na Tabela 3, a seguir.
- 10.4.4. A COMISSÃO PODERÁ REALIZAR VISITAS NAS ENTIDADES QUE APRESENTAREM PLANO DE TRABALHO.
- 10.4.5. Nos termos do § 6º do art. 27 da lei 13.019/2014 a homologação deste chamamento não gera direito para a OSC à celebração da parceria.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Tabela 3

<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pontuação Máxima</b>
<b>Metodologia SUAS</b>	Avaliação da coerência da proposta com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (CNAS nº 109/2009), considerando: adequação ao público-alvo, objetivos, estratégias de abordagem e reinserção social nos serviços: • Centro POP • Abordagem Social • Casa de Passagem 0 = Inadequado; 15 = Excelente coerência e alinhamento ao SUAS	<b>15 pontos</b>
<b>2. Infraestrutura</b>	Avaliação das condições físicas e operacionais declaradas para execução do serviço, considerando higiene, segurança, acessibilidade e privacidade. 0 = Insuficiente; 10 = Excelente condição física, acessibilidade e segurança	<b>10 pontos</b>
<b>3. Equipe Técnica</b>	Composição da equipe mínima exigida no edital, formação, vínculo empregatício não precarizado e experiência dos profissionais com a população-alvo. 0 = Equipe incompleta; 15 = Equipe qualificada e experiente	<b>15 pontos</b>
<b>4. Metas e Indicadores</b>	Clareza e viabilidade do plano de trabalho apresentado: definição de metas, prazos, indicadores e mecanismos de monitoramento. 0 = Metas vagas ou inexistentes; 15 = Metas claras, viáveis e monitoradas	<b>15 pontos</b>
<b>5. Experiência no SUAS</b>	Experiência comprovada da OSC na execução de serviços de média ou alta complexidade no âmbito da Proteção Social Especial, especialmente com população em situação de rua. 0 = Sem experiência; 20 = Ampla experiência comprovada	<b>20 pontos</b>
<b>6. Sustentabilidade Técnica e Financeira</b>	Comprovação da capacidade técnica e financeira para execução do projeto, incluindo a previsão de contrapartida com recursos próprios. 0 = Sem comprovação; 15 = Capacidade técnica e financeira comprovada	<b>15 pontos</b>
<b>7. Articulação em Rede</b>	Descrição da articulação com a rede socioassistencial e intersetorial (SUS, Defensoria, CRAS, CREAS, habitação, trabalho, educação, etc.). 0 = Sem articulação; 10 = Articulação ampla e efetiva	<b>10 pontos</b>

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Total da Pontuação Máxima: 100 pontos .

- 10.5. pontuação será atribuída gradativamente, de 0 até a pontuação máxima, conforme o grau de atendimento de cada proposta aos critérios definidos, conforme a escala acima. A comissão adotará critérios técnicos e objetivos para garantir uma avaliação justa e transparente.
- 10.6. A avaliação seguirá os princípios técnicos do SUAS, buscando garantir qualidade, viabilidade e impacto positivo na população atendida.
- 10.7. Será considerada primeira colocada por objeto, sendo serviço, programa ou benefício, a OSC que obtiver a maior pontuação.
- 10.8. os casos de empate no Plano de Trabalho serão analisados de acordo com os seguintes critérios eliminatórios, na seguinte ordem:
  - 10.8.1 Será **eliminada** a proposta que obtiver **nota zero no critério 1 – Metodologia SUAS**.
  - 10.8.2 Em caso de empate, terá preferência a proposta que:
    - A- Obteve maior pontuação no critério 1;
    - B- Apresente maior percentual de contrapartida;
    - C- Possua CEBAS ativo conforme §1º do art.3º da Resolução CNAS n.21/2016;
    - D- Sorteio público (caso persista empate).
- 10.9. **Critérios Eliminatórios:**
  - 10.9.1. A falsidade de informações nos projetos acarretará a eliminação da OSC, a qualquer momento, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente.
  - 10.9.2. Nota zero no critério 1 – Metodologia SUAS: A proposta que não demonstrar coerência com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (CNAS nº 109/2009), público-alvo, objetivos e estratégias de abordagem será automaticamente desclassificada.
  - 10.9.3. Incompatibilidade técnica grave: Infraestrutura inadequada para a execução do serviço, equipe técnica incompleta, ausência de comprovação de capacidade técnica e financeira quando exigida.
  - 10.9.4. Encerrada a etapa de entrega das propostas, a Comissão de Seleção procederá à verificação dos documentos descritos no item 12.2 e o atendimento aos requisitos previstos neste edital.
  - 10.9.5. Na hipótese da OSC selecionada, mesmo intimada, não apresentar os documentos exigidos neste edital, a mesma será desclassificada. Neste caso, a OSC mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração da parceria nos mesmos termos da proposta.
  - 10.9.6. Caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos deste edital.
  - 10.9.7. A Organização da Sociedade Civil deverá comprovar capacidade instalada mínima compatível com o número de vagas contratadas, conforme definido

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

no Plano de Trabalho, demonstrando possuir infraestrutura física, equipe técnica e regularidade sanitária adequada. A execução da parceria será limitada ao número de vagas efetivamente contratadas, nos termos do Termo de Colaboração.

- 10.9.8. Os projetos não eliminados serão classificados, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 3, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.
- 10.9.9. O município divulgará o resultado da seleção na página do site oficial da Prefeitura, <https://www.cacapava.sp.gov.br/>, cuja publicação servirá para cientificar os proponentes do resultado.

**11. Da Interposição de recursos e da homologação**

- 11.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de até 2 (dois) dias corridos, contado da publicação da decisão, a comissão de seleção. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.
- 11.2. Os recursos serão apresentados junto à Secretaria de Desenvolvimento Social de Caçapava/SP, durante o horário de funcionamento desta secretaria, conforme calendário de prazos previsto neste edital.
- 11.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo constante no Edital;
- 11.4. Após o julgamento dos recursos ou transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Comissão de Seleção deverá homologar e divulgar no portal <https://www.cacapava.sp.gov.br/> e no Diário Oficial do Município, disponível em <https://www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>, o resultado definitivo do processo de seleção.
- 11.5. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada, e desde que atendidas às exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocar a OSC classificada para iniciar o processo de celebração.

**12. CONDIÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

- 12.1. As parcerias decorrentes deste Chamamento Público serão formalizadas por meio da celebração de Termo de Colaboração, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normativas aplicáveis, observadas as condições e cláusulas constantes na **Minuta do Termo de Colaboração – Anexo VII** deste Edital.

**12.1.1. A assinatura do Termo estará condicionada:**

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- a) à homologação do resultado final do processo seletivo;
- b) à regularidade fiscal e trabalhista da Organização da Sociedade Civil selecionada;
- c) à manutenção da proposta aprovada sem alterações de conteúdo, salvo ajustes solicitados formalmente pela Administração Pública;
- d) à apresentação de documentos complementares, caso solicitados, e à manifestação expressa de concordância com os termos da parceria.

**12.2. Para fins de celebração da parceria as OSC deverão apresentar:**

A Organização da Sociedade Civil selecionada deverá apresentar, no prazo determinado pela Administração, os seguintes documentos, organizados por categoria:

**I. Documentação Jurídica**

1. Cópia autenticada do Estatuto Social consolidado e registrado, com objeto compatível com o serviço de Comunidade Terapêutica (conforme Resolução CNAS nº 109/2009).
2. Ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório.
3. Relação nominal dos dirigentes com número de CPF e RG.
4. Comprovante de inscrição ativa no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçapava/SP, ou município de origem, provisoriamente.
5. Comprovante de inscrição no CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social.
6. Certidão de regularidade jurídica (registro civil ou junta comercial).
7. Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ.
8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
9. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), se houver, conforme Lei Complementar nº 187/2021 (*não é obrigatório, mas poderá ser considerado como critério classificatório*);
10. Declaração de não contratação de menores de 18 anos;
11. Declaração do Representante Legal da OSC, da inexistência de impedimento de celebração da parceria.
12. Declaração de que a OSC não foi penalizada com suspensão do direito de contratar com o poder público;
13. Declaração de que a OSC não possui registros impeditivos ativos nos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM). *A Administração poderá consultar esses registros de ofício.*

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**II. Documentação Fiscal e Contábil**

10. Certidão conjunta da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (CND).
11. Certificado de regularidade do FGTS (CRF).
12. Certidões negativas de débitos estaduais e municipais (incluindo ISS e IPTU).
13. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, aprovadas pela assembleia.
14. Relatório de atividades do último exercício, compatível com o objeto da parceria.
15. Declaração do contador responsável (com CRC ativo).

**III. Documentação Técnico-Operacional**

16. Plano de Trabalho deverá ser apresentado conforme Termo de Referência e Anexo III do Edital, em conformidade com as exigências da Política Nacional de Assistência Social e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), devendo ser acompanhado dos seguintes documentos:
17. Plano de Trabalho, conforme Anexo III do edital, detalhado, com metas, público-alvo, equipe, infraestrutura e atividades conforme o serviço ofertado (Centro POP e/ou Casa de Passagem).
18. Declaração formal que o estabelecimento onde será executado o serviço possuirá Licença Sanitária válida, expedida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, se for exigida para a natureza das atividades.
19. Declaração formal de que providenciará Alvará de Funcionamento junto à Prefeitura, referente ao local onde o serviço será prestado.
20. Declaração formal de que providenciará Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) vigente ou declaração formal de que o processo de regularização está em andamento, se ainda não emitido.
21. Declaração formal de que disporá de infraestrutura física adequada e acessível, compatível com o serviço ofertado e em conformidade com a legislação vigente de acessibilidade.
22. Declaração formal que contará com equipe técnica mínima exigida, conforme definido pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e normativas complementares da política de assistência social.
23. Declaração formal de que apresentará, no momento da celebração do Termo de Colaboração, a relação nominal dos profissionais da equipe técnica, acompanhada de cópias dos respectivos diplomas e registros nos conselhos de classe competentes.

**IV. Documentação Socioassistencial**

24. Modelo de Plano de Atendimento Individual (PIA), compatível com a natureza do serviço ofertado (Centro POP ou Casa de Passagem), contendo os elementos essenciais previstos na Resolução CNAS nº 109/2009, como diagnóstico social, objetivos, estratégias de

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- acompanhamento, articulação com a rede, encaminhamentos e planejamento para o desligamento ou superação da situação de vulnerabilidade.
25. Declaração de integração com a rede socioassistencial de Caçapava com descrição das articulações previstas com os serviços e equipamentos públicos como CRAS, CREAS, CAPS, Casa de Passagem, unidades de saúde, entre outros, conforme o perfil do público atendido.
  26. Declaração formal de que a entidade respeita e adota os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Resolução CNAS nº 109/2009, garantindo atendimento baseado na proteção social, na matricialidade sociofamiliar, na centralidade no usuário e no fortalecimento da autonomia.
  27. Comprovação de experiência prévia na execução de ações socioassistenciais voltadas à população em situação de rua e/ou em situação de vulnerabilidade social, por meio de relatórios, declarações de parcerias anteriores ou outros documentos que evidenciem a atuação da OSC na área.

**Base legal e normativa:**

- Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC): Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.
  - Lei nº 8.742/1993 (LOAS): Dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil e institui o SUAS.
  - Decreto Federal nº 7.053/2009: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seus princípios e diretrizes.
  - Resolução CNAS nº 109/2009: Define a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS.
  - Resolução CNAS nº 14/2014: Estabelece normas para inscrição e acompanhamento das entidades socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.
  - Lei Complementar nº 187/2021: Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social (CEBAS) e seus benefícios fiscais.
  - Instrução Normativa TCE-SP nº 01/2020: Define regras e procedimentos para fiscalização das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil no Estado de São Paulo.

1. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei Federal nº 13.019/14). A Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município, estará disponível em <https://www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>

**13. DA VEDAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA**

- 13.1. Fica vedada a celebração de Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil que:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- I. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- II. Tenha como dirigente servidor público ou agente político do Poder Executivo, Legislativo ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- III. Esteja declarada inidônea para contratar com a Administração Pública ou tenha sofrido suspensão temporária ou impedimento de participar de licitação ou celebrar parcerias, em qualquer esfera federativa (Federal, Estadual ou Municipal);
- IV. Esteja cumprindo penalidade vigente, imposta por órgão da Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera federativa, com base em decisão administrativa ou judicial com trânsito em julgado, inclusive por força do inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.
- V. Tenha suas contas relativas a parcerias públicas julgadas irregulares, com decisão definitiva, pelo Tribunal de Contas competente, nos últimos 8 (oito) anos, conforme jurisprudência do TCE-SP e art. 33, parágrafo único da Lei nº 13.019/2014.
- VI. Tenha prestação de contas pendente de análise, reprovada ou não apresentada junto ao Município de Caçapava/SP, relativa a instrumentos anteriormente firmados, no período dos últimos 05 (cinco) anos;
- VII. Tenha entre seus dirigentes pessoas que:
  - a) Tenham tido suas contas julgadas irregulares ou rejeitadas, com decisão definitiva (transitada em julgado), pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), em relação a parcerias com a Administração Pública, no período dos últimos 08 (oito) anos;
  - b) Estejam inabilitadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, em razão de decisão administrativa ou judicial por prática de falta grave, enquanto durar a inabilitação;
  - c) Sejam consideradas responsáveis por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992, enquanto perdurarem os prazos de suspensão dos direitos políticos e de inelegibilidade, conforme os incisos I, II e III do art. 12 da referida lei.

**14. DAS OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES PARA A OSC**

- 14.1. Executar o objeto da parceria conforme descrito no Plano de Trabalho (Anexo III) e Termo de Referência (Anexo II), observado o cronograma físico-financeiro pactuado;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 14.2. A Organização da Sociedade Civil deverá dar ampla publicidade à parceria firmada com o Poder Público Municipal, nos termos do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014, por meio de:
- I. Divulgação em seu site eletrônico institucional, caso existente, e/ou em mídias sociais de sua titularidade;
  - II. Afixação de informações básicas da parceria em mural ou local de fácil visibilidade nas dependências da entidade onde o serviço é executado, contendo, no mínimo: nome do projeto, número do Termo de Colaboração, vigência e logomarca da Prefeitura de Caçapava.
- 14.3. Movimentar os recursos da parceria exclusivamente por meio de conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, preferencialmente no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal;
- 14.4. Alimentar mensalmente o sistema informatizado GESUAS ou outro que venha a ser indicado, com as informações sobre os usuários e serviços ofertados com informações atualizadas sobre os usuários atendidos, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, conforme as diretrizes da Vigilância Socioassistencial.
- 14.5. Executar integralmente o serviço conforme o Plano de Trabalho aprovado, respeitando as normativas do SUAS, as metas pactuadas e os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).
- 14.6. Garantir o atendimento prioritário às pessoas em situação de rua, preferencialmente por meio de encaminhamentos dos equipamentos da Rede Socioassistencial (CRAS, CREAS, Centro POP), mas sem restrição ao acesso espontâneo de usuários em situação de rua, inclusive aqueles em trânsito ou de passagem por Caçapava, assegurando a acolhida conforme os princípios da PNAS/2004, da Resolução CNAS nº 109/2009 e do Decreto Federal nº 7.053/2009
- 14.7. Atualizar **mensalmente o Portal da Transparência Institucional** com informações sobre a execução da parceria e aplicação dos recursos;
- 14.7.1. Fotos, relatórios, materiais, prestação de contas, balanço patrimonial, estatuto social atualizado, termos de ajustes, planos de trabalho, relação nominal dos dirigentes, valores repassados, lista de prestadores de serviço – pessoas físicas e jurídicas e os respectivos valores pagos, remuneração individualizadas dos dirigentes e empregados com respectivos nomes, cargos ou funções, relatório físico financeiro de acompanhamento, regulamento de compras e de contratação de pessoal;
- 14.8. **DAS VEDAÇÕES DE USO DE RECURSOS PÚBLICOS**
- 14.8.1. É vedada a utilização dos recursos públicos vinculados à parceria para:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- I. Pagamento de taxa de administração, de gerência ou similares;
- II. Pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, salvo previsão em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- III. Modificação do objeto pactuado, salvo para ampliação de metas, com prévia aprovação formal da Administração;
- IV. Utilização dos recursos para finalidade diversa da pactuada, ainda que em caráter emergencial;
- V. Transferência de recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou OSCs congêneres;
- VI. Realização de despesas com:
  - a) Multas, juros ou correção monetária decorrentes de pagamentos em atraso;
  - b) Publicidade que não tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social, ou que contenha nomes, símbolos ou imagens que configurem promoção pessoal;
  - c) Pessoal contratado em desacordo com o art. 46 da Lei nº 13.019/2014;
  - d) Obras de ampliação ou construção de infraestrutura física;
  - e) Despesas não previstas no Plano de Trabalho;
  - f) Despesas realizadas fora do período de vigência do Termo de Colaboração;
  - g) Pagamentos a servidores públicos por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo hipóteses previstas em lei específica;
  - h) Reiteração do uso dos recursos para fins não pactuados, mesmo em situação excepcional.

**15. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- 15.1. Emitir relatórios técnicos de monitoramento e avaliação da execução da parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e das normativas aplicáveis.
- 15.2. Emitir parecer conclusivo anual, ao final da vigência da parceria, acerca da conformidade do objeto executado e dos resultados alcançados pela Organização da Sociedade Civil, com base nos instrumentos de avaliação e nas metas pactuadas.
- 15.3. Homologar o processo de monitoramento e avaliação, conduzido por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pelo Poder Executivo, conforme disposto na legislação e vinculado às diretrizes da política municipal de assistência social e à proposta de trabalho da entidade parceira.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 15.4. Disponibilizar e repassar os recursos financeiros vinculados à presente parceria, desde que comprovada a regularidade na execução do objeto e a observância das condições previstas no Plano de Trabalho e no Termo de Colaboração.
- 15.5. Analisar, examinar e emitir parecer sobre as prestações de contas apresentadas pela Organização da Sociedade Civil, fiscalizando o adequado uso dos recursos públicos e o cumprimento das obrigações pactuadas.
- 15.6. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, em caso de inexecução parcial ou total da parceria, de descumprimento das cláusulas do Termo de Colaboração ou das disposições deste edital, resguardado o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 13.019/2014

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 15.7. **Impugnação do Edital:** Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá apresentar impugnação ao presente Edital, por ilegalidade ou irregularidade, mediante petição fundamentada, a ser protocolada presencialmente no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Caçapava, até o prazo de 10 (dez) dias corridos antes da data-limite para apresentação das propostas.
- 15.8. As impugnações deverão conter:
  - 15.8.1. Identificação do impugnante;
  - 15.8.2. Fundamentação legal e técnica;
  - 15.8.3. Elementos que demonstrem a suposta irregularidade.
- 15.9. O recebimento, análise e resposta à impugnação serão de responsabilidade da Comissão de Seleção, que poderá acatar ou rejeitar o pedido, de forma motivada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.
- 15.10. A apresentação da impugnação não suspende o andamento do edital, salvo se houver decisão administrativa ou judicial em sentido contrário. Fundamento legal: Art. 26 da Lei Federal nº 13.019/2014
- 15.11. **Pedidos de esclarecimento:** Os pedidos de esclarecimentos relativos ao presente Edital e seus anexos deverão ser enviados exclusivamente por meio digital, para o endereço eletrônico institucional da Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme indicado no preâmbulo deste Edital.
- 15.12. As solicitações deverão ser fundamentadas e encaminhadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data limite para apresentação das propostas.
- 15.13. As respostas aos pedidos de esclarecimento serão disponibilizadas em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento, no site oficial da Prefeitura de Caçapava e/ou no

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- Diário Oficial do Município, e passarão a integrar este edital para todos os efeitos legais.
- 15.14. O envio de pedidos de esclarecimento não suspende os prazos do edital, salvo decisão administrativa expressa.
  - 15.15. A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.
  - 15.16. Todos os custos decorrentes da elaboração dos projetos e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.
  - 15.17. **Não serão consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das regras e condições previstas neste Edital.**
  - 15.18. O dirigente da OSC é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a **desclassificação do projeto e na imediata desconSIDERAÇÃO da intenção de firmação do TERMO DE COLABORAÇÃO**, bem como a adoção, se for o caso, das medidas cabíveis para a responsabilização, inclusive penal.
  - 15.19. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o município não será responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste Chamamento Público.
  - 15.20. A remuneração da equipe de trabalho custeada com recursos da parceria não estabelece vínculo empregatício com a Administração Pública. A inadimplência da OSC quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias ou quaisquer encargos legais não transfere ao Poder Público qualquer responsabilidade, tampouco poderá comprometer a execução do objeto do Termo de Colaboração ou gerar ônus adicional à Administração.
  - 15.21. A simples formalização da entrega do Plano de Trabalho implica o perfeito entendimento e aceitação, pelo proponente, de todos os termos deste Edital, e se submetem às seguintes condições:
    - I. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que atende às condições de participação no chamamento público e assim eximirá a Administração do disposto no art. 10 da Lei Federal nº 8.429/92 e posteriores alterações;
    - II. Que tomou conhecimento de todas as informações e locais para o cumprimento das obrigações relacionadas ao objeto do chamamento público; que com o mesmo está perfeitamente definido, e que tem a exata compreensão da futura execução do objeto;
    - III. Que assume a inteira responsabilidade pela perfeita execução do objeto que está sendo chamado à parceria, se for vencedora, e adere plenamente aos termos do presente Edital como integrante do **TERMO DE COLABORAÇÃO** que resultar

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- independentemente de sua transcrição;
- IV. Que assegura a inexistência de impedimento legal para celebrar parceria com a Administração Pública;
- V. Que atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho.
- 15.22. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 15.23. A parceria celebrada na forma prevista terá vigência por até 15 (quinze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, a critério da administração.
- 15.24. O presente edital encontra-se disponível gratuitamente pela Internet, no endereço <https://www.cacapava.sp.gov.br/>
- 15.25. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Seleção, em conformidade com as disposições constantes dos dispositivos legais citados neste edital.
- 15.26. A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público, ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.
- 15.27. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o Foro de Caçapava, Estado de São Paulo.
- 15.28. **Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:**  
Anexo I - Declaração de Ciência e Concordância;  
Anexo II - Termo de Referência  
Anexo III - Modelos de Planos de Trabalho;  
Anexo IV – Requisitos e impedimentos para a Celebração do Termo de Colaboração  
Anexo V - Termo de Ciência e Notificação / RP09  
Anexo VI – Modelos de Declarações  
Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração  
Anexo VIII – Cartilha Explicativa da Liberação e Recursos
- 15.29. Os anexos são parte integrante deste Edital.

**EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL:**

Saile Keler Coelho  
Diretora de Proteções Básica e Especial

Daniana Sabbi  
Diretora de Vigilância Socioassistencial

Maria Teresa Moreira Marcondes  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n° \_\_\_\_\_ por intermédio de  
seu Representante Legal o(a) Sr(a)

\_\_\_\_\_ portador (a) da Cédula de Identidade  
n° \_\_\_\_\_ inscrito (a) no CPF/MF sob o n° \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, DECLARA que a  
\_\_\_\_\_ está

ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público n° 04/2025 e de  
seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade  
das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Caçapava, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2025.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

**EDITAL 04/SMDS/2025**

### **CENTRO POP E SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL TEMPORÁRIO PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA - MODALIDADE CASA DE PASSAGEM**

#### **1) DO OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a seleção de Organização da Sociedade Civil para execução integrada dos serviços de Centro Pop (Incluindo Abordagem Social) e Casa de Passagem, ambos vinculados à Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, respectivamente, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

O Centro POP tem por finalidade oferecer atendimento especializado à população em situação de rua, durante o período diurno, com foco em acolhida, escuta, construção de vínculos, acesso à documentação, e articulação com a rede de serviços, visando à superação da situação de rua.

A Casa de Passagem, por sua vez, é medida provisória de acolhimento institucional noturno, para ambos os sexos, em instalações separadas, garantindo proteção social imediata, segurança, alimentação e pernoite às pessoas em situação de rua ou em trânsito.

Ambos os serviços deverão funcionar de forma complementar, integrada e articulada, respeitando os princípios de dignidade, não discriminação, escuta qualificada e proteção social, conforme os marcos normativos do SUAS, a Política Nacional para a População em Situação de Rua e os parâmetros locais definidos pela gestão municipal.).

A atuação da OSC deverá ocorrer conforme o previsto pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS e pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, com atenção especial aos seguintes princípios:

- §1 - A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituída pela Resolução CNAS número 109, de 22 de março de 2019, do Conselho Nacional de Assistência Social que dispõe, dentre os serviços da Alta Complexidade, o acolhimento institucional, com o objetivo de garantir proteção especial para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

autossustento no momento em que se requer o acolhimento;

- §2- A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local;

- §3 - As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

- §4 – O Centro POP (Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua) integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Deve

*“Assegurar trabalho social de abordagem e acompanhamento especializado (...) a indivíduos e famílias em situação de rua, que possibilite a construção de novos projetos de vida, com foco na reinserção social e no acesso à rede de serviços e a benefícios socioassistenciais...”* (Objetivos Gerais do Centro-Pop, Anexo I, (Resolução CNAS nº 109/2009)

Nesse sentido, o Centro POP contribui para a reconstrução de vínculos interpessoais e familiares e deve funcionar no período diurno, oferecendo: Acolhida e escuta qualificada; Apoio na construção de vínculos familiares e comunitários; Encaminhamento para emissão de documentação civil; Encaminhamentos à Casa de Passagem, para alimentação durante a permanência no serviço (café da manhã, almoço e jantar); Acesso a benefícios socioassistenciais e à rede pública intersetorial (saúde, trabalho, educação etc.); Promoção da autonomia, da dignidade e da cidadania das pessoas em situação de rua.

- §5 – O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), articulado ao Centro POP e à Casa de Passagem, tem como objetivo realizar a busca ativa e o acompanhamento contínuo de pessoas em situação de rua, por meio de ações planejadas que promovam: Escuta qualificada; Criação de vínculos de confiança; Inserção gradual nos serviços

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

da rede socioassistencial. O serviço deve realizar encaminhamentos ao Centro POP, como porta de entrada para o acompanhamento técnico, e, em situações emergenciais ou excepcionais, encaminhar o usuário diretamente à Casa de Passagem, de forma justificada e conforme regras previamente pactuadas por Portaria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O SEAS deve respeitar os princípios da: Não-coerção; Escuta qualificada; Abordagem humanizada, conforme orienta a Resolução CNAS nº 40/2020, que trata das especificidades da atuação com pessoas em situação de rua, e a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009).

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Justificativa**

A presente contratação busca maior efetividade no atendimento, carência observada inclusive por apontamento do TCE/SP, a existência de pessoas em situação de rua constitui um fenômeno multifacetado, que não pode ser explicado por um prisma monocausal. Deve ser compreendido a partir de uma multiplicidade de fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, desigualdade social, mudanças econômicas e institucionais), biográficos (alcoolismo, uso e abuso de substâncias psicoativas, rupturas nos vínculos familiares, sofrimento mental, perda de todos os bens) e ambientais (desastres naturais como enchentes, incêndios, desabamentos), que impactam diretamente na condição de vulnerabilidade extrema, exigindo resposta integrada da política de assistência social.

De acordo com o Decreto nº 7.053/2009, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, utilizando os espaços públicos como forma de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente. Em resposta a essa realidade, justifica-se a contratação de Organização da Sociedade Civil para execução integrada dos seguintes serviços:

- **Casa de Passagem**, como medida provisória de acolhimento institucional noturno;
- **Centro POP**, como equipamento de referência para atendimento especializado no período diurno;
- Serviço Especializado em **Abordagem Social**, articulado a ambos, como porta de entrada ativa para a rede socioassistencial.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Esses serviços visam garantir a proteção social especial de média e alta complexidade, o acesso a direitos, a dignidade e a reinserção social de pessoas em situação de rua, conforme preveem a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), a Resolução CNAS nº 40/2020 e o próprio Decreto nº 7.053/2009.

A integração entre os serviços de abordagem social, Centro POP e Casa de Passagem garante a efetividade da política pública de assistência social no atendimento à população em situação de rua, com foco na proteção social imediata, no fortalecimento de vínculos e na reinserção social, em consonância com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) e os princípios do SUAS.

## **2.2. Identificação da Demanda**

O município de Caçapava, com população estimada de 99.678 habitantes (IBGE, 2024), localizado no Vale do Paraíba, assim como outros municípios brasileiros, têm registrado a presença de pessoas em situação de rua, muitas vezes migrantes de outras localidades, em busca de oportunidades de trabalho, em trânsito/itinerantes, ou em fuga de situações de violência doméstica, necessitando de acolhimento emergencial e temporário para garantia de seus direitos fundamentais.

De acordo com os dados nacionais, houve um crescimento de 38%, 2019 a 2022, da População em Situação de Rua – 281.472 pessoas em situação de rua (IBGE, Censo 2022), (IPEA, 2023). Dentre os principais motivos destacam-se: 62% Desemprego e ausência de renda estável, 30% Conflitos familiares, violência doméstica e uso de álcool/drogas e 8% Problemas de saúde mental e rompimento de vínculos.

No município de Caçapava os dados de abordagem entre os meses de Janeiro de 2024 a junho de 2025 demonstram um perfil de população em situação de rua com 90% pessoas do sexo masculino, principalmente na faixa de 40 a 59 anos, em situação de rua prolongada e com presença de jovens, 18 a 29 anos, que demandam intervenções preventivas e terapêuticas específicas. Foi constatado que mais de 80% são itinerantes, o que confirma o município como ponto de circulação regional.

No mês de Julho/2025 foram realizados 130 atendimentos mensais, em média, para pessoas em situação de rua. Dentre as intervenções realizadas foram constatadas 22 pessoas em situação de rua, munícipes de Caçapava, em um universo com 82% do sexo masculino, com alta

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

concentração na faixa etária de 40 a 59 anos, e 18% feminino, refletindo tendência nacional e regional. Referente às SPA - substâncias psicoativas; Do total de munícipes em situação de rua, apenas 5% declara não fazer uso de álcool ou SPA, em contraponto à 95% de adictos, ou seja, o uso de substâncias é um dos principais fatores associados à permanência nas ruas. Os motivos apontados para estarem nas ruas são em sua maioria pelo uso e abuso de SPA (21) seguidos de condições de saúde mental (2) e rompimento de vínculos familiares (2) e por último, religiosidade (1).

No último semestre, de janeiro a junho de 2025, foi identificada que as pernoites mensais tem a variação entre 249 e 384, sendo uma média de 310 pernoites/mês, o que corresponde a aproximadamente **11 pessoas por noite utilizando o serviço de Casa de Passagem**, assim evidencia elevada demanda também por alimentação (almoço, janta) e banhos. Esses dados evidenciam que a Casa de Passagem tem sido constantemente utilizada como recurso essencial de acolhimento noturno para pessoas em situação de rua no município, com ocupação média estável e com picos que exigem flexibilidade.

A contratação de Organização da Sociedade Civil (OSC) qualificada para execução da Casa de Passagem justifica-se pela necessidade de assegurar acolhimento emergencial noturno e provisório; Atender em média 11 pessoas/dia, com capacidade para até 14 vagas, sendo 3 emergenciais; Garantir alimentação (mínimo 2 refeições por usuário acolhido), higiene (banhos, kits) e apoio técnico (acolhimento, escuta e encaminhamentos) - estes dados serão apresentados no decorrer do TR; Integrar o serviço à rede socioassistencial, especialmente ao Centro POP e ao Serviço Especializado em Abordagem Social, promovendo encaminhamentos e ações articuladas. A proposta está em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, a Tipificação Nacional e as diretrizes do SUAS, atendendo à função protetiva do serviço.

### **2.3 Objetivo da Contratação**

O presente Termo de Referência tem como objetivo a contratação de Organização da Sociedade Civil (OSC) qualificada, mediante celebração de Termo de Colaboração, para executar de forma integrada três serviços socioassistenciais destinados ao atendimento de pessoas em situação de rua no município de Caçapava/SP, conforme previsão da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Os serviços a serem executados, com planos de trabalho e metas específicas, são:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**a) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP**

Com base nos dados de atendimento registrados no período de janeiro a junho de 2025, e considerando as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), foram estabelecidas metas quantitativas e qualitativas para a execução do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP, com equipe de Abordagem Social integrada. As metas foram definidas com base na média mensal de atendimentos psicossociais (aproximadamente 274), na capacidade instalada, nas necessidades da população atendida e nas orientações do SUAS para serviços de média complexidade. O quadro a seguir apresenta as metas mínimas esperadas para a execução do serviço:

• **Média recomendada para meta contratual:**

<b>Indicador</b>	<b>Referência Real (dados)</b>	<b>Meta contratual</b>
Atendimentos individuais (psicossociais)	Média de 274/mês	<b>250 a 300 atendimentos/mês</b>
Participações em oficinas ou grupos	Estimado com base na prática	<b>50 a 80/mês</b>
Encaminhamentos à rede (saúde, documentação etc.)	Proporcional aos atendimentos	<b>80 a 120/mês</b>
Abordagens sociais (equipe integrada)	Média de 172/mês (total 1.031)	<b>120 a 150/mês</b>

O Serviço deve ofertar atendimento especializado, em período diurno, a uma média de atendimentos conforme quadro apresentado acima, para pessoas em situação de rua, assegurando acolhida, escuta qualificada, apoio na construção de novos projetos de vida, fortalecimento de vínculos, acesso à documentação, benefícios e serviços da rede socioassistencial, conforme previsto na Resolução CNAS nº 109/2009, Plano de Trabalho a ser compactuado via Termo de Colaboração e Portarias Municipais. O serviço deve dispor de estrutura adequada, ações socioeducativas e apoio técnico continuado.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**b) Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS (Integrado ao Centro Pop)**

Executar, de forma articulada ao Centro POP e à Casa de Passagem, seguindo Plano de Trabalho a ser compactuado via Termo de Colaboração, ações de abordagem social sistemática em territórios com incidência de pessoas em situação de rua, com o objetivo de identificar, escutar e estabelecer vínculos com os usuários, promover encaminhamentos e viabilizar o acesso aos serviços socioassistenciais, respeitando os princípios da escuta humanizada e da não coerção, conforme a Resolução CNAS nº 40/2020 e o Decreto nº 7.053/2009.

Com base nos dados de atendimento realizados de janeiro a junho de 2025, pudemos calcular a média de abordagens sociais por mês, considerando os três tipos de abordagem registrados: **Rotina, Denúncia e Busca Ativa.**

**Meta recomendada: Abordagem Social (Equipe Integrada ao Centro POP)**

Indicador	Meta Mensal	Meta Semestral	Meta Anual (estimada)
Total de abordagens sociais (rotina, denúncia e busca ativa)	<b>Mínimo 170 abordagens</b>	1.020	2.040

**Detalhamento por tipo (sugestão de monitoramento):**

- **Abordagens de rotina:** ~ 140/mês
- **Abordagens por denúncia:** ~10/mês
- **Busca ativa direcionada:** ~6/mês

As metas devem constar no Plano de Trabalho do Centro POP, com registros em sistema, relatórios mensais e fluxos pactuados com a Casa de Passagem. As abordagens devem ser registradas de forma individualizada e sistematizadas em relatório mensal, com georreferenciamento dos locais atendidos, perfis dos usuários identificados, resultados das ações e encaminhamentos realizados à rede socioassistencial. Os dados devem ser inseridos no sistema Gesuas (ou outra plataforma definida pela gestão).

**c) Serviço de Acolhimento Institucional Temporário – Casa de Passagem**

- Ofertar acolhimento institucional noturno, com atendimento humanizado, voltado à

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

proteção social de média complexidade, com capacidade para até 14 vagas (sendo 11 regulares e 3 emergenciais), incluindo hospedagem provisória, alimentação (mínimo 2 refeições por pernoite), espaço para higiene pessoal, escuta técnica e apoio para encaminhamentos à rede. O serviço deverá funcionar todos os dias, incluindo finais de semana e feriados.

• Com base nos dados analisados e considerando a Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação), segue o **Quadro de Metas Contratuais – Casa de Passagem**, estruturado conforme metas mensais, com base na média real de atendimento de janeiro a junho de 2025:

Meta	Descrição	Indicador	Referência Mensal	Observações
<b>Acolhimento noturno (pernoites)</b>	Pernoite em acolhimento institucional com estrutura adequada	Nº de pernoites registradas	<b>310 a 420/mês</b>	Média real: 310 pernoites/mês
<b>Vagas ofertadas por dia</b>	Quantidade máxima de acolhimentos simultâneos	Nº de vagas disponíveis	<b>Até 14/dia</b>	Inclui margem para flutuação e emergência
<b>Refeições ofertadas – almoço</b>	Oferta de refeição quente no período diurno	Nº de refeições servidas	<b>270 a 300/mês</b>	Média real: 287 refeições/mês
<b>Refeições ofertadas – janta</b>	Oferta de refeição noturna aos acolhidos	Nº de refeições servidas	<b>320 a 350/mês</b>	Média real: 342 jantas/mês
<b>Banhos ofertados</b>	Atendimento às necessidades de higiene pessoal	Nº de banhos ofertados	<b>390 a 420/mês</b>	Média real: 410 banhos/mês
<b>Encaminhamentos à rede socioassistencial e intersetorial</b>	Apoio técnico para reinserção social (CRAS, CREAS, Saúde, etc.)	Nº de encaminhamentos realizados	<b>20 a 40/mês</b>	Técnico de referência deve registrar

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

<b>Relatórios mensais</b>	Sistematização dos atendimentos e usuários acolhidos	Nº de relatórios enviados à SMDS	<b>1/mês</b>	Em formato definido pela gestão
---------------------------	--	----------------------------------	--------------	---------------------------------

A contratação tem por finalidade estruturar uma resposta qualificada e contínua à população em situação de rua, com base em fluxos integrados entre os três serviços, promovendo proteção social, redução de danos, reinserção familiar e comunitária e fortalecimento da autonomia dos usuários.

Todos os atendimentos e serviços prestados deverão ser devidamente registrados no sistema GESUAS (e/ou em plataforma indicada pela gestão municipal), assegurando a rastreabilidade, controle e transparência das ações desenvolvidas. O serviço deverá funcionar sob a diretriz de política de portas abertas, garantindo o acolhimento imediato e humanizado das pessoas em situação de rua, em consonância com os princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009). O cumprimento das metas estabelecidas e a qualidade da execução serão acompanhados e avaliados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014, em articulação com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

• **2.4 Fundamentação Legal e Normativa**

Os serviços de atendimento à população em situação de rua no município de Caçapava/SP — incluindo o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), o Serviço Especializado em Abordagem Social e a Casa de Passagem — estão inseridos na Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), integrando os níveis de **média e alta complexidade** da proteção social.

Esses serviços, públicos estatais ou executados por Organização da Sociedade Civil, devem observar os seguintes marcos legais e normativos:

- **Lei nº 8.742/1993**, alterada pela **Lei nº 12.435/2011** – *Lei Orgânica da Assistência Social* – LOAS;
- **Resolução CNAS nº 145/2004** – *Política Nacional de Assistência Social* – PNAS;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- **Resolução CNAS nº 130/2005** – *Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS*;
- **Resolução CNAS nº 269/2006** – *NOB-RH/SUAS*;
- **Resolução CNAS nº 109/2009** – *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*, que organiza os serviços voltados à população em situação de rua;
- **Lei nº 11.258/2005** – que inclui, na LOAS, os programas destinados à pessoa em situação de rua;
- **Decreto Federal nº 7.053/2009** – *Política Nacional para a População em Situação de Rua*;
- **Resolução CNAS nº 40/2020** – que estabelece diretrizes para o atendimento à população em situação de rua;
- **Lei Federal nº 14.821/2024** – *Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua*.

- **2.5 Gestão Pública, Fiscalização e Articulação da Rede**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Caçapava/SP é a responsável pela coordenação da rede municipal de proteção às pessoas em situação de rua, cabendo-lhe o controle, acompanhamento, supervisão técnica e fiscalização da execução dos serviços contratados, inclusive quanto à articulação entre Centro POP, Abordagem Social e Casa de Passagem.

Estes serviços integram o Programa Municipal de Atenção e Proteção às Pessoas em **Situação de Rua**, promovendo, de forma articulada, a garantia de direitos, o fortalecimento de vínculos, a superação de violações e a promoção da dignidade humana, em consonância com os princípios do SUAS.

- **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- **3.1. CENTRO POP – ABORDAGEM SOCIAL**

Os serviços de Centro POP e Abordagem Social têm como objetivo o atendimento especializado à população em situação de rua, oferecendo acolhida, escuta qualificada, atendimento psicossocial, encaminhamentos à rede, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, acesso à documentação, articulação para reinserção social e suporte à construção de novos projetos de vida.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

• **3.1.1. Trabalho essencial do Serviço:**

Acolhida, escuta, estudo social, diagnóstico socioeconômico, informação, comunicação e defesa de direitos, referência e contrarreferência, orientação e suporte para acesso à documentação, pessoal, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais, articulação com outras serviços de políticas públicas setoriais, articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), mobilização para o exercício da cidadania, articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho, estímulo ao convívio familiar, grupal e social, elaboração de relatórios e/ou prontuários.

.As ações devem ser pautadas em Plano de Atendimento Individual (PIA), elaborado e acompanhado por equipe técnica da OSC em articulação com o CREAS e demais serviços da rede socioassistencial, no qual constem objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidas. O atendimento deve respeitar os princípios da Proteção Social Especial de Média Complexidade, com foco na superação dos vínculos fragilizados e no atendimento das necessidades e especificidades dos usuários

**3.1.2. O serviço deve ofertar:**

**Quadro 1 – Atividades a serem desenvolvidas no Centro POP e pela Abordagem Social**

<b>Eixo de Atuação</b>	<b>Atividades/Serviços Previstos</b>
<b>Acolhimento e Atendimento</b>	- Escuta qualificada (individual e coletiva); - Acolhida com respeito e valorização da dignidade; - Elaboração de PIA e relatórios sociais;
<b>Acesso a Serviços Básicos</b>	- Apoio na emissão de documentos; - Encaminhamentos à Casa de Passagem para: - Acesso a banho, lavanderia, alimentação e guarda de pertences;
<b>Fortalecimento de Vínculos</b>	- Atividades para resgate de vínculos familiares e comunitários; - Inserção em atividades culturais, educativas e recreativas; (Realização do Programa Novo Rumo - Integra POP)
<b>Construção de Projeto</b>	- Oficinas temáticas e socioeducativas;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

<b>de Vida</b>	- Atendimento psicossocial com foco em autonomia e escolhas do usuário;
<b>Articulação Intersectorial</b>	- Parcerias com UBS, CAPS, CRAS, CREAS; - Programas de qualificação profissional e serviços da rede pública; - Apoio à inclusão em programas sociais e políticas públicas (saúde, educação, trabalho); (Realização do Programa Novo Rumo - Integra POP)
<b>Cadastro Único e Benefícios</b>	- Inserção, atualização e acompanhamento no Cadastro Único; - Orientações para acesso ao BPC e outros benefícios socioassistenciais;
<b>Prevenção e Abordagem Social</b>	- Identificação ativa de pessoas em situação de rua; - Atendimento nas ruas e pontos de concentração; - Sensibilização e orientação sobre direitos e serviços disponíveis;
<b>Gestão da Informação</b>	- Registro de atendimentos no GESUAS e outros sistemas da gestão municipal; - Elaboração de relatórios e acompanhamento de indicadores;

### 3.1.3. Integração com a Rede e PIA

O desenvolvimento das ações do Plano Individual de Atendimento deve ser realizado de modo articulado com os demais órgãos e serviços que estejam acompanhando a pessoa em situação de rua como CREAS (apoio técnico e acompanhamento de casos mais complexos), CRAS (articulação para reinserção familiar e encaminhamentos ao PAIF); Unidades de Saúde e CAPS (II e AD), atendimento de saúde física e mental; Unidade Básica de Saúde, programas de geração de trabalho e renda, para oferta de qualificação e inclusão produtiva, bem como, com serviços de Educação, Cultura e Esporte para o fortalecimento de vínculos comunitários e desenvolvimento pessoal, conforme os princípios da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade do SUAS.

### 3.2. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – CASA DE PASSAGEM

O serviço de Casa de Passagem se insere na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, sendo destinado ao acolhimento provisório de pessoas adultas em situação de

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

rua, ofertando condições de dignidade, apoio psicossocial e preparação para a autonomia.

**3.2.1. Trabalho essencial do Serviço:**

Acolhimento institucional provisório para indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; Acolhida/Recepção; Escuta; Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; Estudo social; Cuidados pessoais; Orientações e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; Referência e contrarreferência; Elaboração de relatórios; Elaboração de prontuários; Trabalho interdisciplinar; Diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; Estímulo ao convívio familiar, grupal, e social; Articulação da rede de serviços socioassistenciais; Articulação com serviço das demais políticas públicas setoriais e defesas de direitos; Articulação interinstitucional com os demais órgãos da rede de serviços e proteção, monitoramento e avaliação do serviço; organização de banco de dados e informações sobre o serviço e a OSC da gestão indireta; inserção de dados no sistema Gesuas e demais fontes de registros da gestão municipal.

**3.2.2. O serviço deve ofertar:**

**Quadro 2 - Atividades da Casa de Passagem**

<b>Eixo de Intervenção</b>	<b>Atividades Principais</b>
<b>Segurança de Acolhida</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhimento em condições de dignidade;</li> <li>- Identidade, integridade e história de vida preservada;</li> <li>- Acesso a espaços com padrões de qualidade quanto à higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;</li> <li>- Acesso à alimentação adequada</li> </ul>
<b>Segurança de Convívio e Vínculos</b>	Atividades de convivência, orientação, escuta, preservação da privacidade
<b>Segurança para Autonomia</b>	Apoio ao desenvolvimento de habilidades, informação sobre direitos e serviços

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

<b>Atendimento Individualizado</b>	Elaboração e acompanhamento de PIA, orientação e apoio psicossocial
<b>Articulação da Rede</b>	Encaminhamentos e parcerias com CRAS, CREAS, saúde, trabalho e renda
<b>Organização e Gestão do Serviço</b>	Elaboração de relatórios, prontuários, monitoramento, inserção de dados no Gesuas
<b>Monitoramento e Avaliação</b>	Indicadores de permanência, evolução dos PIAs, capacidade de resposta da unidade

A alimentação prevista neste Termo de Referência refere-se exclusivamente à Casa de Passagem, onde deverão ser ofertadas, conforme Normas de Qualidade e Segurança Alimentar, no mínimo:

- Uma refeição principal por usuário (jantar ou almoço), de acordo com o horário de ingresso
- Refeições rápidas, como café da manhã e café da tarde, para usuários que permaneçam no local após o pernoite

A oferta de alimentação visa garantir o acolhimento digno e a permanência segura dos usuários ao longo do período em que estiverem abrigados. O fornecimento dessas refeições deverá ser dimensionado conforme a capacidade diária de acolhimento e compatível com os recursos disponíveis no plano de trabalho.

No Centro POP, não há obrigatoriedade de fornecimento de refeições, podendo ser oferecidos, de forma eventual e complementar, itens leves (como chá, café ou frutas), sem configurar refeição completa.

#### **3.4. Equipe mínima recomendada para Centro POP integrado com Casa de Passagem**

**Para definir a equipe mínima do Centro POP com equipe de Abordagem Social integrada, foi considerado:**

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) – que define os serviços, suas funções e princípios;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

A NOB-RH/SUAS, Capítulo VI, (Res. CNAS nº 269/2006 e nº 130/2005) – que orienta sobre a composição mínima das equipes conforme a complexidade dos serviços;

A Resolução CNAS nº 40/2020 – que define diretrizes específicas para o atendimento à população em situação de rua e reforça o papel da equipe de abordagem;

O porte do município (Caçapava/SP – médio porte), o volume de atendimentos e a integração com a Casa de Passagem.

A definição do quadro de recursos humanos considera a execução integrada pela mesma Organização da Sociedade Civil (OSC), por meio de um único edital com dois planos de trabalho distintos, referentes à Casa de Passagem (alta complexidade) e ao Centro POP com equipe de Abordagem Social integrada (média complexidade). O dimensionamento da equipe está alinhado às diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), garantindo a composição mínima necessária para assegurar acolhimento humanizado, atendimento técnico qualificado, registro sistemático das ações e articulação com a rede socioassistencial. A equipe de abordagem social deverá atuar em turnos, com cobertura diária, considerando a necessidade de busca ativa, atendimento a denúncias e escuta em campo, conforme preconizado nas normativas do SUAS. A alocação de profissionais será compatível com a média de atendimentos mensais previstos em cada equipamento, assegurando a continuidade, qualidade e integralidade do serviço ofertado à população em situação de rua no município de Caçapava/SP.

**Quadro Sugerido de Recursos Humanos**

Função / Cargo	Centro POP	Casa de Passagem	Observações
<b>Coordenador(a) /Resp. Técnico(a)</b>	01 (nível superior) 40 h	01 (nível superior) 40 h jornada distribuída para acompanhar 24 h	Responsável pela gestão técnica e administrativa do serviço com experiência com esta População.
<b>Assistente Social</b>	01 (20h ou 30h mín.)	01 (20h ou 30h mín.)	Pode ser o mesmo, desde que organize agenda garantindo as devidas jornadas mínimas

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

<b>Psicólogo(a)</b>	01 (20h ou 30h mín.)	01 (20h ou 30h mín.)	Pode ser o mesmo, desde que organize agenda garantindo as devidas jornadas mínimas
<b>Orientador(a) Social / Educador(a)</b>	01 por turno (manhã/tarde)	02 por turno (manhã, tarde, noite, madrugada)	Centro POP: em atividades diurnas; Casa de Passagem: exige cobertura 24h.
<b>Oficineiro(a) / Educador(a) de Atividades</b>	01 (opcional)	Não obrigatório	Dependendo dos projetos de fortalecimento de vínculos do Centro POP.- NOVO RUMO-INTEGRA POP
<b>Auxiliar de Serviços Gerais / Limpeza</b>	01 (diurno)	02 (diurno e por escala)	Pode ser a mesma pessoa conforme contrato e escala em Caso de funcionamento dos serviços no mesmo local
<b>Cozinheiro(a) / Manipulador(a) de alimentos</b>	Geralmente não há refeição completa no Centro POP	ao menos 01 por período (caso a Casa de Passagem prepare refeições)	Caso a OSC opte por adquirir alimentação pronta deverá utilizar sistema similar a "caixa térmica", não sendo admitido marmiteix ou refeições individualizadas
<b>Portaria / Vigia</b>	Opcional (conforme demanda e segurança)	Recomendado (principalmente noturno)	Avaliar com base no prédio físico.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

#### **4) DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

A OSC deverá, além de fornecer toda documentação legal que esteja descrita no corpo do Edital de Chamamento:

- a) Possuir sede ou escritório no Município de Caçapava a partir do início da parceria;
- b) Estar regularmente constituída e possuir inscrição no CNEAS e no Conselho Municipal de Assistência Social;
- c) Possuir licença sanitária, alvará de funcionamento e plano de trabalho;
- d) Comprovar experiência prévia na execução de serviços similares;
- e) Garantir equipe técnica mínima qualificada, com dimensionamento compatível com o número de acolhidos, conforme quadro no item 3.4
- f) Comprovar experiência prévia na execução de serviços similares;
- g) Garantir equipe técnica mínima qualificada, com dimensionamento compatível com o número de acolhidos, conforme quadro 3.4;
- h) Cumprir as ações de registro de dados no sistema Gesuas, elaboração de relatórios mensais e participação em reuniões de monitoramento com a rede socioassistencial e o sistema de proteção com as demais políticas integradas no Programa Novo Rumo – Integra Pop.

#### **5) CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

A organização da sociedade civil selecionada será responsável pela execução integrada dos serviços de Casa de Passagem e Centro POP, conforme as diretrizes deste Termo de Referência.

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Início da parceria</b>	01/10/2025
<b>Vigência</b>	15 meses, podendo ser prorrogada conforme legislação vigente
<b>Valor total mensal para execução destes serviços</b>	R\$ 108.500,00
<b>Público estimado</b>	132 pessoas atendidas por mês

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

<b>Capacidade acolhimento</b>	<b>de</b>	Até 14 vagas por noite / até 420 pernoites mensais
<b>Distribuição por plano de trabalho</b>		
• Casa de Passagem		R\$ 65.100,00/mês ( <b>60% do total</b> ) Inclui acolhimento noturno, refeições, kit de higiene e suporte institucional.
• Centro POP		R\$ 43.400,00/mês ( <b>40% do total</b> ) Inclui atendimento psicossocial, apoio técnico, encaminhamentos e reintegração social.

O público estimado da parceria corresponde a até **132 pessoas diferentes por mês** em situação de rua, sendo este o número médio de indivíduos que utilizam os serviços oferecidos pela rede de atendimento do município, **incluindo o Centro POP e a Casa de Passagem**. Esses usuários recebem atendimento técnico psicossocial (durante o dia) e, quando necessário, acolhimento institucional noturno.

A **Casa de Passagem tem capacidade para ofertar até 14 vagas por noite**, totalizando o **teto de 420 pernoites mensais**. Isso significa que nem todos os 132 usuários necessariamente pernoitam diariamente — há rotatividade, variações conforme o perfil da população em situação de rua e demanda espontânea. Portanto, os indicadores de atendimento se referem à média mensal de pessoas atendidas e à capacidade física operacional da estrutura de acolhimento.

Os valores repassados consideram esse perfil de uso, sendo calculados com base em um **custo per capita de R\$ 822,00 por pessoa/mês**, o que resulta em um **total de R\$ 108.500,00 mensais para atendimento integrado**.

**IMPORTANTE: Ambos os planos são complementares e devem ser geridos de forma integrada pela(s) OSC(s) executora (s).**

O repasse ocorrerá mensalmente, mediante entrega dos relatórios exigidos, conforme cronograma e metas pactuadas.

**DAS DESPESAS E RESPONSABILIDADES NA EXECUÇÃO FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- Nas contratações, na realização de despesas e nos pagamentos efetuados com recursos oriundos da presente parceria, a Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá observar rigorosamente o disposto no instrumento jurídico firmado, no

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

respectivo Plano de Trabalho e na legislação aplicável, especialmente o que determinam os incisos XIX e XX do art. 42, bem como os arts. 45 e 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, e a Instrução Normativa nº 01/2020 do TCE-SP (arts. 176 a 184), que orienta sobre o controle e a fiscalização de parcerias com OSCs, definindo os procedimentos para prestação de contas, publicação de extratos e transparência dos repasses.

- É de inteira responsabilidade da OSC e de seus dirigentes o conhecimento e o cumprimento dessas normas legais. A eventual alegação de desconhecimento **não será admitida como justificativa para o descumprimento das obrigações pactuadas** ou para a inaplicabilidade das sanções cabíveis em caso de irregularidades ou inexecução da parceria.
- Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14):

remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

custos indiretos necessários à execução do objeto (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros desde que aprovados previamente pela Secretaria de Assistência Social); e

aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários e essenciais à instalação dos referidos equipamentos e materiais. A aquisição dos equipamentos e materiais que trata este item deverá ser solicitada pela OSC previamente e aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Caçapava.

- A assessoria jurídica e contábil que trata a alínea “b” do item 9.3 não poderá receber pagamento de recurso se agir para defender os interesses da entidade contra a Prefeitura Municipal de Caçapava/SP.
- Os salários dos funcionários da OSC deverão corresponder com a média do mercado de trabalho, devendo ser comprovado o valor a ser pago com base em três orçamentos realizados com outros funcionários da mesma categoria ou pelo valor fixado em convenção coletiva de trabalho.
- É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
- Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

13.019/14.

- O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.
- A seleção de propostas não obriga a administração pública firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.
- Os bens remanescentes adquiridos com recursos públicos serão patrimoniados e poderão ser solicitados pela Administração Pública no final da parceria pactuada.

## **6) PÚBLICO ALVO**

Pessoas adultas a partir de 18 anos em situação de rua e/ou desabrigo por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. O atendimento será destinado a ambos os sexos, podendo incluir pessoas com deficiência, desde que tenham condições de mobilidade e convivência em espaço coletivo.

## **7) PERÍODO DE FUNCIONAMENTO**

- Casa de Passagem: O serviço deverá funcionar ininterruptamente (24 horas) em regime de plantão, 7 dias por semana, incluindo feriados, garantindo o acolhimento a qualquer momento do dia ou da noite, ofertando acolhimento imediato, alimentação, higiene e proteção. (Resolução CNAS nº 109/2009 - Tipificação, Anexo I (Casa de Passagem)).
- Centro POP: Funcionamento e período diurno, ofertando acolhida, atendimento social e encaminhamentos, inclusive para acesso a alimentação, higiene e pernoite na Casa de Passagem. A Abordagem deve ocorrer de forma contínua e planejada, ca atuação preferencialmente em turno complementar ao funcionamento regular dos equipamentos, inclusive finais de semana, feriados e períodos noturnos, sempre que necessário. (Resolução CNAS nº 10/2020, Art. 20 e Art 24.
- Integração: A Equipe do Centro POP realiza as abordagens sociais preferencialmente no período da manhã, ou fim de tarde, podendo atuar fora do horário (inclusive à noite ou finais de semana ) mediante escala.. A Equipe de abordagem deve estar vinculada técnica e administrativamente ao Centro POP.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

## 8) TEMPO DE PERMANÊNCIA

- **Centro POP** - O atendimento deve respeitar o princípio da vinculação por adesão (art. 4º, inciso V da LOAS – Lei 8.742/1993), ou seja, sem imposição de prazo ou condicionalidade.

A frequência ao serviço se dá enquanto houver necessidade decorrente da situação de rua, sendo o vínculo com o serviço acompanhado pelo plano individual. Não possui limite de tempo definido, pois se trata de Atendimento diurno, contínuo, personalizado e por adesão, com base na autonomia do usuário.

**Casa de Passagem:** este serviço é uma modalidade de acolhimento institucional provisório, de curta duração, com alta rotatividade, destinada a pessoas em trânsito ou sem moradia. (Resolução CNAS nº 10/2009, Anexo I). A Permanência no serviço deve respeitar o tempo necessário para a construção do PIA, e não pode ser limitada por critérios administrativos rígidos (Resolução CNAS nº20/2020, Art 25 e 30)

Desta forma, o período de permanência deverá ser de curta duração, com limite máximo de 90 dias, podendo ser flexibilizado em casos excepcionais, mediante avaliação técnica fundamentada, registrada no Plano Individual de Atendimento, com avaliação quinzenal, Encaminhamento progressivo à rede e estratégias de saída e Possibilidade de prorrogação apenas mediante parecer técnico fundamentado e autorizado pela coordenação da Proteção Especial.

**O Plano de Trabalho deverá prever para Termo de Colaboração com a OSC:**

Indicadores de rotatividade

Meta de permanência média inferior a 60 dias, com **teto de 90 dias**

Condições específicas que justifiquem prorrogação (ex: falta de vaga em serviço posterior, situação de saúde)

**Nota Técnica CNAS/MDS 01/2011:**

“A Casa de Passagem **não substitui moradia** nem se caracteriza como solução de longo prazo, sendo destinada ao **acolhimento temporário com vistas à transição** para outras modalidades ou retorno à vida autônoma.”

**Art. 31 da Resolução CNAS 109/2009:**

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

“O tempo de permanência no serviço deve ser o **necessário para o atendimento da situação emergencial**, considerando o diagnóstico e plano individual e familiar.”

A definição de tempo de ser técnica, registrada no prontuário e no PIA. A rotatividade é uma característica esperada, mas não significa exclusão automática após um número de dias.

**9) FORMAS DE ACESSO**

O acesso ao serviço poderá ocorrer por: a) Demanda espontânea; b) Encaminhamento do Serviço Especializado de Abordagem Social; c) Encaminhamento do CREAS; d) Encaminhamento do Centro POP; e) Encaminhamento de outros serviços socioassistenciais; f) Encaminhamento das demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; g) Encaminhamento dos demais serviços da rede socioassistencial.

**10) AMBIENTE FÍSICO**

**Casa de Passagem:** O serviço deve funcionar em unidade inserida na comunidade, com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. A estrutura deve dispor de:

a) Recepção; b) Sala para atendimento técnico individualizado; c) Sala para atividades coletivas e comunitárias; d) Quartos (com capacidade máxima de 4 pessoas por quarto), com separação por sexo; e) Cozinha, refeitório e despensa; f) Lavanderia equipada para cuidados com a higiene do vestuário; g) Banheiros com chuveiros em número adequado (no mínimo 1 para cada 10 pessoas), com acessibilidade; h) Espaço para guarda de pertences; i) Espaço de convivência; j) Sala para equipe técnica e administrativa; k) Almoxarifado.

O imóvel deverá ter acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, atendendo às exigências da ABNT e legislações pertinentes.

**Centro POP:** O Centro POP deverá funcionar em espaço físico adequado ao atendimento especializado da população em situação de rua, garantindo acolhida digna, acessibilidade, privacidade, conforto e segurança. O imóvel deve estar localizado em região de fácil acesso, inserido na malha urbana, com sinalização externa visível e estrutura compatível com a função do serviço. A estrutura física mínima deverá contemplar:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

a) Recepção com acolhimento inicial; b) Sala de atendimento técnico individualizado (assistente social, psicólogo); c) Sala para atendimentos coletivos, oficinas e grupos socioeducativos; d) Banheiros acessíveis e adaptados para pessoas com deficiência, com lavatório e sanitários; e) Área de convivência interna e/ou externa, que favoreça o convívio social e o fortalecimento de vínculos; f) Sala para equipe técnica e administrativa, com espaço para prontuários e uso de computador; g) Espaço para guarda de materiais pedagógicos, insumos e documentação dos usuários; h) Almojarifado ou armário fechado para armazenamento seguro de materiais de consumo e expediente.

Importante: os serviços de alimentação, banho, lavanderia, pernoite e fornecimento de kits de higiene pessoal serão ofertados exclusivamente na Casa de Passagem, mediante encaminhamento técnico e articulação entre os serviços.

O imóvel deverá apresentar condições de acessibilidade universal, de acordo com as normas da ABNT NBR 9050/2020 e demais legislações pertinentes, e estar regularizado quanto aos parâmetros de segurança, habitabilidade e funcionamento.

## **11) RECURSOS MATERIAIS**

### **11.1 O serviço deverá disponibilizar:**

Casa de Passagem:

a) Material permanente e material de consumo necessário para o desenvolvimento do serviço; b) Mobiliário adequado e em boas condições (camas, colchões, armários individuais, mesas, cadeiras, etc.); c) Computador, impressora, telefone; d) Utensílios de cozinha, copa e mesa; e) Roupas de cama e banho; f) Kit de higiene pessoal para os usuários; g) Material de limpeza e higienização; h) Veículo para deslocamentos necessários ao serviço.

Centro POP:

a) Material permanente e de consumo necessário à realização das atividades socioassistenciais, técnicas e administrativas; b) Mobiliário adequado às atividades coletivas e individuais: mesas, cadeiras, armários, estantes, bebedouro, entre outros; c) Computador com acesso à internet, impressora e telefone para uso técnico e administrativo; d) Espaço físico com salas para atendimentos individuais e coletivos, recepção, banheiros com lavatório, e área de convivência; e) Material de limpeza e higienização para manutenção do ambiente do Centro POP;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- f) Equipamentos e materiais pedagógicos para oficinas, grupos e atividades socioeducativas (jogos, livros, instrumentos, materiais gráficos, etc.); g) Veículo disponível ou estrutura articulada para apoio às ações de abordagem social, visitas técnicas e encaminhamentos à rede; h) Equipamentos de proteção individual (EPIs) e insumos necessários para atuação segura da equipe, especialmente nas abordagens sociais;
- i) Articulação obrigatória com a Casa de Passagem para garantir o acesso dos usuários do Centro POP aos serviços de banho, alimentação (café da manhã, almoço e janta) e pernoite, conforme avaliação e encaminhamento técnico.

## **12) TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL**

O trabalho social a ser desenvolvido pela OSC nos serviços de Casa de Passagem, Centro POP e Abordagem Social deve incluir:

- a) Acolhida e escuta qualificada; b) Construção do Plano Individual de Atendimento; c) Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; d) Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços; e) Acesso à documentação civil; f) Mobilização para o exercício da cidadania; g) Articulação com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos; h) Trabalho interdisciplinar; i) Elaboração de relatórios e prontuários; j) Referência e contrarreferência; k) Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; l) Inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho; m) Estímulo ao convívio familiar, grupal e social; n) Encaminhamento para acesso a benefícios socioassistenciais; o) Orientação sociofamiliar quando houver possibilidade de restabelecimento de vínculos; p) Preparação para o desligamento do serviço.

## **13) ARTICULAÇÃO EM REDE**

A OSC que pactuar o Termo de Colaboração para a execução dos serviços na Gestão indireta de Casa de Passagem, Centro POP e Abordagem Social deve manter articulação permanente entre estes serviços e com toda a rede socioassistencial e SGD :

- a) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); b) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); c) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de outros município, para articulação em rede; d) Serviço Especializado em Abordagem Social; e) Serviços de saúde (UBS, CAPS, hospitais); f) Serviços de acolhimento para população em situação de rua, inclusive de outros municípios para articulação em rede; g)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Serviços de políticas públicas setoriais (educação, habitação, trabalho e renda); h) Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; i) Ministério Público; j) Defensoria Pública; k) Conselho Tutelar; l) Programas e projetos de inclusão produtiva e promoção do acesso ao trabalho; m) Demais serviços socioassistenciais; n) Organizações da sociedade civil que atuam com a população em situação de rua.

#### **14) GESTÃO E MONITORAMENTO**

O acompanhamento da execução do objeto será feito pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Caçapava por meio da Vigilância Socioassistencial, da Comissão de Monitoramento e Avaliação instituída conforme a Lei nº 13.019/2014, com base nos relatórios mensais, visitas técnicas, indicadores definidos no plano de trabalho e articulação com os serviços da rede SUAS.

##### **14.1. Instrumentos de monitoramento:**

a) Relatórios mensais de atendimento; b) Registro de frequência dos usuários; c) Relatórios de acompanhamento do Plano Individual de Atendimento; d) Visitas técnicas in loco; e) Reuniões periódicas com as equipes da OSC; f) GESUAS - Sistema informatizado de registro das informações; g) Pesquisa de satisfação com os usuários; h) Supervisão técnica da equipe.

##### **14.2. A avaliação deve considerar:**

a) Adequação da metodologia de trabalho com a população atendida; b) Qualidade do atendimento prestado; c) Efetividade dos encaminhamentos realizados; d) Alcance das metas pactuadas nos Planos de Trabalho via Termos de Colaboração; e) Impacto social do serviço; f) Adequação dos recursos humanos e materiais.

#### **15) RESULTADOS ESPERADOS**

a) Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; b) Redução da presença de pessoas em situação de rua e de abandono; c) Proteção social a indivíduos em situação de risco pessoal e social; d) Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; e) Melhoria da qualidade de vida dos usuários; f) Fortalecimento da função protetiva da família, quando possível; g) Inclusão e integração social; h) Acesso à documentação civil; i) Acesso a benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda; j) Construção de novos projetos de vida e autonomia; k) Promoção da dignidade e

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

cidadania; l) Reinserção familiar e comunitária, quando possível.

#### **16) OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

A OSC parceira deverá:

a) Executar o serviço de acordo com o Plano de Trabalho aprovado; b) Garantir a laicidade na prestação dos serviços de assistência social; c) Atender os usuários de forma integral, respeitando sua dignidade e direito à privacidade; d) Garantir a participação dos usuários na construção de seu Plano Individual de Atendimento; e) Manter recursos humanos e materiais adequados e compatíveis com o atendimento prestado; f) Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados na execução do objeto; g) Manter escrituração contábil regular e atualizada; h) Prestar contas dos recursos recebidos de acordo com a legislação vigente; i) Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social quaisquer irregularidades observadas na execução do serviço; j) Garantir o livre acesso dos agentes públicos à fiscalização do serviço; k) Divulgar a parceria com o poder público conforme disposto na legislação; l) Manter e movimentar os recursos em conta bancária específica; m) Garantir ambiente acolhedor, seguro e adaptado para pessoas com deficiência; n) Garantir o sigilo das informações dos usuários; o) Elaborar e encaminhar relatórios de atividades mensalmente; p) Participar de reuniões de monitoramento e avaliação.

#### **17) OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

O Município, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deverá:

a) Transferir os recursos previstos nos Termos de Colaboração, conforme cronograma de desembolso estabelecido; b) Monitorar, supervisionar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução do serviço; c) Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados; d) Realizar a gestão da vaga por meio do Centro POP e CREAS, garantindo fluxo de encaminhamentos e contrarreferência; e) Promover a articulação em rede para encaminhamentos e atendimentos complementares; f) Propor ações de capacitação para a equipe da OSC; g) Fornecer informações sobre as políticas públicas e diretrizes na área de Assistência Social; h) Garantir o acesso dos usuários aos serviços da rede socioassistencial e demais políticas públicas; i) Promover reuniões periódicas de articulação entre os serviços; j) Disponibilizar documentação técnica e jurídica para subsidiar o trabalho da OSC.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

## 18) FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

a) Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC): Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; b) Lei nº 8.742/1993 (LOAS): Dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil e institui o SUAS; c) Lei nº 8.069/1990 (ECA): Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; d) Resolução CNAS nº 109/2009: Define a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS; e) Resolução CNAS nº 14/2014: Estabelece normas para inscrição e acompanhamento das entidades socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social; f) Decreto Federal nº 7.053/2009: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua; g) Lei Complementar nº 187/2021: Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social (CEBAS) e seus benefícios fiscais; h) Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS); i) Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS); j) Lei Municipal (inserir referência específica do município, quando houver); k) Instrução Normativa TCE-SP nº 01/2020: Define regras e procedimentos para fiscalização das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil no Estado de São Paulo.

## 19) DISPOSIÇÕES FINAIS

A OSC deverá garantir a ampla publicidade da parceria e atender às obrigações legais, fiscais e administrativas previstas na legislação vigente. O presente termo será parte integrante do Edital de Chamamento Público nº 04/SMDS/2025.

Caçapava, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

### EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL:

Saile Keler Coelho  
Diretora de Proteções Básica e Especial

Daniana Sabbi  
Diretora de Vigilância Socioassistencial

Maria Teresa Moreira Marcondes  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### ANEXO III

#### MODELO DE PLANO DE TRABALHO -

(Fazer em papel timbrado da instituição)

#### SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA NA MODALIDADE CASA DE PASSAGEM

<b>PLANO DE TRABALHO</b>		
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PROPONENTE</b>		
<b>Razão Social</b>		
Data de criação	CNPJ:	
Inscrição no CMAS nº	Validade:	
Inscrição no nº	Validade:	
Inscrição no CMI nº	Validade:	
Endereço		
Cidade	UF	
CEP	E-mail	
DDD/Tel	WhatsApp	
Conta-Corrente	Banco	Agência
<b>Nome do Representante Legal</b>		
CPF	RG	
Cargo	Função	
Endereço	CEP	
Início mandato:	Fim do mandato:	
<b>Nome do Técnico Responsável</b>		
CPF	RG	
Formação Profissional	Nº Registro	

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Cargo	Tel.:
Endereço	CEP
<b>Nome do Responsável pela Prestação de Contas</b>	
CPF	RG
Formação Profissional	Nº Registro
Cargo	Telefone
Endereço	CEP
<b>2. TÍTULO</b>	
Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos em Situação de Rua - Casa de Passagem	
Obs.:	
<b>2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA (Tipo de Serviço)</b>	
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa em Situação de Rua - Casa de Passagem	
<b>2.2 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO</b>	
<b>CAPACIDADE DE ATENDIMENTO PRETENDIDA:</b>	
<b>VALOR DE REFERÊNCIA POR USUÁRIO:</b>	
Valor por pessoa R\$	
Valor Mensal – R\$	
<b>VALOR ANUAL PREVISTO:</b>	
Valor Anual - R\$	
<b>2.3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE</b>	
De acordo com os dados nacionais, houve um crescimento de 38% entre 2019 e 2022 da População em Situação de Rua, totalizando 281.472 pessoas (IBGE, Censo 2022; IPEA, 2023). Entre os principais motivos para essa situação, destacam-se: 62% por desemprego e ausência de renda estável, 30% por conflitos familiares, violência doméstica e uso de álcool/drogas, e 8% por problemas de saúde mental e rompimento de vínculos.	

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

No município de Caçapava, com população estimada de 99.678 habitantes (IBGE, 2024), os dados de abordagem entre janeiro de 2024 e junho de 2025 revelam um perfil da população em situação de rua composto predominantemente por pessoas do sexo masculino (90%), principalmente na faixa etária de 40 a 59 anos, em situação de rua prolongada, com presença de jovens (18 a 29 anos) que demandam intervenções preventivas e terapêuticas específicas. Foi constatado que mais de 80% são itinerantes, confirmando o município como ponto de circulação regional.

Em julho de 2025, foram realizados aproximadamente 130 atendimentos mensais para pessoas em situação de rua na Casa de Passagem e Abordagem Social. Foram identificadas 22 pessoas em situação de rua munícipes de Caçapava, em um universo composto 82% por homens, com alta concentração na faixa etária de 40 a 59 anos, e 18% de mulheres. Referente ao uso de substâncias psicoativas, apenas 5% declaram não fazer uso de álcool ou outras substâncias, enquanto 95% se identificam como adictos, evidenciando que o uso de substâncias é um dos principais fatores associados à permanência nas ruas. Os motivos apontados para estarem nas ruas são majoritariamente o uso e abuso de substâncias psicoativas (21 pessoas), seguidos por condições de saúde mental (2), rompimento de vínculos familiares (2) e, por último, motivações religiosas (1).

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

## **2.4 JUSTIFICATIVA**

A existência de pessoas em situação de rua constitui um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado por um prisma monocausal. Deve ser compreendido por meio de uma multiplicidade de fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social), fatores biográficos (alcoholismo, uso e abuso de drogas, rompimentos de vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens) e fatores naturais ou calamidades públicas e desastres em massas (enchentes, incêndios, desabamentos).

Neste cenário de pessoas em situação de rua com riscos à sua segurança, saúde e bem estar, em condições improváveis de auto cuidado, autonomia e independência financeira, é dever do Estado prover os mínimos sociais àqueles que necessitem da política pública de assistência social.

O Serviço de Acolhimento Institucional noturno para adultos em situação de rua na modalidade de Casa de Passagem, é medida provisória, para acolher pessoas de ambos sexos, em instalações separadas, respeitando o direito de permanência com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos. A especificidade do serviço consiste na oferta de atendimento integral qualificado e humanizado sob princípios de heterogeneidade e articulação em rede, envolvendo esforços na construção, em conjunto com a pessoa atendida, de projetos de vida para superação das dificuldades e saída das ruas, com dignidade, respeito e autonomia.

Integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza pública estatal ou não estatal, e devem pautar-se nos pressupostos da Política Nacional de Assistência Social, da Norma Operacional Básica do SUAS, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, do Decreto Federal nº 7.053/2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, da Lei Federal 14.821/2024 (Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania) e demais normativas pertinentes.

De acordo com o Decreto nº 7.053/2009, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, utilizando os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

O município de Caçapava, localizado no Vale do Paraíba, assim como outros municípios brasileiros, tem registrado a presença de pessoas em situação de rua, muitas vezes migrantes de outras localidades, em busca de oportunidades de trabalho, em trânsito (por vezes se auto denominando “trecheiros”), ou em fuga de situações de violência doméstica, necessitando de acolhimento emergencial e temporário para garantia de seus direitos fundamentais.

Nesse sentido, o serviço visa atender com (xx) vagas/mês – vagas de pernoite/dia, oferecendo acolhimento provisório e excepcional para população adulta em situação de rua de ambos os sexos, inclusive pessoas com deficiência, visando a promoção da dignidade humana e a garantia de proteção integral no serviço de acolhimento institucional na modalidade Casa de Passagem.

A Casa de Passagem caracteriza-se como um serviço de acolhimento imediato e emergencial, provisório e de curta duração, funcionando como porta de entrada para a rede de serviços socioassistenciais destinados à população em situação de rua ou migrantes, em trânsito, assegurando atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida, tendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social responsável pelo controle, acompanhamento e fiscalização dos serviços que compõem a rede de acolhimento do

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

município de Caçapava/SP.	
<b>2.5</b>	<b>OBJETIVO GERAL</b>
<p>Ofertar serviço de acolhimento institucional provisório para adultos em situação de rua, com funcionamento noturno (18h às 7h), garantindo proteção integral às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, visando promover a inclusão social, fortalecer vínculos interpessoais ou familiares, contribuir para a construção de novos projetos de vida e assegurar o acesso à rede de serviços e benefícios socioassistenciais, em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e a Política Nacional para a População em Situação de Rua.</p> <p>O serviço terá funcionamento ininterrupto (24hrs) com plantões 7 dias da semana oferecendo acolhimento imediato, alimentação, higiene e proteção conforme resolução CNAS nº 109/2009 e Tipificação dos Serviços Socioassistenciais com a missão de proteção do público em vulnerabilidade e risco social, contemplando xx (xx) vagas/mês – xx vagas de pernoite/dia .</p>	
<b>2.6</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>
<p>Acolher provisoriamente, encaminhadas pelo Centro Pop, Creas, ou rede socioassistencial e em casos emergenciais pessoas adultas em situação de rua, garantindo proteção integral e condições de estadia, alimentação e higiene;</p> <p>Contribuir para o restabelecimento dos vínculos familiares e sociais prejudicados e/ou rompidos;</p> <p>Promover o acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas;</p> <p>Possibilitar ao usuário condições para retomar sua autonomia por meio da inclusão social e produtiva alcançando sua independência financeira;</p> <p>Propiciar o fortalecimento de autoestima e autocuidado;</p> <p>Diminuir a reincidência de pessoas em situação de rua e a exposição à violência;</p> <p>Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando a autonomia e as escolhas dos usuários;</p> <p>Facilitar o acesso à documentação civil e a benefícios socioassistenciais;</p> <p>Proporcionar ambiente de acolhimento que respeite a dignidade e a privacidade das pessoas atendidas;</p> <p>Promover ações articuladas com a rede intersetorial para atendimento integral das necessidades dos usuários.</p> <p>Casos atendidos por meio de demanda espontânea, posteriormente ao pernoite, encaminhar a pessoa ao serviço do Centro de Passagem, comunicando ao respectivo equipamento, a situação apresentada para as devidas articulações e competências do Centro Pop.</p>	

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

<b>2.7 METAS</b>		
<p>Acolher 100% das pessoas em situação de rua encaminhadas ao serviço, dentro da capacidade de atendimento estabelecida xx (xx) vagas/mês – xx vagas de pernoite/dia .</p> <p>Garantir elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) para 100% dos acolhidos em até 7 dias após admissão;</p> <p>Garantir que 100% dos acolhidos tenham acesso à alimentação adequada, higiene pessoal e espaço para pernoite em condições dignas;</p> <p>Realizar encaminhamento de 100% dos usuários para acesso à documentação civil quando necessário;</p> <p>Encaminhar 100% dos usuários para serviços da rede socioassistencial e de saúde conforme necessidades identificadas;</p> <p>Promover a inclusão de 80% dos usuários em programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais quando elegíveis;</p> <p>Realizar atividades de promoção da autonomia e inclusão social com pelo menos 70% dos acolhidos;</p> <p>Propiciar o retorno à família de origem de pelo menos 30% dos usuários com vínculos familiares fragilizados;</p> <p>Contribuir para a redução em 50% do tempo de permanência das pessoas em situação de rua no município.</p>		
<b>2.8. METODOLOGIA</b>		
<p>O serviço deverá funcionar ininterruptamente (24 horas) em regime de plantão, 7 dias por semana, incluindo feriados, garantindo o acolhimento a qualquer momento do dia ou da noite, com ênfase no funcionamento noturno (18h às 7h).</p>		
<b>Estratégias metodológicas</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Resultados</b>
Acolhida inicial e escuta qualificada	Diária	Identificação das necessidades imediatas e construção de vínculo com o usuário
Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA)	Em até 7 dias após acolhimento	Planejamento individualizado das intervenções necessárias para cada usuário
Oferta de Proteção Integral - cuidados de alimentação, higiene, e espaço para pernoite	Diária	Garantia de direitos básicos e dignidade humana aos acolhidos
Oferta de Proteção à saúde - encaminhamentos para serviços de saúde, acompanhamento de consultas, controle de medicações	Conforme necessidade	Acesso aos serviços de saúde e melhoria das condições físicas e mentais dos usuários
Encaminhamento para documentação civil	Conforme demanda	Garantia do direito à cidadania e acesso a outros serviços e benefícios
Oferta de espaço para guarda de pertences pessoais	Diária	Segurança dos bens pessoais e preservação da identidade do usuário
Articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas	Semanal	Acesso integrado a serviços e benefícios socioassistenciais e demais políticas públicas
Atendimentos individuais - orientações e encaminhamentos	Semanal	Apoio no processo de construção de novos projetos de vida
Busca ativa de familiares e rede social de apoio	Conforme necessidade	Restabelecimento de vínculos familiares e sociais, quando possível

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Encaminhamento para programas de qualificação profissional e geração de renda	Conforme oportunidades disponíveis	Inclusão produtiva e promoção da autonomia financeira
Orientação para acesso a benefícios socioassistenciais	Conforme elegibilidade	Inclusão em programas de transferência de renda e benefícios
Reuniões com a equipe técnica para estudo de casos	Quinzenal	Aprimoramento das estratégias de intervenção e acompanhamento
Atividades de convívio e socialização	Semanal	Fortalecimento de vínculos interpessoais e habilidades sociais
Ações preparatórias para o desligamento	30 dias antes do desligamento	Construção de projetos pós-acolhimento e autonomia
Acompanhamento pós-desligamento	Por até 6 meses após desligamento	Monitoramento da reinserção social e prevenção do retorno à situação de rua
Registro de dados, elaboração de relatórios e alimentação dos sistemas (GESUAS)	Mensal	Sistematização das informações e prestação de contas
<b>2.9 PÚBLICO ALVO</b>		
<p><b>População atendida:</b> Pessoas adultas a partir dos 18 anos em situação de rua e/ou desabrigo por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito (trecheiros) e sem condições de autossustento. O atendimento será destinado a ambos os sexos, podendo incluir pessoas com deficiência, desde que tenham condições de mobilidade e convivência em espaço coletivo.</p> <p><b>Crítérios de seleção:</b> Busca Ativa e Encaminhamentos pelas redes socioassistenciais do município de Caçapava-SP.</p>		

**3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

Nº	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	TOTAL DE ATENDIDOS	Nº DE GRUPOS	CRONOGRAMA DURAÇÃO
1	Acolhimento de pessoas em situação de rua	Coordenação/ Educadores		-	Diariamente
2	Garantir ambiente com acessibilidade e dedetizado periodicamente	Coordenação	420 (quatrocentos e vinte) vagas/mês – 14 vagas de pemoite/dia.	15/dia ?	Limpeza -Diariamente Dedetização – 6 meses (ou 3?)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

3	Garantir estrutura adequada com mobiliário, recursos materiais e humanos	Coordenação	420 (quatrocentos e vinte) vagas/mês – 14 vagas de pernoite/dia.		Diariamente
4	Garantir formação continuada à toda equipe de RH com temas afins à Política de Atendimento à Pop. Rua e demais temas correlatos	Coordenação	420 (quatrocentos e vinte) vagas/mês – 14 vagas de pernoite/dia.		Periodicamente 2 meses ?
5	Cuidados Básicos (alimentação, higiene, pernoite)	Educador Social	420 (quatrocentos e vinte) vagas/mês – 14 vagas de pernoite/dia.	15/dia ?	Diariamente
6	Atendimento individualizado a cada acolhido	Assistente Social/Psicólogo	420 (quatrocentos e vinte) vagas/mês – 14 vagas de pernoite/dia.	Individual	1 hora por atendimento
7	Elaboração e atualização do PIA	Assistente Social/Psicólogo	420 (quatrocentos e vinte) vagas/mês – 14 vagas de pernoite/dia.	Individual	2 horas por usuário
8	Encaminhamentos para rede de saúde	Educador Social/ Equipe Técnica	Conforme demanda	Individual	Conforme necessidade
9	Encaminhamentos para documentação civil	Assistente Social	Conforme demanda	Individual	2 horas por encaminhamento
10	Articulação com a rede socioassistencial	Equipe Técnica	420 (quatrocentos e vinte) vagas/mês – 14 vagas de pernoite/dia.	-	2 horas por ação
11	Busca ativa de familiares	Assistente Social/Psicólogo	Conforme demanda	Individual	3 horas por ação
12	Encaminhamento para programas de transferência de renda	Assistente Social	Conforme elegibilidade	Individual	1 hora por encaminhamento
13	Registro e sistematização de dados (GESUAS)	Equipe Técnica	420 (quatrocentos e vinte) vagas/mês – 14 vagas de pernoite/dia.	-	4 horas
14	Reuniões para estudo de	Equipe Técnica	420 (quatrocentos e	Coletivo	2 horas

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

	casos		vinde) vagas/mês – 14 vagas de pernoite/dia.		
15	Atividades de convívio e socialização	Educador Social	420 (quatrocentos e vinte) vagas/mês – 14 vagas de pernoite/dia.	Coletivo	2 horas
16	Planejamento do desligamento	Equipe Técnica	Conforme necessidade	Individual	2 horas por usuário
17	Acompanhamento pós-desligamento	Assistente Social/Psicólogo	Egressos	Individual	1 hora por atendimento
18	Elaboração de relatórios técnicos	Equipe Técnica	-	-	8 horas
19	Manutenção do espaço físico	Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	Diariamente
20	Supervisão e monitoramento do serviço	Coordenação	-	-	4 horas
21	Prestação de contas	Coordenação/ Responsável Financeiro	-	-	8 horas

**4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

As metas sempre são numéricas (unidades, %), colocar de 3 a 5 metas no máximo

Obs.: As metas são desdobramentos quantificados dos objetivos específicos, relacionar.

<b>METAS</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>
1. Acolher 100% das pessoas em situação de rua encaminhadas, dentro da capacidade estabelecida	Percentual de pessoas acolhidas em relação ao número de encaminhamentos recebidos	Registro de acolhimento, fichas de entrada, sistema GESUAS
2. Elaborar PIA para 100% dos acolhidos em até 7 dias	Percentual de PIAs elaborados dentro do prazo estabelecido	PIAs documentados nos prontuários individuais
3. Garantir 100% de acesso à alimentação, higiene e pernoite	Oferta diária de refeições, kits de higiene e espaço para dormir	Registros diários, fotografias, controle de estoque
4. Encaminhar 100% dos usuários para documentação civil quando necessário	Percentual de usuários encaminhados para obtenção de	Registros de encaminhamentos, cópias de documentos nos prontuários

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

	documentos	
5. Encaminhar 100% dos usuários para serviços da rede conforme necessidades	Percentual de usuários encaminhados à rede de serviços	Formulários de encaminhamento, registros no PIA
6. Incluir 80% dos usuários elegíveis em programas de transferência de renda	Percentual de usuários incluídos em programas sociais	Comprovantes de inclusão em programas sociais, relatórios técnicos
7. Realizar atividades de promoção da autonomia com 70% dos acolhidos	Percentual de usuários participando de atividades	Listas de presença, relatórios de atividades, fotografias
8. Propiciar o retorno à família de 30% dos usuários com vínculos fragilizados	Percentual de usuários que retornaram ao convívio familiar	Relatórios de acompanhamento, registros de desligamento
9. Reduzir em 50% o tempo de permanência das pessoas em situação de rua no município	Percentual de redução no tempo médio de permanência	Dados comparativos do sistema GESUAS, relatórios técnicos
10. Elaborar relatórios mensais de acompanhamento do serviço	Entrega dos relatórios no prazo estabelecido	Relatórios arquivados, protocolos de entrega
11. Realizar pelo menos 2 reuniões mensais da equipe técnica	Número de reuniões realizadas	Atas de reunião, listas de presença
12. Alimentar mensalmente o sistema GESUAS	Inserção de dados no prazo estabelecido	Relatórios do sistema, comprovantes de inserção
13. Garantir 100% dos profissionais capacitados para o serviço	Percentual de profissionais capacitados	Certificados, registros de participação em capacitações
14. Garantir articulação com pelo menos 5 serviços da rede por mês	Número de serviços articulados	Registros de reuniões intersetoriais, encaminhamentos
15. Realizar acompanhamento de pelo menos 50% dos egressos por 6 meses	Percentual de egressos acompanhados	Relatórios de acompanhamento pós-desligamento

**5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

ATIVIDADES	Out/25 a Dez/26(Especificar mês a mês)
Acolhimento de pessoas em situação de rua	Contínuo (12 meses)
Cuidados básicos (alimentação, higiene, pernoite)	Contínuo (12 meses)
Atendimento individualizado	Contínuo (12 meses)
Elaboração e atualização do PIA	Contínuo (12 meses)
Encaminhamentos para rede de saúde	Contínuo (12 meses)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Encaminhamentos para documentação civil	Contínuo (12 meses)
Articulação com a rede socioassistencial	Contínuo (12 meses)
Busca ativa de familiares	Contínuo (12 meses)
Encaminhamento para programas sociais	Contínuo (12 meses)
Registro e sistematização de dados	Contínuo (12 meses)
Reuniões para estudo de casos	Quinzenal (24 reuniões)
Atividades de convívio e socialização	Semanal (48 atividades)
Planejamento do desligamento	Conforme necessidade
Acompanhamento pós-desligamento	Mensal para egressos (até 6 meses)
Elaboração de relatórios técnicos	Mensal (12 relatórios)
Manutenção do espaço físico	Contínuo (12 meses)
Supervisão e monitoramento	Semanal (48 supervisões)
Prestação de contas	Mensal (12 prestações)
Capacitação da equipe	Trimestral (4 capacitações)
Avaliação do serviço	Trimestral (4 avaliações)

**6. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS**

Detalhar as dependências da instituição, como edifícios, prédios, salas, quadras, refeitório, máquinas, equipamentos, instalações que serão utilizadas na execução das atividades

Nº	TIPO	QUANTIDADE	LOCAL DE UTILIZAÇÃO
1	Imóvel com: recepção, salas de atendimento, dormitórios separados por sexo, banheiros, refeitório, cozinha, lavanderia, sala administrativa, espaço para guarda de pertences	14 vagas/camas dia)	Sede do serviço
2	Camas/colchões	14	Dormitórios
3	Armários individuais com chave	20	Área de guarda de pertences
4	Conjuntos de roupas de cama e banho	80	Dormitórios/Banheiros
5	Kits de higiene pessoal	330/mês	Banheiros
6	Mesas e cadeiras para refeitório	50 lugares	Refeitório
7	Equipamentos de cozinha (fogão, geladeira, freezer, liquidificador, micro ondas, mesas e cadeiras utensílios)	1 conjunto	Cozinha
8	Máquinas de lavar e secar	2 de cada	Lavanderia

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

9	Computadores e Tablet	4	Sala administrativa
10	Impressora multifuncional	1	Sala administrativa
11	Telefone	2	Recepção e sala administrativa
12	Arquivos e materiais de escritório	Conforme necessidade	Sala administrativa
13	Material de limpeza e higienização	Conforme necessidade	Todo o espaço
14	Veículo para transporte	1	Uso do serviço

**7. RECURSOS HUMANOS**

<b>Função</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Carga Horária (semanal)</b>	<b>Salário Base (estimado)</b>	<b>Atividade Desenvolvida</b>
Coordenador	CLT	40h semanais	R\$ 6.596,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão da entidade e do serviço;</li> <li>- Articulação com a rede de serviços;</li> <li>- Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos;</li> <li>- Elaboração, em conjunto com a equipe técnica, do Projeto Político-Pedagógico do serviço;</li> <li>- Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos;</li> <li>- Articulação com a rede de serviços e com o Sistema de Garantia de Direitos</li> </ul>
Assistente Social	CLT	20h semanais (considerando o que o mesmo AS pode fazer 20 na Casa de Passagem e 20 no Centro Pop)	R\$ 3.306,00 (ver proporcionalidade com 20 horas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração do PIA em conjunto com o usuário;</li> <li>- Acompanhamento social dos usuários;</li> <li>- Encaminhamentos para a rede de serviços;</li> <li>- Articulação com a rede intersetorial;</li> <li>- Orientação e encaminhamentos para benefícios socioassistenciais;</li> <li>- Busca ativa de familiares;</li> <li>- Elaboração de relatórios e pareceres técnicos;</li> <li>- Inserção de dados no sistema GESUAS</li> </ul>
Psicólogo	CLT	20h semanais	R\$ 3.306,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento psicológico dos usuários;</li> <li>- Contribuição na elaboração do PIA;</li> </ul>

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

		(considerando o que o mesmo Psico pode fazer 20 na Casa de Passagem e 20 no Centro Pop)	(ver proporção com 20 horas)		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento individual e em grupo;</li> <li>- Encaminhamentos para a rede de saúde mental; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mediação de conflitos;</li> </ul> </li> <li>- Fortalecimento da autoestima e autonomia;</li> <li>- Apoio no desenvolvimento de projetos de vida; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de relatórios técnicos</li> </ul> </li> </ul>
Educador Social (diurno)	CLT	12x36h	R\$ 2.056,24		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhida e orientação dos usuários;</li> <li>- Acompanhamento da rotina diária;</li> <li>- Apoio nas atividades de vida diária;</li> <li>- Distribuição de refeições e kits de higiene; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização dos espaços;</li> <li>- Mediação de conflitos;</li> </ul> </li> <li>- Acompanhamento em serviços externos quando necessário</li> </ul>
Educador Social (noturno)	CLT	12x36h	R\$ 2.056,24		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhida e orientação dos usuários;</li> <li>- Acompanhamento da rotina noturna;</li> <li>- Distribuição de refeições e kits de higiene; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização dos espaços;</li> <li>- Mediação de conflitos;</li> </ul> </li> <li>- Garantia da segurança e descanso dos usuários</li> </ul>
Auxiliar de Serviços Gerais	CLT	44h semanais	R\$ 1.412,00		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limpeza e higienização dos espaços;</li> <li>- Apoio na organização do ambiente;</li> <li>- Lavagem de roupas de cama e banho;</li> <li>- Apoio na distribuição de refeições;</li> <li>- Controle de material de limpeza <ul style="list-style-type: none"> <li>- Preparação das refeições;</li> <li>- Organização da cozinha;</li> </ul> </li> <li>- Controle de estoque de alimentos;</li> <li>- Garantia da higiene e segurança alimentar</li> </ul>
Cozinheiro	CLT	44h semanais	R\$ 1.650,00		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle de entrada e saída;</li> <li>- Segurança do espaço;</li> <li>- Registro de ocorrências;</li> <li>- Apoio em situações de emergência</li> </ul>
Vigia (noturno)	CLT	12x36h	R\$ 1.650,00		

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Nome	Escolaridade	Formação	Carga horária dedicada ao serviço	Função	Regime de Contratação	Valor do Salário	Fonte Recurso (Próprio) ou Municipal

**8. PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA**

**DESPESAS**

(Listar todas as despesas, incluindo encargos trabalhistas)

Nº	TIPO DE DESPESA	QUANTIDADE	CUSTO MENSAL PREVISTO	CUSTO ANUAL PREVISTO
1	Recursos Humanos		R\$	R\$
2	Encargos Sociais		R\$	R\$
3	Alimentação		R\$	R\$
4	Material de Higiene e Limpeza		R\$	R\$
5	Kits de Higiene Pessoal		R\$	R\$
6	Roupas de Cama e Banho		R\$	R\$
7	Material de Escritório	-	R\$	R\$
8	Serviços de Terceiros (manutenção, etc.)	-	R\$	R\$
9	Despesas com Transporte/Combustível	-	R\$	R\$
10	Água, Luz, Telefone, Internet	-	R\$	R\$
11	Aluguel (se aplicável)	-	R\$	R\$
12	Medicamentos e Material de Primeiros Socorros	-	R\$	R\$
<b>TOTAL R\$</b>			R\$	R\$

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**ORIENTAÇÕES:**

- Descrever por modalidade e gênero da despesa;
- Destacar o custo mensal e anual, com os respectivos **03 orçamentos**;
- Identificar os custos separados por verba, municipal, estadual, federal e fonte própria;
- Cronograma de desembolsos.

(Na planilha de custos **não serão admitidas despesas com titulação genérica (despesas gerais, outras despesas, diversos)**, taxas administrativas e demais despesas vedadas pelos dispositivos legais que regem a transferência de recursos públicos às instituições privadas)

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (total do contrato)								
DESPESAS	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	TOTAL POR DESPESA		
Recursos Humanos	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Encargos Sociais	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Alimentação	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Material de Higiene e Limpeza	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Kits de Higiene Pessoal	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Roupas de Cama e Banho	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Material de Escritório	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Serviços de Terceiros	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Despesas com Transporte	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Água, Luz, Telefone, Internet	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Aluguel (se aplicável)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Medicamentos	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
<b>TOTAL POR MÊS</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>		
DESPESAS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS	TOTAL ANUAL
Recursos Humanos	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Encargos Sociais	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Alimentação	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Material de Higiene e Limpeza	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Kits de Higiene Pessoal	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Roupas de Cama e Banho	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Material de Escritório	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Serviços de Terceiros	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Despesas com Transporte	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Água, Luz, Telefone, Internet	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Aluguel (se aplicável)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Medicamentos	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL POR MÊS</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

***IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL, TÉCNICO RESPONSÁVEL E PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS***

Caçapava, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**REPRESENTANTE LEGAL**

Nome:

Data

Assinatura:

***RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO***

Nome:

Data:

Assinatura:

***RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS***

Nome:

Data:

Assinatura:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### ANEXO III

#### MODELO DE PLANO DE TRABALHO -

(Fazer em papel timbrado da instituição)

#### PLANO DE TRABALHO - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

##### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PROPONENTE

###### Razão Social

Data de criação

CNPJ:

Inscrição no CMAS nº

Validade:

Inscrição no CMDCA nº

Validade:

Inscrição no CMI nº

Validade:

Endereço

Cidade

UF

CEP

E-mail

DDD/Tel

WhatsApp

Conta-Corrente

Banco

###### Nome do Representante Legal

CPF

RG

Cargo

Função

Endereço

CEP

Início mandato:

Fim do mandato:

###### Nome do Técnico Responsável

CPF

RG

Formação Profissional

Nº Registro

Cargo

Tel.:

Endereço

CEP

###### Nome do Responsável pela Prestação de Contas

CPF

RG

Formação Profissional

Nº Registro

Cargo

Telefone

Endereço

CEP

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

## 2. TÍTULO

**Serviço Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP**

### 2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA (Tipo de Serviço)

Serviço Especializado em Abordagem Social para População em Situação de Rua - Centro POP (Proteção Social Especial de Média Complexidade)

### 2.2 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

**CAPACIDADE DE ATENDIMENTO PRETENDIDA:**

**VALOR DE REFERÊNCIA POR USUÁRIO:** Valor por pessoa R\$

**VALOR MENSAL:** R\$

**VALOR ANUAL PREVISTO:** R\$

### 2.3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

O Plano de Trabalho do Serviço Especializado em Abordagem Social à População em Situação de Rua, Centro Pop, é parte integrante do reordenamento da oferta do serviço de proteção social de média complexidade tendo em vista a necessidade de sistematizar o conteúdo das ações e intervenções realizadas junto à população em situação de rua, parte integrante do Programa Novo Rumo – Integra Pop do município de Caçapava.

De acordo com os dados nacionais, houve um crescimento de 38% entre 2019 e 2022 da População em Situação de Rua, totalizando 281.472 pessoas (IBGE, Censo 2022; IPEA, 2023). Entre os principais motivos para essa situação, destacam-se: 62% por desemprego e ausência de renda estável, 30% por conflitos familiares, violência doméstica e uso de álcool/drogas, e 8% por problemas de saúde mental e rompimento de vínculos.

No município de Caçapava, com população estimada de 99.678 habitantes (IBGE, 2024), os dados de abordagem entre janeiro de 2024 e junho de 2025 revelam um perfil da população em situação de rua composto predominantemente por pessoas do sexo masculino (90%), principalmente na faixa etária de 40 a 59 anos, em situação de rua prolongada, com presença de jovens (18 a 29 anos) que demandam intervenções preventivas e terapêuticas específicas. Foi constatado que mais de 80% são itinerantes, confirmando o município como ponto de circulação regional.

Em julho de 2025, foram realizados aproximadamente 130 atendimentos mensais para pessoas em situação de rua na Casa de Passagem e Abordagem Social. Foram identificadas 22 pessoas em situação de rua, munícipes de Caçapava, em um universo constituído por 82% de pessoas do sexo masculino, com alta concentração na faixa etária de 40 a 59 anos, e 18% de mulheres. Referente ao uso de substâncias psicoativas, apenas 5% declaram não fazer uso de álcool ou outras substâncias, enquanto 95% se identificam como adictos, evidenciando que o uso de substâncias é um dos principais fatores associados à permanência nas ruas. Os motivos apontados para estarem nas ruas são majoritariamente o uso e abuso de substâncias psicoativas (21 pessoas), seguidos por condições de saúde mental (2), rompimento de vínculos familiares (2) e, por último, motivações religiosas (1).

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

## 2.4 JUSTIFICATIVA

A existência de pessoas em situação de rua constitui um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado por um prisma monocausal. Deve ser compreendido por meio de uma multiplicidade de fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social), fatores biográficos (alcoolismo, uso e abuso de drogas, rompimentos de vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens) e fatores naturais ou desastres de massas (enchentes, incêndios, desabamentos).

A Política Nacional de Assistência Social, PNAS, estrutura os serviços em proteções, básica (prima pela prevenção de situações de risco e vulnerabilidade) e especial, constituída por ações mais complexa, destinada a atender situações de violação de direitos. A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros.

Frente às especificidades de cada situação de violação de direitos é imperativo a construção de ações integradas com diversas políticas públicas com ações convergentes a um Plano de caráter emancipatório e de superação das diversas violações em que encontram-se as pessoas em situação de rua.

Nesta perspectiva o **Programa Novo Rumo- Integra Pop**, instituído pelo município de Caçapava, apresenta eixos estratégicos de intervenção: autonomia financeira - enfrentamento da pobreza; acesso ao trabalho - geração de emprego e renda; educação – inclusão ensino formal e qualificação profissional; saúde – acesso à atenção básica e especial; moradia digna; heterogeneidade – respeito às diferenças, integração de esforços – poder público e sociedade civil juntos por meio de Comitê Intersetorial.

O Programa vem ao encontro das legislações sobre População em Situação de rua, com ênfase ao Decreto Federal nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 o qual institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento”. E no âmbito municipal a Lei que institui a Programa Novo Rumo voltado à Política Municipal para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial e as ações a serem executadas pelo Centro Pop/Serviço de Abordagem é parte integrante e fundamental na execução do Programa.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) é uma unidade pública prevista no Decreto Federal nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Deve pautar-se nos pressupostos das legislações:

- Lei 8.742/1993 alterada pela Lei 12.435/2011 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
- Resolução CNAS nº 145/2004 - Política Nacional de Assistência Social – PNAS;
- Resolução CNAS nº 130/2005 – Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB-RH/SUAS;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- Resolução CNAS nº 109/2009 – Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;
- Lei 11.258/2005 - Inclui na LOAS os programas destinados à pessoa em situação de rua;
- Decreto Federal nº 7.053/2009 - Política Nacional para a População em Situação de Rua;
- Resolução CNAS nº 269/2006 NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica do SUAS;
- Lei Federal 14.821/2024 - Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania.

O Centro POP caracteriza-se como uma unidade de referência especializada para o atendimento à população em situação de rua, oferecendo serviços direcionados para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

No município de Caçapava, a implementação do Centro POP é parte da rede de serviços do Programa de Atenção e Proteção às pessoas em situação de rua, trabalhando de forma articulada com a Casa de Passagem e os demais serviços socioassistenciais, garantindo atendimento diurno, com serviços especializados e condições para o acesso a direitos fundamentais.

## **2.5 OBJETIVO GERAL**

Possibilitar à pessoa em situação de rua a organização de projeto de vida e condições para se fortalecer e adquirir referências na sociedade, enquanto sujeitos de direitos com vistas a superação da situação de rua.

Ofertar serviço especializado para pessoas em situação de rua, com funcionamento diurno (8h às 17h), realizando atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecimento de vínculos interpessoais ou familiares fomentando a construção de projetos de vida, promovendo o acesso à rede de serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas, em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

## **2.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Realizar acolhida, escuta qualificada e atendimento especializado à população em situação de rua, reconhecendo suas necessidades e demandas;
- Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial;
- Contribuir para a construção ou reconstrução de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua;
- Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária;
- Proporcionar vivências que favoreçam o desenvolvimento de sociabilidades e prevenção de situações de risco social;
- Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional, visando a inclusão produtiva;
- Realizar a busca ativa para identificação de pessoas em situação de rua nos territórios;
- Promover o acesso à Casa de Passagem com a oferta de serviços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- Articular com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos;
- Proporcionar endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.
- Fomentar autonomia, capacidades de convívio e o desenvolvimento de potencialidades;
- Desenvolver estratégias de atenção sócio familiar que visem à reorganização do grupo familiar e/ou a elaboração de novas referências afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica e sua auto-organização e autonomia;
- Sensibilizar e capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas sócio assistenciais e demais políticas, na atenção à população em situação de rua, envidando esforços nas ações do Comitê Intersetorial.

## 2.7 METAS

1. Garantir atendimento mensal para até 132 pessoas em situação de rua no Centro POP;
2. Realizar a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) para 100% dos usuários inseridos no serviço em até 15 dias após o primeiro atendimento;
3. Garantir o acesso de 100% dos usuários atendidos aos serviços de higiene pessoal, guarda de pertences e alimentação;
4. Garantir o acesso à documentação civil para pelo menos 80% dos usuários que necessitarem;
5. Realizar pelo menos 4 oficinas socioeducativas por mês com temas voltados ao fortalecimento da autonomia e cidadania;
6. Encaminhar 100% dos usuários atendidos para a rede socioassistencial e de políticas públicas conforme suas necessidades específicas;
7. Realizar pelo menos 12 ações de busca ativa por mês nos principais pontos de concentração de pessoas em situação de rua;
8. Incluir pelo menos 60% dos usuários atendidos no Cadastro Único para Programas Sociais;
9. Promover a inclusão de pelo menos 50% dos usuários em programas de qualificação profissional e geração de renda;
10. Viabilizar o retorno ao convívio familiar de pelo menos 30% dos usuários que manifestarem interesse e apresentarem condições para reintegração.

## 2.8. METODOLOGIA

O Centro POP deverá funcionar em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, podendo estender seu funcionamento para feriados, finais de semana e período noturno conforme necessidade identificada pela gestão municipal.

<b>Estratégias metodológicas</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Resultados</b>
<b>Acolhida e escuta qualificada</b>	<b>Diária</b>	<b>Identificação das necessidades e demandas dos usuários com construção de vínculo</b>
<b>Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA)</b>	<b>Em até 15 dias após o primeiro atendimento</b>	<b>Planejamento individualizado das intervenções com participação ativa do usuário</b>

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

<b>Estratégias metodológicas</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Resultados</b>
<b>Oferta de serviços básicos</b> (alimentação, higiene pessoal, guarda de pertences)	<b>Diária</b>	<b>Garantia de condições mínimas de dignidade e atendimento às necessidades imediatas</b>
<b>Orientação e encaminhamentos para a rede de serviços</b>	<b>Diária/conforme necessidade</b>	<b>Acesso a serviços e direitos socioassistenciais e das demais políticas públicas</b>
<b>Oficinas de convivência e sociabilidade</b>	<b>Semanal</b>	<b>Fortalecimento de vínculos interpessoais e desenvolvimento de habilidades sociais</b>
<b>Oficinas de qualificação profissional</b>	<b>Quinzenal</b>	<b>Desenvolvimento de habilidades para inserção no mercado de trabalho</b>
<b>Busca ativa nos territórios</b>	<b>Diária</b>	<b>Identificação e abordagem de pessoas em situação de rua nos territórios</b>
<b>Atendimento individual</b>	<b>Semanal</b>	<b>Acompanhamento do PIA e suporte para superação de dificuldades</b>
<b>Atendimento em grupo</b>	<b>Semanal</b>	<b>Troca de experiências e fortalecimento mútuo entre os usuários</b>
<b>Referência e contrarreferência</b>	<b>Conforme necessidade</b>	<b>Articulação efetiva com a rede socioassistencial e outras políticas</b>
<b>Visitas domiciliares (quando houver possibilidade de retorno familiar)</b>	<b>Conforme avaliação técnica</b>	<b>Preparação para possível reintegração familiar</b>
<b>Inclusão no Cadastro Único</b>	<b>Conforme demanda</b>	<b>Acesso a programas sociais e benefícios</b>
<b>Documentação civil</b>	<b>Conforme demanda</b>	<b>Garantia do direito à cidadania</b>
<b>Estudos de caso</b>	<b>Quinzenal</b>	<b>Aprimoramento das estratégias de intervenção</b>
<b>Registro das informações</b>	<b>Diária</b>	<b>Sistematização das ações realizadas e monitoramento dos resultados</b>
<b>Reuniões com a rede</b>	<b>Mensal</b>	<b>Fortalecimento da articulação intersetorial</b>
<b>Elaboração de relatórios</b>	<b>Mensal</b>	<b>Monitoramento e avaliação do serviço</b>

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

## 2.9 PÚBLICO ALVO

**População atendida:** Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Destaca-se que crianças e adolescentes podem ser atendidos pelo Serviço somente quando estiverem em situação de rua, acompanhadas de familiar ou pessoa responsável.

**Crêterios de seleção:** O serviço pode ser acessado de forma espontânea pela pessoa em situação de rua, a qualquer momento durante o horário de funcionamento. Pode também ser acessado por encaminhamento do Serviço Especializado em Abordagem Social, por outros serviços da assistência social ou de outras políticas públicas e por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

## 3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nº	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	TOTAL DE ATENDIDOS	Nº DE GRUPOS	CRONOGRAMA DURAÇÃO
1	Acolhida e escuta qualificada	Equipe técnica			
2	Elaboração do PIA	Assistente Social/ Psicólogo			
3	Atendimento individual	Equipe técnica			
4	Oficinas de convivência e sociabilidade	Educador Social			
5	Oficinas de qualificação profissional	Educador Social/Parceiros			
6	Busca ativa nos territórios	Educador Social/Assistente Social			
7	Encaminhamentos para rede de serviços	Assistente Social			
8	Inclusão no Cadastro Único	Assistente Social			
9	Acesso à documentação civil	Assistente Social			
10	Estudo de caso	Equipe técnica			
11	Visitas domiciliares	Assistente Social/Psicólogo			
12	Reuniões com a rede	Coordenador/Equi			

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Nº	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	TOTAL DE ATENDIDOS	Nº DE GRUPOS	CRONOGRAMA
		pe técnica			
13	Registro de informações no GESUAS	Equipe técnica			
14	Elaboração de relatórios	Equipe técnica			
15	Atendimento em grupo	Psicólogo			
16	Atividades socioeducativas	Educador Social			
17	Encaminhamento para programas de geração de renda	Assistente Social			
18	Avaliação do serviço com os usuários	Coordenador/Equipe técnica			
	Encaminhamentos para grupo de auto e mútua				
19	ajuda/Narcótico Anônimos e Amor Exigente	Equipe técnica			

**4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

METAS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
1. Garantir atendimento para até 132 pessoas em situação de rua	Número de atendimentos realizados diariamente	Registro diário de atendimentos, lista de presença, sistema GESUAS
2. Elaborar PIA para 100% dos usuários em até 15 dias	Percentual de PIAs elaborados dentro do prazo estabelecido	PIAs arquivados, prontuários dos usuários
3. Garantir acesso a serviços básicos para 100% dos usuários	Percentual de usuários que acessam os serviços de higiene, alimentação e guarda de pertences	Registro diário de utilização dos serviços
4. Garantir acesso à documentação civil para 80% dos usuários	Percentual de usuários que obtiveram documentação	Cópias de documentos nos prontuários, registros de encaminhamentos
5. Realizar pelo menos 4	Número de oficinas realizadas	Registros fotográficos, lista

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

<b>METAS</b> oficinas socioeducativas por mês	<b>INDICADORES</b> mensalmente	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b> de presença, relatórios de atividades
6. Encaminhar 100% dos usuários para a rede	Percentual de usuários encaminhados para outros serviços	Formulários de encaminhamento, registro nos prontuários
7. Realizar pelo menos 12 ações de busca ativa por mês	Número de ações de busca ativa realizadas	Relatórios de abordagem, registros fotográficos
8. Incluir 60% dos usuários no Cadastro Único	Percentual de usuários incluídos no CadÚnico	Comprovantes de inscrição, relatórios do sistema
9. Promover a inclusão de 50% dos usuários em programas de qualificação	Percentual de usuários incluídos em programas de qualificação	Listas de presença, certificados, registros de encaminhamentos
10. Viabilizar o retorno ao convívio familiar de 30% dos usuários	Percentual de usuários que retornaram ao convívio familiar	Relatórios de acompanhamento, registros de visitas domiciliares
11. Realizar pelo menos 2 reuniões com a rede por mês	Número de reuniões realizadas	Atas de reunião, lista de presença
12. Garantir a atualização diária dos registros no sistema GESUAS	Percentual de registros atualizados no sistema	Relatórios do sistema
13. Elaborar relatório mensal de atividades	Relatórios entregues no prazo	Cópias dos relatórios, protocolos de entrega
14. Realizar avaliação trimestral do serviço com os usuários	Número de avaliações realizadas	Formulários de avaliação preenchidos, relatórios de avaliação
15. Realizar capacitação para 100% da equipe	Percentual de profissionais capacitados	Certificados, registros de participação

**5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>Out/25 a Dez/26 (Especificar mês a mês)</b>
Acolhida e escuta qualificada	Contínuo (12 meses)
Elaboração do PIA	Contínuo (12 meses)
Atendimento individual	Contínuo (12 meses)
Oficinas de convivência e sociabilidade	Semanal (48 oficinas)
Oficinas de qualificação profissional	Quinzenal (24 oficinas)
Busca ativa nos territórios	3 vezes por semana (144 ações)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

ATIVIDADES	Out/25 a Dez/26 (Especificar mês a mês)
Encaminhamentos para rede	Contínuo (12 meses)
Inclusão no Cadastro Único	Contínuo (12 meses)
Acesso à documentação civil	Contínuo (12 meses)
Estudo de caso	Quinzenal (24 estudos)
Visitas domiciliares	Conforme necessidade
Reuniões com a rede	Mensal (12 reuniões)
Registro de informações	Diário (12 meses)
Elaboração de relatórios	Mensal (12 relatórios)
Atendimento em grupo	Semanal (48 encontros)
Atividades socioeducativas	Semanal (48 atividades)
Encaminhamento para programas de geração de renda	Mensal (12 meses)
Avaliação do serviço	Trimestral (4 avaliações)
Capacitação da equipe	Trimestral (4 capacitações)
Reuniões de equipe	Semanal (48 reuniões)

**6. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS**

Nº	TIPO	QUANTIDADE	LOCAL DE UTILIZAÇÃO
1	Imóvel com: recepção, salas de atendimento, salas para oficinas, espaço de convivência, refeitório, cozinha, banheiros com chuveiros, lavanderia, sala administrativa	1	Sede do serviço
2	Computadores com acesso à internet e Tablet	5	Sala administrativa e de atendimento
3	Impressora multifuncional	2	Sala administrativa
4	Mesas e cadeiras para atendimento	10 conjuntos	Salas de atendimento
5	Mesas e cadeiras para refeitório	80 lugares	Refeitório
6	Armários com chave para guarda de pertences	80	Espaço de guarda de pertences
7	Equipamentos para cozinha (fogão, geladeira, freezer, utensílios)	1 conjunto	Cozinha
8	Máquina de lavar e secar	2 de cada	Lavanderia
9	Material para oficinas	Conforme	Salas de oficinas

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Nº	TIPO	QUANTIDADE	LOCAL DE UTILIZAÇÃO
		necessidade	
10	Material de escritório	Conforme necessidade	Todo o serviço
11	Material de higiene pessoal	Conforme necessidade	Banheiros
12	Material de limpeza	Conforme necessidade	Todo o serviço
13	Telefone	3	Recepção e salas administrativas
14	Veículo para abordagem social e transporte	1	Uso do serviço
15	Arquivos para documentação	10	Sala administrativa
16	Equipamentos audiovisuais (TV, projetor, caixa de som)	1 conjunto	Salas de oficinas

**7. RECURSOS HUMANOS Sugerido Conforme tipificação NOB/SUAS**

Função	Vínculo	Carga Horária (semanal)	Salário Base estimado	Atividade Desenvolvida
Coordenador	CLT	40h semanais	R\$ 6.596,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Gestão do serviço e da equipe técnica;</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação com a rede de serviços;</li> <li>- Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos;</li> </ul> </li> <li>- Supervisão dos trabalhos desenvolvidos;</li> <li>- Representação do serviço em espaços intersetoriais;</li> <li>- Coordenação das reuniões de equipe;</li> <li>- Elaboração de relatórios técnicos</li> <li>- <b>Acolhida e escuta qualificada dos usuários;</b></li> <li>- Elaboração do PIA em conjunto com o usuário;</li> </ul>
Assistente Social	CLT	20h semanais (em cada serviço)	R\$ 3.306,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encaminhamentos para a rede socioassistencial;</li> <li>- Orientação e encaminhamento para benefícios e documentação; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitas domiciliares;</li> <li>- Busca ativa;</li> </ul> </li> </ul>

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Função	Vínculo	Carga Horária (semanal)	Salário Base estimado	Atividade Desenvolvida
Psicólogo	CLT	20h semanais (em cada serviço)	R\$ 3.306,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de relatórios e pareceres técnicos;</li> <li>- Registro no sistema GESUAS</li> <li>- <b>Acolhida e escuta qualificada dos usuários;</b> - <b>Acompanhamento psicossocial;</b></li> <li>- Atendimentos individuais e em grupo;</li> <li>- Elaboração do PIA em conjunto com o usuário;</li> <li>- Encaminhamentos para a rede de saúde mental;</li> <li>- Visitas domiciliares;</li> <li>- Elaboração de relatórios e pareceres técnicos;</li> <li>- Registro no sistema GESUAS</li> <li>- <b>Recepção e acolhida dos usuários;</b></li> <li>- Acompanhamento das atividades de convivência;</li> <li>- Mediação dos processos grupais;</li> <li>- Realização de abordagem de rua;</li> <li>- Realização de oficinas socioeducativas;</li> <li>- Acompanhamento dos usuários em serviços externos;</li> <li>- Orientação aos usuários nas atividades de autocuidado</li> <li>- <b>Planejamento e execução de oficinas socioeducativas;</b></li> <li>- Elaboração de materiais informativos;</li> <li>- Apoio nos atendimentos em grupo;</li> <li>- Avaliação das atividades desenvolvidas;</li> <li>- Colaboração na elaboração do PIA;</li> <li>- Registro das atividades realizadas</li> <li>- <b>Organização da documentação;</b></li> <li>- Controle de estoques;</li> <li>- Apoio na elaboração de relatórios;</li> <li>- Atendimento telefônico;</li> <li>- Recepção de usuários;</li> <li>- Inserção de dados em sistemas</li> <li>- <b>Limpeza e higienização dos espaços;</b></li> <li>- Organização do ambiente;</li> </ul>
Educador Social (2)	CLT	40h semanais	R\$ 2.056,24	
Técnico de nível superior (Pedagogo, Sociólogo ou Terapeuta Ocupacional)	CLT	30h semanais	R\$ 3.306,00	
Auxiliar Administrativo	CLT	40h semanais	R\$ 1.650,00	
Auxiliar de Serviços Gerais	CLT	40h semanais	R\$ 1.412,00	

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Função	Vínculo	Carga Horária (semanal)	Salário Base estimado	Atividade Desenvolvida
Cozinheiro	CLT	40h semanais	R\$ 1.650,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio na lavanderia;</li> <li>- Controle de material de limpeza</li> <li>- <b>Preparação das refeições;</b></li> <li>- Controle de estoque de alimentos;</li> <li>- Garantia da higiene e segurança alimentar;</li> <li>- Organização da cozinha</li> </ul>

**8. PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA**

Nº	TIPO DE DESPESA	QUANTIDADE	CUSTO MENSAL PREVISTO	CUSTO ANUAL PREVISTO
1	Recursos Humanos		R\$	R\$
2	Encargos Sociais		R\$	R\$
3	Alimentação		R\$	R\$
4	Material de Higiene e Limpeza	-	R\$	R\$
5	Material para Oficinas	-	R\$	R\$
6	Material de Escritório	-	R\$	R\$
7	Serviços de Terceiros (manutenção, etc.)	-	R\$	R\$
8	Despesas com Transporte/Combustível	-	R\$	R\$
9	Água, Luz, Telefone, Internet	-	R\$	R\$
10	Aluguel (se aplicável)	-	R\$	R\$
11	Documentação para usuários	-	R\$	R\$
12	Capacitação da equipe	-	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>			<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (total do contrato)**

DESPESAS	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	TOTAL SEMESTRAL
Recursos Humanos	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Encargos Sociais	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Alimentação	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Material de Higiene e Limpeza	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Material para Oficinas	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Material de Escritório	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Serviços de Terceiros	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Transporte/Combustível	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Água, Luz, Telefone, Internet	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Aluguel (se aplicável)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Documentação para usuários	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Capacitação da equipe	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL MENSAL</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

DESPESAS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS	TOTAL ANUAL
Recursos Humanos	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Encargos Sociais	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Alimentação	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Material de Higiene e Limpeza	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Material para Oficinas	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Material de Escritório	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Serviços de Terceiros	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Transporte/Combustível	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Água, Luz, Telefone, Internet	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Aluguel (se aplicável)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Documentação para usuários	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Capacitação da equipe	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

DESPESAS	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	TOTAL SEMESTRAL
TOTAL MENSAL	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

**IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL, TÉCNICO  
RESPONSÁVEL E PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Caçapava, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**REPRESENTANTE LEGAL**

Nome:

Data:

Assinatura:

**RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

Nome:

Data:

Assinatura:

**RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Nome:

Data:

Assinatura:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**ANEXO IV**

**REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

Inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n° \_\_\_\_\_ por  
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)

portador (a) da Cédula  
de Identidade n° \_\_\_\_\_ inscrito (a) no CPF/MF sob o n° \_\_\_\_\_, vem informar para que surtem todos os efeitos legais e jurídicos, que está de acordo com os itens elencados abaixo, respondendo pelo art. 299 do Código Penal em caso de omissão e/ou falsa declaração, e demais legislações aplicáveis ao caso em apreço:

- a) Possui objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei Federal nº 13.019/14). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei Federal nº 13.019/14);
- b) É regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/14, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei Federal nº 13.019/14). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei Federal nº 13.019/14);
- c) É regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei Federal nº 13.019/14);
- d) Possui, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei Federal nº 13.019/14);
- e) Possui experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho, na forma do (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei Federal nº 13.019/14);
- f) A Organização da Sociedade Civil deverá comprovar, por meio de declaração de seu representante legal, que possui instalações físicas e condições materiais suficientes para o desenvolvimento do objeto da parceria e para o cumprimento das metas estabelecidas; ou Prevê, no Plano de Trabalho, a contratação ou aquisição de bens, equipamentos ou serviços necessários à execução da parceria, com recursos públicos a serem repassados, nos termos da Lei nº 13.019/2014. Nos termos do art. 33, inciso V, alínea “c”, e § 5º da Lei Federal nº 13.019/2014, não será exigida a demonstração de capacidade instalada pré-existente, desde

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

que o Plano de Trabalho preveja adequadamente as providências para implantação, reforma ou adequação do espaço físico necessário à execução da parceria.

- g) Detém capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma de comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto semelhante. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e § 5º, da Lei Federal nº 13.019/14);
- h) Atende às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, § 3º, Lei Federal nº 13.019/14).

**Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:**

- i) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/14);
- j) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada ou contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, (art. 39, caput, inciso II e IV, da Lei Federal nº 13.019/14);
- k) Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com as sanções previstas no (art. 39, caput, inciso V e nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/14);
- l) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/14); ou
- m) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92 e art. 39, caput, inciso VII, da Lei Federal nº 13.019/14).
- n) Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública do município de Caçapava/SP, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 13.019/14);
- o) Cujo objeto social não se relacione às características do projeto ou que não disponham de condições técnicas para executar o objeto previsto neste edital.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO  
ANEXO RP- 09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR TERMO DE CIÊNCIA E  
DE NOTIFICAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO/COLABORAÇÃO**

**ÓRGÃO PÚBLICO(A):**

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:**

**TERMO DE COLABORAÇÃO/COLABORAÇÃO Nº(DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

**ADVOGADO(S): (\*)**

Na qualidade de Órgão Público(a) e Organização da Sociedade Civil Parceira, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

**LOCAL e DATA:**

**ÓRGÃO PÚBLICO(A):**

Nome e cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura:

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

Nome e cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura:

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DA  
PARCERIA  
(DEVEM SER FEITAS EM FOLHAS SEPARADAS E TIMBRADAS DA  
INSTITUIÇÃO)**

**MODELO 1 – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE MENORES DE 18 ANOS**

A (Razão da OSC's), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA** que **NÃO** emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, ressalvado na condição de aprendiz, conforme determina o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Local- UF, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**MODELO 2 – DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR PARENTESCO NO QUADRO DE DIRIGENTES**

A (Razão da OSC's), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA** que o quadro diretivo da organização da sociedade civil não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, inclusive assume o compromisso de não estabelecer esta vinculação durante a vigência desta parceria.

Certifico que os dirigentes da referida OSC, cujo período de atuação é de \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_, são:

***(INDICAR TODO O QUADRO DA DIRETORIA)***

Presidente: \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_. Vice-Presidente: \_\_, CPF \_\_\_\_.

Local- UF, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**MODELO 3 – DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC DE  
INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À CELEBRAÇÃO DA PARCERIA**

A (Razão da OSC's), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada cumpre plenamente os requisitos definidos no EDITAL DE CHAMAMENTO para a celebração do Termo de Colaboração que a OSC's:

- a não está suspensa de participar de licitação, nem impedida de contratar com a Administração Pública;
- b não está declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c não está suspensa temporariamente da participação em chamamento público nem impedida de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município de Caçapava;
- d não está declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- e não possui contas de parcerias anteriores rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos;
- f não tem contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;
- g não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- h não possui, entre seus dirigentes, pessoas:
  - cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;
  - julgadas responsáveis por falta grave e inabilitadas para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
  - consideradas culpadas por ato de improbidade, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
  - membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública do Município de Caçapava, nem seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Local- UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

#### **MODELO 4 – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO**

A (Razão da OSC's), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA** que o quadro diretivo da organização da sociedade civil **não contratará**, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas, inclusive assume o compromisso de não estabelecer esta vinculação durante a vigência desta parceria, as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Local- UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### MODELO 5 – DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, **caput**, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a (Razão da OSC's):

Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

**OU**

Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

**OU**

Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

**(OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração)**

Local- UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### MODELO 6 – DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS

A (Razão da OSC's), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA** ser titular das contas bancárias abaixo, por meio das quais serão feitos os repasses das parcelas, referente a parceria firmada através do Termos de Colaboração, separadas por esferas governamentais:

#### ***ESFERA MUNICIPAL***

Banco:

Agência:

Conta:

#### ***ESFERA ESTADUAL***

Banco:

Agência: Conta:

#### ***ESFERA FEDERAL***

Banco:

Agência:

Conta:

Local- UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### **MODELO 7 – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), portador (a) da CI Nº \_\_\_\_\_, e CPF Nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua/Av. \_\_\_\_\_, representante legal da Organização da Sociedade Civil, denominada de \_\_\_\_\_, com Sede à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa e nos termos da Lei nº 13.019/2014, art. 33, c, que possui capacidade técnica e operacional e está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias, dispondo de estrutura e recursos necessários para execução do Termo de Colaboração, referente ao Chamamento Público do Edital nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Local- UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**MODELO 8 – DECLARAÇÃO COM DADOS PARA AUDESP**

CNPJ da OSC:  
Razão Social:  
Data da Constituição:  
Endereço:  
Data de Registro da última versão do Estatuto:  
Artigo de Referência:  
Resumo da Finalidade:  
Data da Ata da Eleição do Quadro Dirigente:

TIPO CERTIDÃO OSC	NOME	CPF	DN	E-MAIL Pessoal Inst. / Particular	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO Início/Término
Diretoria					Presidente	
Diretoria					Vice-Presidente	
Diretoria					1º Tesoureiro	
Diretoria					1ª Secretária	
Diretoria					Diretora de Patrimônio	
Conselho Fiscal					1º Titular	
Conselho Fiscal					2º Titular	
Conselho Fiscal					3º Titular	
Conselho Fiscal					1º Suplente	
Conselho Fiscal					2º Suplente	
Conselho Fiscal					3º Suplente	

**Enviar anexo a cópia do RG contendo o CPF de todos os citados acima.**

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

## ANEXO VII - MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº \_\_\_\_/2025**

**PROCESSO Nº**

(RECURSO: Fundo Municipal de Assistência Social)

### **TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA E (RAZÃO SOCIAL DA OSC)**

Pelo presente Termo de COLABORAÇÃO, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com sede na Rua Alberto Pinto de Faria, 290, Jardim Julieta, Caçapava/SP, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, (QUALIFICAÇÃO), doravante designada simplesmente MUNICÍPIO; e, de outro lado, a (RAZÃO SOCIAL DA OSC), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), representada neste ato por seu Presidente (NOME, QUALIFICAÇÃO), doravante denominada OSC, resolvem celebrar o presente Termo, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, no Edital de Chamamento Público nº 04/2025 e demais normas aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a execução do Plano de Trabalho aprovado, com vistas prestação de serviços de Casa de Passagem e ou Centro POP.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

- I. Publicar o extrato deste Termo e seus aditivos no Diário Oficial do Município;
- II. Efetuar os repasses mensais, até o 10 de cada mês, mediante aprovação da prestação de contas da parcela anterior;
- III. Realizar o acompanhamento técnico, a avaliação das metas e a fiscalização do objeto, inclusive com visitas técnicas;
- IV. Apoiar tecnicamente a execução das ações, promover formações e emitir pareceres e relatórios de monitoramento;
- V. Homologar os relatórios de prestação de contas e de resultados apresentados pela OSC;
- VI. Notificar formalmente a OSC, caso identifique irregularidades, podendo suspender os repasses até saneamento.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC**

A OSC obriga-se a:

- I. Executar as atividades previstas no Plano de Trabalho aprovado;
- II. Garantir a qualidade da oferta dos serviços conforme diretrizes técnicas do SUAS;
- III. Zelar pela manutenção de qualidade da oferta prestada, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social;
- IV. Manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento da oferta socioassistencial que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento dos objetivos deste Instrumento;
- V. Manter equipe técnica qualificada, estrutura física adequada e condições materiais suficientes para execução da parceria;
- VI. Aplicar os recursos recebidos exclusivamente no objeto da parceria;
- VII. Prestar contas mensal e anualmente, conforme orientação da SMDS e normativas vigentes;
- VIII. Apresentar relatórios mensais circunstanciados das atividades executadas, com dados quantitativos e qualitativos, relação de atendidos e extratos bancários conciliados;
- IX. Manter identidade visual da OSC e crachá funcional em todos os trabalhadores alocados;
- X. Manter atualizados os registros contábeis, trabalhistas, fiscais e operacionais relacionados à execução do termo;
- XI. Alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços, informatizados ou manuais, adotados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo;
- XII. A alimentação do GESUAS, ou de quaisquer outros sistemas oficiais de informação que venham a ser adotados pelo Município, Estado ou Governo Federal, constitui obrigação da OSC e instrumento essencial de registro dos atendimentos e acompanhamentos realizados, sendo considerada forma de comunicação em rede, integração das ações socioassistenciais e prontuário digital do usuário, conforme previsto nas normativas da Política Nacional de Assistência Social, na Resolução CNAS nº 17/2011 e na Lei nº 13.019/2014. Tais registros são fundamentais para a atuação da Vigilância Socioassistencial e para o monitoramento e avaliação da parceria.
- XIII. Facilitar e permitir o acompanhamento e fiscalização por parte da SMDS, Conselhos de Assistência, Judiciário e Ministério Público;
- XIV. Realizar formação inicial e continuada com os trabalhadores da parceria, inclusive por acesso à Universidade GESUAS, cumprindo as Trilhas de Conhecimento;
- XV. Promover a transparência da parceria em redes sociais e canais da OSC, conforme art. 11 da Lei 13.019/2014;
- XVI. Manter documentos originais da prestação de contas por 10 anos;
- XVII. Comunicar qualquer alteração estatutária, de diretoria ou de sede;
- XVIII. Utilizar conta bancária específica em banco público e efetuar pagamentos por meio de transferência eletrônica (TED ou DOC);

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- XIX. Manter aplicação financeira dos recursos conforme prazo de uso (caderneta de poupança ou título público);
- XX. Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de serviços e de pessoal;
- XXI. Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de COLABORAÇÃO, manter as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- XXII. Observar as vedações de uso do recurso (taxas de administração, multas, publicidade promocional, bens permanentes, ampliação de sede, etc.);
- XXIII. Responsabilizar-se integralmente pela gestão de pessoal, encargos, tributos e demais obrigações;
- XXIV. Elaborar e entregar balanço patrimonial, demonstrações contábeis e relatórios solicitados pelo TCE-SP;
- XXV. Atender com prontidão as demandas e solicitações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O valor total da parceria é de R\$ XX.XXX,XX (por extenso), correspondente ao período de vigência de XX meses, com repasses mensais no valor de R\$ XX.XXX,XX (por extenso), perfazendo o atendimento de 10 vagas com valor per capita de R\$ XX.XXX,XX (por extenso). Os recursos são oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme dotação orçamentária própria.

Parágrafo único: O repasse mensal estará condicionado à aprovação da prestação de contas anterior, nos termos das normativas vigentes.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo terá vigência de 15 (quinze) meses, com início em 01/10/2025 e término em 31/12/2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, conforme disposição legal e aprovação do CMAS.

**CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA**

A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação de seu extrato no órgão oficial de imprensa do Município, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após sua assinatura, nos termos do art. 32 da Lei nº 13.019/2014.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR DA PARCERIA**

Para fins de acompanhamento da execução do objeto pactuado, fica designado como Gestor da Parceria o(a) servidor(a) (NOME), matrícula nº \_\_\_\_, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que se responsabilizará pela **interlocução**, fiscalização, monitoramento e avaliação desta parceria, nos termos da legislação vigente. Conforme Art. 2º, inciso VI, da Lei 13.019/2014.

### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E ADITIVOS**

- I- O presente Termo poderá ser alterado mediante termo aditivo, nos casos de revisão de valores, prorrogação de vigência, alteração de metas e inclusão de elementos no Plano de Trabalho. Alterações de remanejamento orçamentário sem aumento de valor poderão ser feitas via apostilamento, com aprovação prévia do MUNICÍPIO.
- II- O plano de trabalho da parceria poderá ser alterado para a revisão de valores, vigência ou das metas, mediante **TERMO ADITIVO**, e por **APOSTILAMENTO** ao plano de trabalho original, para remanejamento, sem alteração de vigência e do montante pactuado, com solicitação e justificativa apresentada previamente pela OSC e aprovada pela administração pública e respeitado o seguinte trâmite:
  - a) A OSC encaminha Ofício ao Gestor da parceria explicando pormenorizadamente as alterações desejadas, elencando suas justificativas, anexando no referido Ofício toda a documentação comprobatória necessária;
  - b) O Gestor da parceria analisará o conteúdo dos Ofícios e seus anexos, emitindo parecer favorável ou desfavorável à alteração pleiteada;
  - c) Em caso de parecer favorável, justificará que a alteração não impactará negativamente no objeto da parceria e encaminhará o pedido à Diretoria Administrativa e Financeira para que analise a viabilidade financeira da alteração;
  - d) Caso o Departamento Administrativo e Financeiro opine pela possibilidade da alteração, encaminhará para ciência e concordância do(a) Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Social e em seguida será elaborado o respectivo termo de apostilamento ou aditamento do Termo de Colaboração /Fomento.

**Parágrafo Único:** Somente após o termo de apostilamento ou aditamento é que a OSC estará autorizada a efetivar as alterações solicitadas, não sendo válida nenhuma alteração antes do procedimento acima citado, ficando a entidade responsável por qualquer prejuízo que venha sofrer por não respeitar as etapas do procedimento.

### **CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

( A OSC deverá apresentar prestação de contas mensal e anual, conforme regras do edital, da Lei

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

13.019/2014 e da Instrução TCE-SP 01/2020. A não apresentação ou rejeição resultará em suspensão dos repasses e demais sanções previstas.)

A OSC prestará contas ao MUNICÍPIO, da seguinte forma:

- I- **Contas parciais:** serão prestadas MENSALMENTE até o dia 08 (oito) de cada mês à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, devidamente acompanhado de:
- a) relação nominal dos atendidos;
  - b) Conciliação Bancária, assinada pelo (a) Presidente e contador que representa a OSC contendo todos os lançamentos registrados do extrato bancário mensal apresentado, bem como demonstrar que o saldo do Banco é igual ao saldo da parceria no encerramento do respectivo mês;
  - c) Extratos da Conta Corrente e da Conta de Investimentos, abrangendo o período do mês completo.
  - d) Comprovantes de Despesas como holerites, recibos de pagamento de aluguéis, notas fiscais eletrônicas (consumo, prestação de serviços e pagamento de autônomos), guias de recolhimento de encargos sociais, entre outros, os quais deverão ser anexados conforme sequência dos débitos registrados no extrato bancário mensal, sendo necessário juntar os respectivos comprovantes de pagamento (TED, DOC ou PIX), observando-se a clareza e nitidez dos documentos.
  - e) Comprovante de recolhimento dos encargos sociais e fiscais – os quais deverão ser anexados ao holerite contendo o comprovante de depósito realizado nominalmente para cada colaborador.
  - f) Documentos complementares (declarações e justificativas) que entender necessários para comprovação da correta e regular aplicação dos recursos, bem como aqueles previstos no Termo de Fomento/Colaboração;
  - g) Declaração de bens patrimoniados em poder da OSC. Ressaltando que os bens patrimoniados que perecerem ao longo da parceria sem a respectiva baixa acarretarão em necessidade de ressarcimento ao erário, podendo ser realizada a glosa parcial de repasse.
  - h) Relatório Mensal de Cumprimento do Objeto e Metas, com registro fotográfico e lista de presença, assinado pelo responsável da elaboração e pelo (a) Presidente da Entidade
- II- **Contas anuais:** deverão ser apresentadas até **janeiro subsequente (?)**, nos moldes das Instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade), devendo conter os seguintes documentos:
- i) Ofício de encaminhamento assinado pelo Presidente da OSC e responsável pela Prestação de Contas, endereçado ao Gestor da Parceria, que conste a relação de documentos que estão sendo entregues.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- j) Certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da OSC, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de colaboração/fomento;
- k) Relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- l) Demonstrativo integral das receitas e despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de colaboração ou de fomento, conforme modelo contido no anexo RP-10: (<https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/instrucao/instrucoes-012020-atualizadas-pela-resolucao-11-2021-alterada-pela-resolucao-gp>);
- m) Conciliação bancária dos meses da conta-corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do termo de colaboração ou de fomento, acompanhada dos respectivos extratos de conta-corrente e de aplicações financeiras
- n) Balanço Patrimonial da OSC, dos exercícios encerrados e anterior;
- o) Demais demonstrações contábeis e financeiras da OSC e respectivas notas explicativas, acompanhadas do balancete analítico acumulado no exercício (redação dada pela Resolução nº 11/2021);
- p) Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade– CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;
- q) Comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados;
- r) Parecer do Conselho Fiscal;
- s) Declaração atualizada acerca da não existência no quadro diretivo da OSC de membro de Poder ou do Ministério Público, ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- t) Declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, ainda que previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; contas
- u) Termo de Ciência e Notificação (Anexo RP-09), relativo à tramitação do processo de prestação de no Tribunal de contas (<https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/instrucao/instrucoes-012020-atualizadas-pela-resolucao-11-2021-alterada-pela-resolucao-gp>)

Parágrafo 1º. Eventuais saldos não utilizados deverão ser restituídos aos cofres municipais ao término da parceria devidamente corrigidos

Parágrafo 2º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Parágrafo 3º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas decorrentes de: ITaxa de administração, de gerência ou similar;

- a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos;
- b) Publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou orientação pessoal, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- c) Pagamento de pessoal contratado pela OSC, que não atendam às exigências do artigo 46 da Lei Ordinária nº 13.019/2014;
- d) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas sem a prévia autorização.

Parágrafo 4º - Ao adquirir equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes deste Instrumento a OSC deverá gravá-lo com cláusula de inalienabilidade e formular promessa de transferência da propriedade ao MUNICÍPIO, na hipótese de sua extinção da ação.

Parágrafo 5º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Parágrafo 6º - É responsabilidade exclusiva da OSC o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, e especialmente as de pessoal, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

A Comissão de Monitoramento e Avaliação da SMDS realizará a avaliação técnica e de resultados, em consonância com o Conselho Municipal de Assistência Social, conforme metas e indicadores definidos no Plano de Trabalho.

Em consonância com o disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Ordinária Federal nº 13.019 de 31/07/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, realizará o monitoramento e avaliação da parceria, no prazo da vigência da parceria, sem prejuízo do monitoramento pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Caçapava, Conselhos afins, conforme o caso, e da fiscalização do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Parágrafo único - Fica assegurado o livre acesso dos servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESTITUIÇÃO**

( Aplica-se à OSC as sanções de advertência, suspensão, impedimento, inidoneidade e outras, conforme o art. 73 da Lei 13.019/2014. A OSC deverá restituir recursos não utilizados, usados indevidamente ou não comprovados, corrigidos pelo índice INPC.)

**1- DAS SANÇÕES:**

O não cumprimento das cláusulas deste Termo de COLABORAÇÃO, bem como a inexecução injustificada, total ou parcial, dos serviços, programas ou benefícios constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

- I- Advertência formal;
- II- Suspensão do repasse mensal;
- III- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias e contratos com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV- Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termo de COLABORAÇÃO, convênios e contratos com Órgãos e OSCs em todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após a OSC ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos resultantes, e após o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste dispositivo;

Parágrafo 1º - A sanção estabelecida no inciso III é de competência exclusiva da SMAS, facultada a defesa do(a) interessado(a) no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo 2º - Constatada a ocorrência de irregularidades pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município, a Organização parceira deverá ser por essa notificada por meio formal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo 3º - A Organização parceira deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

para apreciação e decisão pelo Gestor da Parceria, referida na Cláusula Oitava deste instrumento; na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Parágrafo 4º - A liberação de parcela de repasse, eventualmente bloqueada, será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

Parágrafo 5º - A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo de prestação de contas junto ao Órgão Gestor do Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

## **2- DA RESTITUIÇÃO**

A OSC compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice que o substitua, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- I- A inexecução do objeto desta parceria;
- II- Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;
- III- Utilização dos recursos financeiros em finalidades diversas da estabelecida.

Parágrafo único - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública, se não for para uso no respectivo objeto, devem ser restituídos e serem incorporados ao patrimônio do Município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido por infração legal, descumprimento de cláusulas, ou denúncia unilateral e motivada, mediante notificação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, caberá à OSC apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes devidamente corrigidos conforme cláusula décima terceira, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras;

Parágrafo 2º - É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA**

A OSC deverá dar ampla publicidade à parceria, com divulgação em mural, redes sociais e portal próprio, contendo dados da parceria, valores, metas, resultados, equipe, fotos, relatórios, dentre outros, conforme arts. 11 e 63 da Lei 13.019/14.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO**

O presente Termo de Colaboração foi confeccionado com base no constante do Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_, do Município de Caçapava, instruído conforme o disposto no Edital de Chamamento Público nº 04/2025.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- I. **Foro:** Fica eleito o Foro da Comarca de Caçapava, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Termo de Colaboração, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;
- II. **Nulidade parcial:** A eventual declaração de nulidade de qualquer cláusula deste instrumento não prejudicará as demais disposições, que permanecerão válidas e eficazes, desde que o substrato jurídico e finalístico da parceria seja mantido;
- III. **Independência das disposições:** As cláusulas deste Termo são independentes entre si, e a modificação ou supressão de uma delas não implicará alteração das demais, salvo se comprometerem o objeto pactuado;
- IV. **Vedação de vínculo empregatício:** O pagamento de remuneração com recursos da parceria à equipe contratada pela OSC não gera qualquer vínculo empregatício com o Município, nos termos do §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014;
- V. **Comunicações oficiais:** Todas as comunicações entre as partes dar-se-ão preferencialmente por escrito, por meio físico ou eletrônico (e-mail institucional), sendo consideradas válidas aquelas encaminhadas aos endereços indicados no preâmbulo, devendo as partes informar por escrito qualquer alteração de endereço;
- VI. **Responsabilidade civil e administrativa:** A OSC será integralmente responsável por todos os atos administrativos, técnicos e operacionais decorrentes da execução da parceria, inclusive pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e civis relativas aos seus empregados e prestadores de serviços;

E por estarem justas e acordadas, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor.

Caçapava, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

\_\_\_\_\_  
(nome)  
Presidente da Organização da Sociedade Civil

\_\_\_\_\_  
(nome)  
Secretária Municipal de Desenvolvimento  
Social

\_\_\_\_\_  
(nome)  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Testemunha 1 (nome)  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha 2 (nome)  
CPF

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

## ANEXO VIII CARTILHA EXPLICATIVA DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

As parcelas dos recursos serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I quando não apresentado prestação de contas e relatório técnico mensal;
- II quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;
- III quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da organização da sociedade civil (OSC) com relação a outras cláusulas básicas;
- IV quando a OSC deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

### **DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS**

Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica, em instituição financeira pública indicada pela administração pública, e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável pela administração.

Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

### **DAS DESPESAS**

Poderão ser pagos com recursos vinculados a presente parceria, desde que previstos no Plano de Trabalho, as despesas com:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

I custos indiretos necessários à execução e vinculado ao objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria.

II remuneração da equipe de RH, inclusive de pessoal próprio da proponente, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, FGTS, férias, 13º salário, salários proporcionais, verbas transitórias e demais encargos sociais, desde que tais valores:

- a correspondam às atividades previstas no Plano de Trabalho e à qualidade técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;
- b sejam compatíveis com o valor de mercado da região metropolitana de Campinas e não superior ao teto do Poder Executivo;
- c sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

III diárias referentes a deslocamentos, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

IV a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto, desde que o

plano de trabalho e a dotação orçamentária do TERMO DE COLABORAÇÃO contemplem despesas de capital, e necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

A OSC deverá dar ampla transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do TERMO DE COLABORAÇÃO.

Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas deverá ser feita mensalmente, a partir do momento da liberação da primeira parcela dos recursos financeiros, e 01 (uma) anual, até 90 (noventa) ou no prazo estabelecido pelo TCE- SP dias após a conclusão das metas do objeto, observando-se as regras previstas na Instrução 002/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ou outros instrumentos que vierem substituí-las, além dos prazos e normas de elaboração constantes no TERMO DE COLABORAÇÃO.

As prestações de contas deverão conter elementos que permitam ao gestor concluir se o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados.

Serão glosados os valores que não atenderem ao disposto no edital.

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

pertinentes.

Por ocasião da análise da prestação de contas levar-se-á em consideração a verdade real e os resultados alcançados.

As prestações de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-á, sempre que possível, em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado, com os seguintes relatórios:

I Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela OSC, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma previsto no plano de trabalho, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;

II Relatório de Execução Financeira, nos moldes das Instruções e Resoluções do TCE- SP, assinado pelo seu representante legal, contador responsável e Conselho Fiscal da osc, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

III Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, sobre a conformidade do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO.

IV O parecer técnico do gestor, na forma do art. 67 da lei 13.019/2014;

V O parecer conclusivo, na forma do art. 72

da lei 13.019/2014; Também comporá o processo

de execução e prestação de contas:

I Relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria, podendo a administração valer-se do apoio técnico da Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, equipe designada para a supervisão e acompanhamento desta parceria.

II Relatório das supervisões mensais realizadas pela Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com observações quanto aos indicadores apresentados no Edital.

O gestor da parceria ficará responsável pela emissão do parecer conclusivo das contas anuais, nos moldes do art. 72 da Lei Federal nº 13.019/2014, e das Instruções e Resoluções em vigor do TCE- SP, devendo dispor sobre:

I regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- a omissão no dever de prestar contas;
- b descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. Deverá ainda constar no parecer técnico do gestor:
  - c Os resultados (já) alcançados e seus benefícios;
  - d Os impactos econômicos ou sociais;
  - e O grau de satisfação do público-alvo;
  - f A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a osc deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo de 45 dias para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, será aberto procedimento de apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos moldes das Instruções e Resoluções do TCE- SP.

A Administração pública apreciará as contas anuais apresentadas pelas OSCs até o dia **xx de xxxxxxx do exercício subsequente aos repasses**, na forma do art. 71 da lei 13.019/2014.

Na hipótese de descumprimento do prazo para apresentação das contas, a unidade responsável pela apreciação da prestação final de contas reportará os motivos ao Chefe do Poder Executivo e ao órgão de Controle Interno da Administração.

O transcurso do prazo sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- II nos casos em que não for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo de entrega da prestação de contas e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**



**EXTRATO DE EDITAL**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025**  
**Processo Administrativo 6024/2025**

**EXTRATO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025**

Em conformidade com o Parecer da Procuradoria Geral do Município, fica determinada a republicação do Edital de Chamamento Público nº 003/2025, para seleção de Organização da Sociedade Civil visando à execução do Serviço de Acolhimento Institucional – modalidade Casa Lar, conforme Resolução CNAS nº 109/2009, com capacidade para 20 vagas (2 casas com até 10 acolhidos cada), com novo cronograma que respeitará o prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 26 da Lei nº 13.019/2014. Valor de referência: R\$5.000,00 por usuário/mês, totalizando R\$100.000,00 mensais. Recebimento das propostas: até 30/10/2025, na SMDS.

A apresentação dos documentos e os planos de trabalho deverão ser apresentados até o dia **30/10/2025**, conforme orientações no edital, em envelope lacrado e identificado, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social localizado à Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava/SP, das **9h às 15h30**.

O Edital completo, com seus anexos, encontra-se disponível no site oficial da Prefeitura de Caçapava: [www.cacapava.sp.gov.br](http://www.cacapava.sp.gov.br).

Caçapava, 01 de Outubro de 2025.

**Maria Teresa Moreira Marcondes**  
**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**



**EXTRATO DE EDITAL**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025**  
**Processo Administrativo 6024/2025**

**EXTRATO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025**

Em conformidade com o Parecer da Procuradoria Geral do Município, fica determinada a republicação do Edital de Chamamento Público nº 003/2025, para seleção de Organização da Sociedade Civil visando à execução do Serviço de Acolhimento Institucional – modalidade Casa Lar, conforme Resolução CNAS nº 109/2009, com capacidade para 20 vagas (2 casas com até 10 acolhidos cada), com novo cronograma que respeitará o prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 26 da Lei nº 13.019/2014. Valor de referência: R\$5.000,00 por usuário/mês, totalizando R\$100.000,00 mensais. Recebimento das propostas: até 30/10/2025, na SMDS.

A apresentação dos documentos e os planos de trabalho deverão ser apresentados até o dia **30/10/2025**, conforme orientações no edital, em envelope lacrado e identificado, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social localizado à Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava/SP, das **9h às 15h30**.

O Edital completo, com seus anexos, encontra-se disponível no site oficial da Prefeitura de Caçapava: [www.cacapava.sp.gov.br](http://www.cacapava.sp.gov.br).

Caçapava, 01 de Outubro de 2025.

**Maria Teresa Moreira Marcondes**  
**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6024/2025**

O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, e considerando as disposições da Resolução CNAS nº 109/2009, torna público o presente Edital, visando à seleção de Organização da Sociedade Civil para execução do Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa Lar.

**1. PROPÓSITO DO EDITAL**

- 1.1. A finalidade do presente Edital de chamamento público é selecionar Organizações da Sociedade Civil para a prestação de serviços de conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), com capacidade para 20 (vinte) vagas, distribuídas em 02 casas lares com até 10 acolhidos cada, para atendimento provisório e excepcional de crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 e 101 inciso 7 e 8 do Estatuto da Criança e do Adolescente) para crianças de zero a 18 (dezoito) anos incompletos, em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta:

**2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

- 2.1. O acolhimento deverá ser fundamentado em Plano de Atendimento Individual (PIA), elaborado e acompanhado por equipe técnica da entidade em articulação com o CREAS e demais serviços da rede socioassistencial, no qual constem objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidas, tendo em vista a superação dos motivos que levaram ao afastamento do convívio e o atendimento das necessidades específicas de cada situação.
- 2.2. O desenvolvimento das ações do Plano de Atendimento deve ser realizado de modo articulado com os demais órgãos e serviços que estejam acompanhando a família, a criança ou o adolescente (escola, Unidade Básica de Saúde, Estratégia de Saúde da Família, CAPS, CRAS, programas de geração de trabalho e renda, etc.) especialmente no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos e suporte à reinserção social e familiar, conforme os princípios da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS.
- 2.3. Diretrizes para elaboração do Plano de Trabalho:  
A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar a complementação do Plano de Trabalho disponibilizado contendo:
- 2.4. A metodologia de atendimento proposta, alinhada à Tipificação Nacional e ao ECA, LOAS, Conanda Res. 01/2009;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 2.5. As ações e atividades previstas, com cronograma de execução e periodicidade;
- 2.6. A estrutura mínima da equipe de profissionais com base na tipificação e orientações técnicas (coordenador técnico, cuidadores/educadores, assistente social, psicólogo), com carga horária compatível;
- 2.7. As metas e indicadores do serviço, conforme modelo fornecido no Plano de Trabalho;
- 2.8. A previsão de estratégias de reintegração familiar, convivência comunitária, elaboração do PIA e acompanhamento pós-desligamento;
- 2.9. O compromisso com o registro nos sistemas oficiais (GESUAS, RMA, etc);
- 2.10. A descrição dos meios de verificação das atividades propostas.

**3. JUSTIFICATIVA**

- 3.1. Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza pública estatal ou não estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social; da Norma Operacional Básica do SUAS, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.
- 3.2. O reconhecimento, na legislação vigente, do direito à convivência familiar e comunitária, da excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar e dos princípios que qualificam o atendimento nos serviços de acolhimento está fundamentado, dentre outros aspectos, no próprio desenvolvimento científico e nas diversas investigações que mostraram que um ambiente familiar saudável é o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente.
- 3.3. Seguindo as orientações técnicas, o Município de Caçapava mantém o serviço de acolhimento em atendimento ao ECA, à PNAS e às diretrizes da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Dados do diagnóstico local (Relatório BI, GESUAS, julho de 2025) apontam 127 situações de violência envolvendo crianças e adolescentes, com ênfase em negligência, violência física e psicológica, além de fatores agravantes como insegurança alimentar, desemprego e uso de substâncias.
- 3.4. Diante disso, reforça-se a necessidade de atendimento qualificado e continuado a este público, conforme TAC firmado com o Ministério Público em 2015, que orienta o modelo de acolhimento na modalidade Casa Lar, visando garantir a convivência comunitária e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.
- 3.5. Registre-se, por fim, que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação, é responsável pelo controle, acompanhamento e fiscalização dos serviços que compõem a rede de acolhimento do município de Caçapava/SP.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO**

- 4.1. Poderão participar deste Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, conforme definidas no art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei Federal nº 13.019/2014, que:
- I. Estejam legalmente constituídas no país, ou, se estrangeiras, autorizadas a funcionar no território nacional;
  - II. Apresentem objetivos estatutários compatíveis com o objeto deste Chamamento;
  - III. Estejam devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de seu município de sede ou atuação, conforme Resolução CNAS nº 14/2014;
  - IV. No caso de OSC sediada fora do Município de Caçapava/SP, deverá providenciar sua inscrição no CMAS de Caçapava no prazo de até 30 (trinta) dias após a celebração do Termo de Colaboração, sob pena de suspensão de repasses e rescisão da parceria;
  - V. Apresentem toda a documentação exigida neste Edital, inclusive o Plano de Trabalho conforme modelo proposto;
  - VI. Assinem e apresentem a Declaração de Ciência e Concordância (Anexo I), afirmando que estão cientes e concordam com as disposições deste Edital e seus anexos, e que se responsabilizam pela veracidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

**5. REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

- 5.1. Para a celebração do Termo de Colaboração, a OSC deverá atender os requisitos elencados no Anexo IV e termo de referência.
- 5.2. Experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, podendo ser comprovado por instrumentos de parcerias anteriores mediante convênio com quaisquer administrações públicas relativas ao respectivo objeto, e adicionalmente, pela inscrição ativa e certificação junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

**6. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DOS PROJETOS SOCIOASSISTENCIAIS**

- 6.1. A Comissão de Seleção é o órgão competente para processar e julgar o presente chamamento público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/14.
- 6.2. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos do (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.019/14);

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 6.3. A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, solicitar assessoramento técnico de profissional com notório conhecimento e experiência na área.  
Esse profissional poderá ser integrante da própria Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, desde que não esteja diretamente vinculado à execução de propostas concorrentes, resguardando-se a imparcialidade do processo.
- 6.4. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências e /ou solicitar documentações para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelos inscritos ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.
- 6.5. Nenhum membro da Comissão de Seleção poderá participar de forma alguma de projeto concorrente ou ter quaisquer vínculos profissionais com as propostas apresentadas, ou de parentesco com os proponentes

**7. QUADRO DE DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS, TOTAL DE ATENDIMENTOS ESTIMADOS E VALOR MENSAL PREVISTO**

7.1. Tabela 1 – Casa Lar

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TOTAL DE VAGAS MÊS	VALOR DE REFERÊNCIA POR USUÁRIO	VALOR MENSAL	DOTAÇÃO 2025
1 “Casa Lar”	2 DIFERENTES, com 10 acolhidos em cada	R\$ 5.000,00	R\$ 100.000,00	Despesa 4202 Órgão - 07.11.00 Econômica 33.50.39.00 Função 08.245.4016.2428 Fonte 01 Cód Aplic 5100000

- 7.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que trata este Edital são provenientes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social destinado aos serviços da Rede de Proteção Especial.
- 7.3. Os recursos estimados com base na média atual dos serviços, somam o valor mensal de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no exercício de 2025 e subsequentes. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

**8. DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS**

- 8.1. As liberações de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil selecionada obedecerão ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, o qual deverá manter consonância com as metas e etapas de execução da parceria.
- 8.2. O repasse estará condicionado ao cumprimento dos prazos e entregas estabelecidos,

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

observando-se o disposto no art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014, que determina que os recursos públicos somente serão liberados conforme a necessidade da execução do objeto pactuado, resguardando a boa gestão dos recursos públicos.

**9. DAS DESPESAS E RESPONSABILIDADES NA EXECUÇÃO FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 9.1. Nas contratações, na realização de despesas e nos pagamentos efetuados com recursos oriundos da presente parceria, a Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá observar rigorosamente o disposto no instrumento jurídico firmado, no respectivo Plano de Trabalho e na legislação aplicável, especialmente o que determinam os incisos XIX e XX do art. 42, bem como os arts. 45 e 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, e a Instrução Normativa nº 01/2020 do TCE-SP (arts. 176 a 184), que orienta sobre o controle e a fiscalização de parcerias com OSCs, definindo os procedimentos para prestação de contas, publicação de extratos e transparência dos repasses.
- 9.2. É de inteira responsabilidade da OSC e de seus dirigentes o conhecimento e o cumprimento dessas normas legais. A eventual alegação de desconhecimento **não será admitida como justificativa para o descumprimento das obrigações pactuadas** ou para a inaplicabilidade das sanções cabíveis em caso de irregularidades ou inexecução da parceria.
- 9.3. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14):
  - a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
  - b) custos indiretos necessários à execução do objeto (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros desde que aprovados previamente pela Secretaria de Assistência Social); e
  - c) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários e essenciais à instalação dos referidos equipamentos e materiais. A aquisição dos equipamentos e materiais que trata este item deverá ser solicitada pela OSC previamente e aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Caçapava.
- 9.4. A assessoria jurídica e contábil que trata a alínea “b” do item 9.3 não poderá receber pagamento de recurso se agir para defender os interesses da entidade contra a Prefeitura Municipal de Caçapava/SP.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 9.5. Os salários dos funcionários da OSC deverão corresponder com a média do mercado de trabalho, devendo ser comprovado o valor a ser pago com base em três orçamentos realizados com outros funcionários da mesma categoria ou pelo valor fixado em convenção coletiva de trabalho.
- 9.6. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
- 9.7. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14.
- 9.8. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.
- 9.9. A seleção de propostas não obriga a administração pública firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.
- 9.10. Os bens remanescentes adquiridos com recursos públicos serão patrimonializados e poderão ser solicitados pela Administração Pública no final da parceria pactuada.

**10. DAS DATAS RELATIVAS ÀS FASES DE SELEÇÃO**

- 10.1. A fase de Seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 2

ETAP A	DESCRIÇÃO	DATA
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	<b>01/10/2025 (quarta-feira)</b>
2	Recebimento dos Planos de Trabalho e Documentação	<b>30/10/2025 (quinta-feira)</b>
3	Avaliação dos projetos	31/10 a 07/11/2025 (sexta a sexta)
4	Divulgação do Resultado Preliminar	10/11/2025 (segunda-feira)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

5	Interposição de Recursos	11 a 14/11/2025 (terça a sexta)
6	Análise dos Recursos	17 a 26/11/2025 (segunda a quarta)
7	Divulgação do Resultado Final e dos Recursos	<b>26/11/2025 (quarta-feira)</b>
8	Homologação e Convocação para Assinatura	27/11/2025 (quinta-feira)
9	Assinatura do Termo de Colaboração	27/11/2025 (quinta-feira)
10	Início da Execução da Parceria	<b>01/12/2025 (segunda-feira)</b>

**10.2. Da Publicação do Edital**

10.2.1. O presente Edital será divulgado no endereço eletrônico da Prefeitura: <http://www.cacapava.sp.gov.br> e no Diário Oficial do Município disponível em <https://www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>, com prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado a partir da data de publicação do Edital.

10.2.2. Os interessados em participar do presente Chamamento Público poderão solicitar esclarecimentos diretamente ao setor de Vigilância Socioassistencial, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), Rua Alberto Pinto de Faria, 290, pelo telefone (12) 3653-3512 ou pelo endereço eletrônico [vigilancia.social@cacapava.sp.gov.br](mailto:vigilancia.social@cacapava.sp.gov.br). Os esclarecimentos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data-limite para o término de envio dos Planos de Trabalho. Decorrido o prazo de recebimento das propostas não serão mais aceitos quaisquer questionamentos.

**10.3. Envio dos projetos pelas OSC's.**

10.3.1. O Projeto com o Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 13.019/14:

- I. descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- II. as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- III. os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- IV. a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas; a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
  - V. a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
  - VI. os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso;
  - VII. respeitar e conter os requisitos mínimos constantes no Termo de Referência (documento anexo).
- 10.3.2. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “V” do item anterior deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de meios eletrônicos, desde que se identifique a data da cotação e o fornecedor específico.
- 10.3.3. As OCS's interessadas em participar do presente chamamento público deverão apresentar em envelope lacrado:
- I. O Projeto contendo o Plano de Trabalho constante no Anexo II
  - II. A organização deverá apresentar toda a documentação constante no presente edital, sob pena de inabilitação;
  - III. Entregues em **uma única via impressa, e uma via digital em pendrive**, devendo ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, e ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente
  - IV. ser protocolado na Secretaria de Desenvolvimento Social, no dia 12 de setembro de 2025, durante horário de funcionamento da secretaria da SMDS.
- 10.3.4. O envelope deverá conter na parte externa a seguinte identificação:

**Identificação:**

- Nome da OSC :
- CNPJ:
- Referente: Edital de Chamamento Público nº 03/2025

**Conteúdo do envelope:**

- Plano de Trabalho: “Casa Lar”

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- Documentação
- 1 via física e 1 via digital em Pendrive

**Contato:**

- Responsável:
- Telefone e e-mail:

- 10.3.5. Os envelopes que forem entregues fora do prazo estabelecido no presente Edital, e/ou sem identificação, não serão objetos de análise, não sendo permitida a participação da OSC interessada.
- 10.3.6. Cada OSC poderá apresentar apenas um Projeto para cada Serviço, Caso venha a apresentar mais de um Projeto sobre o mesmo público alvo e dentro do prazo, será considerado apenas o último enviado.
- 10.3.7. Todas as Comunicações realizadas com as OSC's, serão realizadas "exclusivamente" por meio do e-mail informado no momento da entrega do envelope. É de responsabilidade exclusiva das OSC's, o fornecimento de e-mail válido e a devida manutenção do mesmo, para recebimento das mensagens.

**10.4. Da avaliação dos projetos pela Comissão de Seleção:**

- 10.4.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção de Projetos Socioassistenciais analisará os projetos e documentação apresentados pelas OSC's concorrentes.
- 10.4.2. Os projetos deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 3 abaixo.
- 10.4.3. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados na Tabela 3, a seguir.
- 10.4.4. A COMISSÃO PODERÁ REALIZAR VISITAS NAS ENTIDADES QUE APRESENTAREM PLANO DE TRABALHO.
- 10.4.5. Nos termos do § 6º do art. 27 da lei 13.019/2014 a homologação deste chamamento não gera direito para a OSC à celebração da parceria.

A seguir, detalhamos os critérios e a forma de pontuar cada um:

**Quadro Detalhado de Pontuação por Critério (tabela 3)**

Critério	Pontuação	Descrição do Nível de Atendimento
<b>1. Metodologia SUAS (Pontuação máxima 15):</b>		

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Avaliar a coerência da proposta com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (CNAS nº 109/2009), considerando:

- a) Adequação ao público-alvo .
- b) Alinhamento com os objetivos e serviços: **CASA LAR**
- c) Estratégias de acolhimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

**Critério Eliminatorio:** Propostas com nota zero neste critério, Metodologia SUAS, serão automaticamente desclassificadas.

<b>1. Metodologia SUAS (15)</b>	0	Proposta incompatível com o SUAS, sem estratégias ou público definido.
	1 a 5	Coerência parcial, metodologia pouco clara ou incompleta.
	6 a 10	Boa adequação, mas com falhas em detalhamento ou aplicação prática.
	11 a 13	Metodologia clara, adequada e alinhada ao SUAS, com pequenas melhorias.
	14 a 15	Metodologia completa, inovadora, totalmente alinhada às diretrizes SUAS.
<b>2. Infraestrutura (Pontuação máxima: 10 pontos)</b>		
Avaliar as condições físicas e operacionais para execução do serviço, considerando higiene, segurança, acessibilidade e privacidade.		
<b>2. Infraestrutura (10)</b>	0	Infraestrutura inadequada ou inexistente.
	1 a 4	Condições básicas, porém com falhas em higiene, segurança ou acessibilidade.
	5 a 7	Infraestrutura adequada, mas com pontos a melhorar.
	8 a 10	Infraestrutura completa, segura, acessível e adequada para o serviço.
<b>3. Equipe Técnica (Pontuação máxima: 15 pontos)</b>		
Verificar composição da equipe, formação, vínculo empregatício e experiência com a população-alvo.		
<b>3. Equipe Técnica (15)</b>	0	Equipe incompleta ou sem formação.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

	1 a 5	Equipe mínima, com pouca experiência.
	6 a 10	Equipe qualificada e com experiência parcial
	11 a 15	Equipe completa, experiente, com vínculo estável e capacitação adequada
<b>4. Metas e Indicadores (Pontuação máxima: 15 pontos)</b> Analisar clareza e viabilidade do plano de trabalho, definição de metas, prazos, indicadores e mecanismos de monitoramento.		
<b>4. Metas e Indicadores (15)</b>	0	Metas e indicadores ausentes ou irreais.
	1 a 5	Metas pouco claras ou indicadores genéricos
	6 a 10	Metas definidas, mas com indicadores e prazos pouco detalhados.
	11 a 15	Metas claras, prazos definidos, indicadores mensuráveis e monitoramento consistente.
<b>5. Proposta Orçamentária e Precificação Justificada (Pontuação máxima: 20 pontos)</b> Avalia a adequação do orçamento à faixa de referência per capita (R\$ 4.700,00 a R\$ 5.000,00), compatibilidade com o plano de trabalho, clareza e fundamentação técnica, com base Lei nº 13.019/2014. Art. 23 e 27, § 5º <i>Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público.</i>  <b>Critério Eliminatório:</b> Serão desclassificadas as propostas que apresentarem: <ul style="list-style-type: none"> <li>I Valor global superior ao limite estimado no edital, sem justificativa técnica compatível;</li> <li>II Valor per capita inferior à faixa de referência com risco à viabilidade do serviço, evidenciado na análise técnica.</li> </ul>		
<b>5. Proposta Orçamentária e Precificação Justificada (20)</b>	0	Orçamento ausente ou incoerente; valores inviáveis.
	1 a 5	Orçamento genérico ou sem justificativa técnica.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

	6 a 10	Estrutura básica com inconsistências ou justificativas frágeis.
	11 a 15	Orçamento bem estruturado, dentro da faixa e com justificativas.
	16 a 20	Orçamento detalhado, compatível com o plano de trabalho, valor dentro da faixa de referência e fundamentado legalmente.
<b>6. Sustentabilidade Técnica e Financeira (Pontuação máxima: 15 pontos)</b>		
Comprovar capacidade técnica e financeira para execução do projeto, incluindo previsão de contrapartida com recursos próprios.		
<b>6. Sustentabilidade Técnica e Financeira (15)</b>	0	Ausência de comprovação técnica ou financeira.
	1 a 5	Comprovação parcial ou insuficiente.
	6 a 10	Capacidade técnica e financeira adequada, com algumas fragilidades.
	11 a 15	Capacidade técnica e financeira plenamente comprovada e sustentável.
<b>7. Experiência da OSC no SUAS (Pontuação máxima: 10 pontos)</b>		
Avalia o envolvimento da OSC com a rede socioassistencial, incluindo CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, saúde, educação, etc.		
<b>7. Experiência da OSC no SUAS (10)</b>	0	Sem experiência comprovada.
	1 a 4	Experiência recente ou limitada.
	5 a 7	Experiência intermediária com bons resultados.
	8 a 10	Experiência sólida, comprovada e com impacto positivo.
<b>8. Articulação em Rede (Pontuação máxima: 10 pontos)</b>		
Avalia o envolvimento da OSC com a rede socioassistencial, incluindo CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, saúde, educação, etc.		
<b>8. Articulação em Rede (10)</b>	0	Sem articulação com rede socioassistencial ou intersetorial.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

	1 a 4	Articulação incipiente, pouco detalhada.
	5 a 7	Boa articulação, com algumas parcerias estabelecidas
	8 a 10	Articulação ampla, efetiva e bem descrita com redes diversas.

A pontuação será atribuída pela Comissão de Seleção de forma gradativa, conforme o grau de atendimento da proposta aos critérios técnicos estabelecidos, segundo a escala apresentada. O processo de avaliação visa assegurar a transparência, a equidade e o incentivo à seleção de propostas qualificadas, em conformidade com as diretrizes do SUAS e demais normativas aplicáveis. Pontuação Máxima 110 pontos.

- 10.5. A pontuação final atribuída será o total dos pontos, que se constitui na soma do resultado de cada requisito.
- 10.6. Será considerada primeira colocada por objeto, sendo serviço, programa ou benefício, a OSC que obtiver a maior pontuação.
- 10.7. Em caso de empate na pontuação final entre duas ou mais propostas, a Comissão de Seleção aplicará, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate::
  1. Obteve maior pontuação no critério 1 – Metodologia SUAS.
  2. Apresente maior pontuação de contrapartida financeira.
  3. Organização da Sociedade Civil que possua possua CEBAS ativo conforme declarado e comprovado na proposta, nos termos do RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016 :
    - a. O § 1º O edital de chamamento público deverá estabelecer forma de priorização das entidades ou organizações de assistência social que possuem o CEBAS observando o que consta no § 4º do art. 18 da Lei N 12.101, de 2009.
  4. Persistindo o empate, será realizado sorteio público, com registro em ata, garantindo-se a participação igualitária das entidades empatadas
- 10.8. **Crítérios Eliminatórios:**
  - 10.8.1. A falsidade de informações nos projetos acarretará a eliminação da OSC, a qualquer momento, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 10.8.2. Encerrada a etapa de entrega das propostas, a Comissão de Seleção procederá à verificação dos documentos descritos no item 12.2 e o atendimento aos requisitos previstos neste edital.
- 10.8.3. Na hipótese da OSC selecionada, mesmo intimada, não apresentar os documentos exigidos neste edital, a mesma será desclassificada. Neste caso, a OSC mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração da parceria nos mesmos termos da proposta.
- 10.8.4. Caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos deste edital.
- 10.9. Os projetos não eliminados serão classificados, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 3, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.
- 10.10. O município divulgará o resultado da seleção na página do site oficial da Prefeitura, <https://www.cacapava.sp.gov.br/>, cuja publicação servirá para cientificar os proponentes do resultado.

**11. Da Interposição de recursos e da homologação**

- 11.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da publicação da decisão, a comissão de seleção. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.
- 11.2. Os recursos serão apresentados junto à Secretaria de Desenvolvimento Social de Caçapava/SP, durante o horário de funcionamento desta secretaria, conforme calendário de prazos previsto neste edital.
- 11.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo constante no Edital;
- 11.4. Após o julgamento dos recursos ou transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Comissão de Seleção deverá homologar e divulgar no portal <https://www.cacapava.sp.gov.br/> e no Diário Oficial do Município, disponível em <https://www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>, o resultado definitivo do processo de seleção.
- 11.5. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada, e desde que atendidas às exigências deste Edital, a

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocar a OSC classificada para iniciar o processo de celebração.

**12. CONDIÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

- 12.1. As parcerias decorrentes deste Chamamento Público serão formalizadas por meio da celebração de Termo de Colaboração, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normativas aplicáveis, observadas as condições e cláusulas constantes na **Minuta do Termo de Colaboração – Anexo VII** deste Edital.

**12.1.1. A assinatura do Termo estará condicionada:**

- a) à homologação do resultado final do processo seletivo;
- b) à regularidade fiscal e trabalhista da Organização da Sociedade Civil selecionada;
- c) à manutenção da proposta aprovada sem alterações de conteúdo, salvo ajustes solicitados formalmente pela Administração Pública;
- d) à apresentação de documentos complementares, caso solicitados, e à manifestação expressa de concordância com os termos da parceria.

**12.2. Para fins de celebração da parceria as OSC deverão apresentar:**

A Organização da Sociedade Civil selecionada deverá apresentar, no prazo determinado pela Administração, os seguintes documentos, organizados por categoria:

**I. Documentação Jurídica**

1. Cópia autenticada do Estatuto Social consolidado e registrado, com objeto compatível com o serviço de Comunidade Terapêutica (conforme Resolução CNAS nº 109/2009).
2. Ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório.
3. Relação nominal dos dirigentes com número de CPF e RG.
4. Comprovante de inscrição ativa no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçapava/SP, ou município de origem, provisoriamente.
5. Comprovante de inscrição no CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social.
6. Certidão de regularidade jurídica (registro civil ou junta comercial).
7. Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ.
8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
9. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), se houver, conforme Lei Complementar nº 187/2021 (*não é obrigatório, mas poderá ser considerado como critério classificatório*);

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

10. Declaração de não contratação de menores de 18 anos;
11. Declaração do Representante Legal da OSC, da inexistência de impedimento de celebração da parceria.
12. Declaração de que a OSC não foi penalizada com suspensão do direito de contratar com o poder público;
13. Declaração de que a OSC não possui registros impeditivos ativos nos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM). *A Administração poderá consultar esses registros de ofício.*

**II. Documentação Fiscal e Contábil**

14. Certidão conjunta da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (CND).
15. Certificado de regularidade do FGTS (CRF).
16. Certidões negativas de débitos estaduais e municipais (incluindo ISS e IPTU).
17. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, aprovadas pela assembleia.
18. Relatório de atividades do último exercício, compatível com o objeto da parceria.
19. Declaração do contador responsável (com CRC ativo).

**III. Documentação Técnico-Operacional**

20. Plano de Trabalho, conforme Anexo III do edital,
21. Declaração formal que providenciara Alvará de Funcionamento para o estabelecimento a a ser instalado.
22. Declaração formal de que disporá de infraestrutura física e equipe técnica compatível com o serviço ofertado.
23. Declaração formal que fornecerá relação dos profissionais da equipe técnica (com cópias de diplomas e registros nos respectivos conselhos de classe).

**IV. Documentação Socioassistencial**

24. Modelo de Plano de Atendimento Individual (PIA), conforme a natureza do serviço prestado, garantindo os elementos exigidos na No SUAS, incluindo diagnóstico, objetivos, estratégias de acompanhamento, reinserção e desligamento planejado.
25. Declaração de integração com a rede socioassistencial de Caçapava (CRAS, CREAS, CAPS, Casa de Passagem etc.).
26. Declaração de que respeita os princípios da Política Nacional de Assistência Social, da PNAS/2004 e da Resolução CNAS nº 109/2009.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**Base legal e normativa:**

- Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC): Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.
  - Lei nº 8.742/1993 (LOAS): Dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil e institui o SUAS.
  - Decreto Federal nº 7.053/2009: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seus princípios e diretrizes.
  - Resolução CNAS nº 109/2009: Define a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS.
  - Resolução CNAS nº 14/2014: Estabelece normas para inscrição e acompanhamento das entidades socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.
  - Lei Complementar nº 187/2021: Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social (CEBAS) e seus benefícios fiscais.
  - Instrução Normativa TCE-SP nº 01/2020: Define regras e procedimentos para fiscalização das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil no Estado de São Paulo.
- 12.3. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei Federal nº 13.019/14). A Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município, estará disponível em <https://www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>

**13. DA VEDAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA**

- 13.1. Fica vedada a celebração de Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil que:
- I. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
  - II. Tenha como dirigente servidor público ou agente político do Poder Executivo, Legislativo ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
  - III. Esteja declarada inidônea para contratar com a Administração Pública ou tenha sofrido suspensão temporária ou impedimento de participar de licitação ou celebrar parcerias, em qualquer esfera federativa (Federal, Estadual ou Municipal);
  - IV. Esteja cumprindo penalidade vigente, imposta por órgão da Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera federativa, com base em decisão administrativa ou judicial com trânsito em julgado, inclusive por força do inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- V. Tenha suas contas relativas a parcerias públicas julgadas irregulares, com decisão definitiva, pelo Tribunal de Contas competente, nos últimos 8 (oito) anos, conforme jurisprudência do TCE-SP e art. 33, parágrafo único da Lei nº 13.019/2014.
- VI. Tenha prestação de contas pendente de análise, reprovada ou não apresentada junto ao Município de Caçapava/SP, relativa a instrumentos anteriormente firmados, no período dos últimos 05 (cinco) anos;
- VII. Tenha entre seus dirigentes pessoas que:
  - d) Tenham tido suas contas julgadas irregulares ou rejeitadas, com decisão definitiva (transitada em julgado), pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), em relação a parcerias com a Administração Pública, no período dos últimos 08 (oito) anos;
  - e) Estejam inabilitadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, em razão de decisão administrativa ou judicial por prática de falta grave, enquanto durar a inabilitação;
  - f) Sejam consideradas responsáveis por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992, enquanto perdurarem os prazos de suspensão dos direitos políticos e de inelegibilidade, conforme os incisos I, II e III do art. 12 da referida lei.

**14. DAS OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES PARA A OSC**

- 14.1. Executar o objeto da parceria conforme descrito no Plano de Trabalho (Anexo III) e Termo de Referência (Anexo II), observado o cronograma físico-financeiro pactuado;
- 14.2. A Organização da Sociedade Civil deverá dar ampla publicidade à parceria firmada com o Poder Público Municipal, nos termos do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014, por meio de:
  - I. Divulgação em seu site eletrônico institucional, caso existente, e/ou em mídias sociais de sua titularidade;
  - II. Afixação de informações básicas da parceria em mural ou local de fácil visibilidade nas dependências da entidade onde o serviço é executado, contendo, no mínimo: nome do projeto, número do Termo de Colaboração, vigência e logomarca da Prefeitura de Caçapava.
- 14.3. Movimentar os recursos da parceria exclusivamente por meio de conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, preferencialmente no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal;
- 14.4. Apresentar mensalmente a prestação de contas financeira e relatórios técnicos de execução, conforme modelo e prazos definidos pela Administração Pública Municipal e orientações do TCE-SP;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- 14.5. Manter arquivados, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, todos os documentos originais comprobatórios da execução física e financeira da parceria;
- 14.6. Alimentar mensalmente o sistema informatizado GESUAS ou outro que venha a ser indicado, com as informações sobre os usuários e serviços ofertados;
- 14.7. Garantir que apenas poderão ser acolhidos usuários previamente encaminhados pelos equipamentos do SUAS, que estejam em situação de rua, residentes no município de Caçapava, e Executar o serviço conforme Plano de Trabalho compactuado.
- 14.8. Atualizar **mensalmente o Portal da Transparência Institucional** com informações sobre a execução da parceria e aplicação dos recursos;
  - 14.8.1. Fotos, relatórios, materiais, prestação de contas, balanço patrimonial, estatuto social atualizado, termos de ajustes, planos de trabalho, relação nominal dos dirigentes, valores repassados, lista de prestadores de serviço – pessoas físicas e jurídicas e os respectivos valores pagos, remuneração individualizadas dos dirigentes e empregados com respectivos nomes, cargos ou funções, relatório físico financeiro de acompanhamento, regulamento de compras e de contratação de pessoal;
- 14.9. **DAS VEDAÇÕES DE USO DE RECURSOS PÚBLICOS**
  - 14.9.1. É vedada a utilização dos recursos públicos vinculados à parceria para:
    - I. Pagamento de taxa de administração, de gerência ou similares;
    - II. Pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, salvo previsão em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
    - III. Modificação do objeto pactuado, salvo para ampliação de metas, com prévia aprovação formal da Administração;
    - IV. Utilização dos recursos para finalidade diversa da pactuada, ainda que em caráter emergencial;
    - V. Transferência de recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou OSCs congêneres;
    - VI. Realização de despesas com:
      - a) Multas, juros ou correção monetária decorrentes de pagamentos em atraso;
      - b) Publicidade que não tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social, ou que contenha nomes, símbolos ou imagens que configurem promoção pessoal;
      - c) Pessoal contratado em desacordo com o art. 46 da Lei nº 13.019/2014;
      - d) Obras de ampliação ou construção de infraestrutura física;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- e) Despesas não previstas no Plano de Trabalho;
- f) Despesas realizadas fora do período de vigência do Termo de Colaboração;
- g) Pagamentos a servidores públicos por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo hipóteses previstas em lei específica;
- h) Reiteração do uso dos recursos para fins não pactuados, mesmo em situação excepcional.

**15. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- 15.1. Emitir relatórios técnicos de monitoramento e avaliação da execução da parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e das normativas aplicáveis.
- 15.2. Emitir parecer conclusivo anual, ao final da vigência da parceria, acerca da conformidade do objeto executado e dos resultados alcançados pela Organização da Sociedade Civil, com base nos instrumentos de avaliação e nas metas pactuadas.
- 15.3. Homologar o processo de monitoramento e avaliação, conduzido por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pelo Poder Executivo, conforme disposto na legislação e vinculado às diretrizes da política municipal de assistência social e à proposta de trabalho da entidade parceira.
- 15.4. Disponibilizar e repassar os recursos financeiros vinculados à presente parceria, desde que comprovada a regularidade na execução do objeto e a observância das condições previstas no Plano de Trabalho e no Termo de Colaboração.
- 15.5. Analisar, examinar e emitir parecer sobre as prestações de contas apresentadas pela Organização da Sociedade Civil, fiscalizando o adequado uso dos recursos públicos e o cumprimento das obrigações pactuadas.
- 15.6. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, em caso de inexecução parcial ou total da parceria, de descumprimento das cláusulas do Termo de Colaboração ou das disposições deste edital, resguardado o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 13.019/2014

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 15.7. **Impugnação do Edital:** Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá apresentar impugnação ao presente Edital, por ilegalidade ou irregularidade, mediante petição fundamentada, a ser protocolada presencialmente no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Caçapava, até o prazo de 10 (dez) dias corridos antes da data-limite para apresentação das propostas.
- 15.8. As impugnações deverão conter:
  - 15.8.1. Identificação do impugnante;
  - 15.8.2. Fundamentação legal e técnica;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

15.8.3. Elementos que demonstrem a suposta irregularidade.

- 15.9. O recebimento, análise e resposta à impugnação serão de responsabilidade da Comissão de Seleção, que poderá acatar ou rejeitar o pedido, de forma motivada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.
- 15.10. A apresentação da impugnação não suspende o andamento do edital, salvo se houver decisão administrativa ou judicial em sentido contrário. Fundamento legal: Art. 26 da Lei Federal nº 13.019/2014
- 15.11. Pedidos de **esclarecimento**: Os pedidos de esclarecimentos relativos ao presente Edital e seus anexos deverão ser enviados exclusivamente por meio digital, para o endereço eletrônico institucional da Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme indicado no preâmbulo deste Edital.
- 15.12. As solicitações deverão ser fundamentadas e encaminhadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data-limite para apresentação das propostas.
- 15.13. As respostas aos pedidos de esclarecimento serão disponibilizadas em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento, no site oficial da Prefeitura de Caçapava e/ou no Diário Oficial do Município, e passarão a integrar este edital para todos os efeitos legais.
- 15.14. O envio de pedidos de esclarecimento não suspende os prazos do edital, salvo decisão administrativa expressa.
- 15.15. A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.
- 15.16. Todos os custos decorrentes da elaboração dos projetos e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.
- 15.17. **Não serão consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das regras e condições previstas neste Edital.**
- 15.18. O dirigente da OSC é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na **desclassificação do projeto e na imediata desconsideração da intenção de firmação do TERMO DE COLABORAÇÃO**, bem como a adoção, se for o caso, das medidas cabíveis para a responsabilização, inclusive penal.
- 15.19. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o município não será responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste Chamamento Público.
- 15.20. A remuneração da equipe de trabalho custeada com recursos da parceria não estabelece vínculo empregatício com a Administração Pública. A inadimplência da OSC quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias ou quaisquer encargos legais não transfere ao Poder Público qualquer responsabilidade, tampouco poderá

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

comprometer a execução do objeto do Termo de Colaboração ou gerar ônus adicional à Administração.

- 15.21. A simples formalização da entrega do Plano de Trabalho implica o perfeito entendimento e aceitação, pelo proponente, de todos os termos deste Edital, e se submetem às seguintes condições:
  - I. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que atende às condições de participação no chamamento público e assim eximirá a Administração do disposto no art. 10 da Lei Federal nº 8.429/92 e posteriores alterações;
  - II. Que tomou conhecimento de todas as informações e locais para o cumprimento das obrigações relacionadas ao objeto do chamamento público; que com o mesmo está perfeitamente definido, e que tem a exata compreensão da futura execução do objeto;
  - III. Que assume a inteira responsabilidade pela perfeita execução do objeto que está sendo chamado à parceria, se for vencedora, e adere plenamente aos termos do presente Edital como integrante do **TERMO DE COLABORAÇÃO** que resultar independentemente de sua transcrição;
  - IV. Que assegura a inexistência de impedimento legal para celebrar parceria com a Administração Pública;
  - V. Que atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho.
- 15.22. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos excluir-se-à o dia do início e incluir-se-à o do vencimento.
- 15.23. A parceria celebrada na forma prevista terá vigência por até 15 (quinze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, a critério da administração.
- 15.24. O presente edital encontra-se disponível gratuitamente pela Internet, no endereço <https://www.cacapava.sp.gov.br/>
- 15.25. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Seleção, em conformidade com as disposições constantes dos dispositivos legais citados neste edital.
- 15.26. A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público, ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.
- 15.27. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o Foro de Caçapava, Estado de São Paulo.
- 15.28. **Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:**
  - Anexo I - Declaração de Ciência e Concordância;
  - Anexo II - Termo de Referência
  - Anexo III - Modelos de Planos de Trabalho;
  - Anexo IV – Requisitos e impedimentos para a Celebração do Termo de Colaboração
  - Anexo V - Termo de Ciência e Notificação / RP09

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Anexo VI – Modelos de Declarações  
Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração  
Anexo VIII – Cartilha Explicativa da Liberação e Recursos

15.29. Os anexos são parte integrante deste Edital.

**EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL:**

Saile Keler Coelho  
Diretora de Proteção Social Básica e Especial

Daniana Sabbi  
Diretora de Vigilância Socioassistencial

Maria Teresa Moreira Marcondes  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n° \_\_\_\_\_ por intermédio de  
seu Representante Legal o(a) Sr(a)

\_\_\_\_\_ portador (a) da Cédula de Identidade  
n° \_\_\_\_\_ inscrito (a) no CPF/MF sob o n° \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, DECLARA que a  
\_\_\_\_\_ está

ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público n° 04/2025 e de seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Caçapava, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2025.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1) DO OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a Seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) para a execução do Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa Lar, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), com capacidade para **20 (vinte) vagas**, distribuídas em **02 casas lares com até 10 acolhidos cada**, para atendimento provisório e excepcional de crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 e 101 inciso 7 e 8 do Estatuto da Criança e do Adolescente) para crianças de zero a 18 (dezoito) anos incompletos, em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

**2) JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza pública estatal ou não estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social; da Norma Operacional Básica do SUAS, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.

O reconhecimento, na legislação vigente, do direito à convivência familiar e comunitária, da excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar e dos princípios que qualificam o atendimento nos serviços de acolhimento está fundamentado, dentre outros aspectos, no próprio desenvolvimento científico e nas diversas investigações que mostraram que um ambiente familiar saudável é o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Seguindo as orientações técnicas, o Município de Caçapava mantém o serviço de acolhimento em atendimento ao ECA, à PNAS e às diretrizes da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Dados do diagnóstico local (Relatório BI, GESUAS, julho de 2025) apontam 127 situações de violência envolvendo crianças e adolescentes, com ênfase em negligência, violência física e psicológica, além de fatores agravantes como insegurança alimentar, desemprego e uso de substâncias.

Diante disso, reforça-se a necessidade de atendimento qualificado e continuado a este público, conforme TAC firmado com o Ministério Público em 2015, que orienta o modelo de acolhimento na modalidade Casa Lar, visando garantir a convivência comunitária e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Registre-se, por fim, que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação, é responsável pelo controle, acompanhamento e fiscalização dos serviços que compõem a rede de acolhimento do município de Caçapava/SP.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### 3) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

O acolhimento deverá ser fundamentado em Plano de Atendimento Individual (PIA), elaborado e acompanhado por equipe técnica da entidade em articulação com o CREAS e demais serviços da rede socioassistencial, no qual constem objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidas, tendo em vista a superação dos motivos que levaram ao afastamento do convívio e o atendimento das necessidades específicas de cada situação.

O desenvolvimento das ações do Plano de Atendimento deve ser realizado de modo articulado com os demais órgãos e serviços que estejam acompanhando a família, a criança ou o adolescente (escola, Unidade Básica de Saúde, Estratégia de Saúde da Família, CAPS, CRAS, programas de geração de trabalho e renda, etc.) especialmente no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos e suporte à reinserção social e familiar, conforme os princípios da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS.

#### **3.1 Diretrizes para elaboração do Plano de Trabalho:**

A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar a complementação do Plano de Trabalho disponibilizado contendo:

A metodologia de atendimento proposta, alinhada à Tipificação Nacional e ao ECA, LOAS, Conanda Res. 01/2009;

As ações e atividades previstas, com cronograma de execução e periodicidade;

A estrutura mínima da equipe de profissionais com base na tipificação e orientações técnicas (coordenador técnico, cuidadores/educadores, assistente social, psicólogo), com carga horária compatível;

As metas e indicadores do serviço, conforme modelo fornecido no Plano de Trabalho;

A previsão de estratégias de reintegração familiar, convivência comunitária, elaboração do PIA e acompanhamento pós-desligamento;

O compromisso com o registro nos sistemas oficiais (GESUAS, RMA, etc);

A descrição dos meios de verificação das atividades propostas.

### 4) DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

A OSC deverá:

Possuir sede ou escritório legalmente constituído;

Possuir inscrição no CNEAS e no Conselho Municipal de Assistência Social;

Comprovar experiência prévia na execução de serviços similares;

Garantir equipe técnica mínima qualificada, com dimensionamento compatível com o número de acolhidos e garantindo atendimento em regime de 24 horas - quadro sugestão abaixo;

A equipe deve ter **formação compatível e experiência na área de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco**, e estar articulada ao CREAS, CMDCA e rede intersetorial.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**Quadro Equipe Técnica Mínima**

Função	Quantidade	Regime de Trabalho
Coordenador Técnico	1	40h semanais
Assistente Social	1	30h ou 40h
Psicólogo	1	30h ou 40h
Cuidadores/Monitores	6	Escala 12x36
Auxiliar Administrativo	1	30h
Cuidador Residente	1 por casa	Moradia integral

Comprometer-se com a elaboração de relatórios mensais e participação em reuniões de monitoramento com a rede SUAS.

**5) METAS OPERACIONAIS MÍNIMAS**

Instalar e manter 02 casas lares com capacidade para até 10 crianças/adolescentes cada;  
 Garantir 100% dos acolhidos com PIA atualizado e acompanhado;  
 Garantir a presença escolar de todos os acolhidos (100%);  
 Promover reuniões mensais de acompanhamento com CREAS e rede;  
 Assegurar atendimento psicossocial individualizado mensal por profissional da equipe;  
 Viabilizar pelo menos 1 atividade externa comunitária mensal (lazer, cultura, esporte);  
 Garantir participação dos acolhidos em consultas e tratamentos de saúde sempre que necessário;  
 Propor medidas de reintegração familiar ou encaminhamento à família substituta conforme evolução dos casos.

**6) ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (OSC)**

Seguir orientações do Plano de Trabalho, a ser utilizado como base obrigatória pela OSC proponente.

Elaborar e implementar o Plano Individual de Atendimento (PIA) de cada acolhido em até 30 dias do ingresso;

Manter controle diário de frequência, alimentação, medicação e higiene;  
 Realizar visitas domiciliares periódicas às famílias (quando aplicável);  
 Participar de reuniões técnicas com a rede (CREAS, CMDCA, Judiciário, Saúde, Educação);  
 Alimentar sistema GESUAS ou outros instrumentos oficiais conforme pactuação;  
 Ofertar suporte à autonomia de adolescentes em processo de desligamento;  
 Realizar atividades de lazer, cultura e convívio comunitário regulares;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Garantir a permanência de irmãos na mesma unidade, salvo decisão judicial.

**7) CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

Início da parceria: Vigência:  
Valor por usuário/mês: R\$ Total mensal: R\$

O repasse ocorrerá mensalmente, mediante entrega dos relatórios exigidos, conforme cronograma e metas pactuadas.

**8) GESTÃO E MONITORAMENTO**

O acompanhamento da execução do objeto será feito pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Caçapava, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação instituída conforme a Lei nº 13.019/2014, com base nos relatórios mensais, visitas técnicas da especial( CREAS) indicadores definidos no plano de trabalho e articulação com os serviços da rede SUAS.

**9) RESULTADOS ESPERADOS**

Acolhimento e proteção integral das crianças/adolescentes inseridos no acolhimento institucional na modalidade de Casa Lar mediante a aplicação de medida protetiva de acolhimento oferecendo moradia, alimentação, vestuário, segurança, lazer, saúde, educação.

Garantia de atendimento personalizado considerando cada subjetividade com vistas à construção/reconstrução de vínculos e desenvolvimento de cada sujeito por meio de atendimento psicossocial e atividades voltadas para cada faixa etária, entre outros.

Ofertar atendimento personalizado aos acolhidos e famílias objetivando a cessação das situações de violação de direitos por meio de acompanhamento psicossocial; encaminhamento para atendimento na rede socioassistencial do município de acordo com cada caso; realização de visitas domiciliares; discussão de caso com a rede socioassistencial pactuando intervenções, etc. Propiciar por meio de visitas o convívio das crianças/adolescentes acolhidos com seus familiares respeitando a especificidade de cada caso; ofertar atividades intra e extra ; inserir as crianças/adolescentes em atividades ofertadas por serviços sociais na comunidade ; garantir o direito ao culto religioso previsto na Constituição Federal; comemorar individualmente os aniversários possibilitando à família e pessoas com as quais os acolhidos tenham vínculo afetivo significativo a participação.

Inclusão das crianças e adolescentes acolhidos na rede de ensino municipal e estadual e demais projetos de educação ofertados no município; inserção em serviços de saúde considerando cada necessidade; encaminhamento dos acolhidos e famílias para atendimento em serviços de assistência social considerando a especificidade de cada caso; garantir o direito ao acesso das famílias e acolhidos à Justiça da Infância e Juventude. Inserção das crianças/adolescentes em programas de esporte, lazer e cultura ofertados no município, seja pela rede pública ou privada; promover passeios a museus, bibliotecas, parques e outros espaços públicos ou privados no município ou fora dele; inclusão dos adolescentes maiores de 14 anos em programas e cursos profissionalizantes para inserção no mundo do trabalho.

**10) FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC): Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Lei nº 8.742/1993 (LOAS): Dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil e institui o SUAS.

ECA – Lei 8.069/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente.

Orientações Técnicas – Conanda/CNAS: Diretrizes para os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes.

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Estado de São Paulo.

Resolução CNAS nº 109/2009: Define a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS.

Resolução CNAS nº 14/2014: Estabelece normas para inscrição e acompanhamento das entidades socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

Lei Complementar nº 187/2021: Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social (CEBAS) e seus benefícios fiscais.

Instrução Normativa TCE-SP nº 01/2020: Define regras e procedimentos para fiscalização das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil no Estado de São Paulo.

**11) DISPOSIÇÕES FINAIS**

**A OSC deverá garantir a ampla publicidade da parceria e atender às obrigações legais, fiscais e administrativas previstas na legislação vigente. O presente termo será parte integrante do Edital de Chamamento Público nº 03/2025**

**EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL**

Saile Keler Coelho - Diretora de Proteção Social Básica e Especial

Daniana Sabbi - Diretora de Vigilância Socioassistencial

Maria Teresa Moreira Marcondes - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### ANEXO III

#### MODELO DE PLANO DE TRABALHO -

(Fazer em papel timbrado da instituição)

#### MODELO DE PLANO DE TRABALHO

#### ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE

#### MODALIDADE- CASA LAR

<b>PLANO DE TRABALHO</b>		
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PROPONENTE</b>		
<b>Razão Social</b>		
Data de criação	CNPJ:	
Inscrição no CMAS nº	Validade:	
Inscrição no CMDCA nº	Validade:	
Inscrição no CMI nº	Validade:	
Endereço		
Cidade	UF	
CEP	E-mail	
DDD/Tel	WhatsApp	
Conta-Corrente	Banco	Agência
<b>Nome do Representante Legal</b>		
CPF	RG	
Cargo	Função	
Endereço	CEP	
Início mandato:	Fim do mandato:	
<b>Nome do Técnico Responsável</b>		
CPF	RG	

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Formação Profissional	Nº Registro
Cargo	Tel.:
Endereço	CEP
<b>Nome do Responsável pela Prestação de Contas</b>	
CPF	RG
Formação Profissional	Nº Registro
Cargo	Telefone
Endereço	CEP
<b>2. TÍTULO</b>	
Obs.: CASA LAR – Acolhimento Institucional a crianças e adolescentes em situação de risco, vítimas de violência ou abandono	
<b>2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA (Tipo de Serviço)</b>	
Proteção Social de Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes na modalidade Casa Lar	
<b>2.2 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO</b>	
<b>CAPACIDADE DE ATENDIMENTO PRETENDIDA:</b>  Atendimento a 20 crianças e adolescentes, sendo: 02 casas lares com capacidade máxima de 10 crianças e adolescentes por unidade  <b>VALOR DE REFERÊNCIA POR USUÁRIO:</b> Valor por criança/adolescente acolhido – R\$ 5.000,00  Valor Mensal – R\$ 100.000,00  <b>VALOR ANUAL PREVISTO:</b>  Valor Anual - R\$ 1.200.000,00	
<b>2.3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE</b>	

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

O acolhimento institucional a crianças e adolescentes vítimas de violência ou abandono está previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral na perspectiva de um serviço provisório e excepcional, para ambos os sexos, e com deficiência, sob medida de proteção, conforme consta no Art. 101, incisos VII e VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

O serviço deve ser organizado de acordo com princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e das Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes com o objetivo de garantir a segurança e bem-estar de crianças e adolescentes em risco, de forma emergencial, quando ocorre suspeita ou comprovação de violação de direitos, como negligência, maus-tratos ou abandono.

O período de permanência da criança ou adolescente deve ser o menor possível, promovendo ações de retorno à família de origem ou extensa, ou o encaminhamento a família substituta o quanto antes. O ECA, no art. 19, estabelece que *“É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral; § 3º a manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência.”*

As ações de atenção e cuidado com a criança e adolescente que necessitem do serviço de acolhimento devem primar pelo cumprimento integral dos princípios legais e atuar na garantia de direitos como prioridade absoluta, considerando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a proteção integral.

As diretrizes do serviço de acolhimento institucional tem como premissa reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento que necessita de proteção especial da família, da sociedade e do Estado.

Como as ações voltadas à criança e ao adolescente são consideradas prioridade absoluta, o destaque para a Alta Complexidade do Serviço requer que as decisões na oferta e garantia do serviço ocorra em relevância às demandas de menor complexidade, levando-se em conta o desenvolvimento físico, mental e emocional e os devidos cuidados para o seu pleno cuidado, proteção.

É fundamental que o serviço de acolhimento ofereça um ambiente acolhedor, com oferta de profissionais capacitados e com experiência no atendimento a criança, adolescente e família em situação de risco visando as ações de cuidado por meio do levantamento do diagnóstico da criança e do adolescente verificando as causas e o grau de risco do caso, identificando os recursos necessários do equipamento para os devidos atendimentos necessários bem como a análise da equipe frente às técnicas e metodologia de intervenção na implementação de planos de cuidado como PIA e demais instrumentos técnicos da rede socioassistencial.

No processo de acompanhamento da criança ou adolescente, como o acolhimento é medida

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

excepcional e provisória, o retorno à convivência familiar se faz por meio da reintegração familiar e demanda ações técnicas e fundamentadas nos princípios legais por tratar-se de um processo complexo que envolve a análise da situação da criança, a avaliação da estrutura e da qualidade do atendimento e o acompanhamento do processo de reintegração familiar ou família substituta para o desenvolvimento integral do acolhido e a superação das violações.

O município de Caçapava, em cumprimento à legislação vigente e à pactuação firmada em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público em 2015, realizou o reordenamento do serviço de acolhimento institucional, adotando a modalidade Casa Lar. Atualmente, o serviço atende crianças e adolescentes de ambos os sexos, prestando cuidados a um grupo de até 10 crianças e/ou adolescentes por unidade residencial, inclusive com deficiência, em situação de risco pessoal e social, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, demandando medida de proteção.

O município de Caçapava registra índices significativos de violações de direitos envolvendo crianças e adolescentes. Segundo dados do Gesuas (julho, 2025), foram registradas 127 situações de violência nesse público, sendo 70 casos de negligência ou abandono, 30 de violência física e 27 de violência psicológica. Esses dados revelam a necessidade de oferta continuada do serviço de acolhimento institucional como medida protetiva emergencial e provisória. Além disso, o contexto de vulnerabilidade familiar é agravado por indicadores como desemprego (642 famílias), insegurança alimentar (250) e envolvimento com drogas (170), fatores que comprometem o cuidado e a proteção de crianças e adolescentes, reforçando a importância da rede de proteção e da manutenção do acolhimento no município.

Caçapava conta com equipe técnica e estrutura para acolhimento em até duas casas, com capacidade para 10 acolhidos em cada, conforme parâmetros do serviço de alta complexidade. Há necessidade constante de capacitação, formação continuada dos profissionais, adequação da estrutura física, e acompanhamento técnico para garantir a oferta do serviço de alta complexidade e desenvolvimento integral das crianças e adolescentes sob esta medida de proteção de acolhimento institucional.

## **2.4**

### **JUSTIFICATIVA**

O município de Caçapava iniciou o reordenamento do serviço de acolhimento a crianças e adolescentes vítimas de violência ou abandono, em consonância com a política de reordenamento, descentralização e municipalização do atendimento dos serviços de alta complexidade para crianças e adolescentes, na Modalidade Casa Lar, desde 2015.

Nesta modalidade de acolhimento institucional, cada núcleo/casa lar é composto por até 10 (dez) crianças, e adolescentes, irmãos biológicos ou não, de diferentes idades e de ambos os sexos que ficam sob o cuidado de Cuidador Residente. Cada unidade de Casa Lar possui suas próprias características, ritmo e rotina, estimulando a convivência na comunidade, compartilhando responsabilidades, superando conflitos e limites da vida cotidiana, na perspectiva de um desenvolvimento integral.

As unidades de Casas lares estarão inseridas no meio comunitário, cumprindo os preceitos do Estatuto

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

da Criança e do Adolescente quanto aos princípios de acolhimento, vida social e comunitária e preparação para o desligamento. As crianças e adolescentes são encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude, Ministério Público e Conselho Tutelar, e no ato do acolhimento os irmãos biológicos não serão separados.

A Organização detém a guarda provisória e excepcional das crianças adolescentes acolhidos ofertando serviços na garantia de seus direitos básicos como: alimentação, higiene, educação, saúde, lazer e o direito à convivência familiar e comunitária.

O tempo para permanência é analisado individualmente, de acordo com o Plano Individual de Atendimento – PIA. Para os adolescentes, em processo de emancipação, a Organização oferece apoio, orientação e acompanhamento, por um período mínimo de 12 meses, para que sua garantia e autonomia seja garantida. As famílias são orientadas e acompanhadas pela OSC por meio do departamento técnico, na perspectiva de retorno à convivência familiar.

**2.5**

**OBJETIVO GERAL**

Garantir às crianças e adolescentes, que estejam sob medida de proteção de acolhimento institucional, o cuidado e a proteção definidos no ECA, o direito à convivência familiar e comunitária, que possam desenvolver suas potencialidades, superar seus traumas e conquistar maior grau de independência individual e social e os direitos básicos das crianças e adolescentes e suas famílias.

**2.6**

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial desfavorável. Os grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos, etc.) devem ser atendidos na mesma unidade, salvo determinação judicial em contrário. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa);
- Garantir colocação em família substituta, sempre que não for possível o reestabelecimento e/ou a preservação de vínculos com a família de origem;
- Desenvolver junto às crianças e adolescentes ações de autonomia e o autocuidado;
- Ofertar ambiente e condições favoráveis ao processo de desenvolvimento peculiar da criança e do adolescente, considerando suas características e individualidade;
- Minimizar a ocorrência de risco, seu agravamento ou sua reincidência, mediante o acompanhamento sistemático e continuado de cada criança/adolescente primando pelas ações de articulação em rede do SGD;
- Possibilitar ações que primem pela convivência familiar e comunitária;
- Propiciar às crianças e adolescentes acolhidos um ambiente familiar protetivo;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- Realizar o acompanhamento técnico efetivo das famílias no território, em conjunto com a rede de proteção, sobretudo das políticas de educação, saúde e assistência social;
- Fortalecer os vínculos familiares por meio de ações em conjunto com o SGD e articulação em rede;
- Possibilitar a crianças e adolescentes acolhidos uma vida comunitária para o desenvolvimento integral de suas potencialidades;
- Garantir a convivência entre irmãos.

**2.7 Metas**

Acolher provisoriamente e excepcionalmente até 20 (vinte) crianças e adolescentes de ambos os sexos e em situação de risco pessoal e social, vítimas de violências ou abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem--ase temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, com a instalação de 02 casas lares e um escritório no município.

**2.8. METODOLOGIA**

A Metodologia consiste em um conjunto de ações, práticas e atitudes articuladas, envolvendo os mais diversos atores (Família, Sociedade e Estado), comprometidos com a promoção e efetivação de direitos da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social, sob a concepção de intervenções que primem pela efetivação

dos direitos da política de atendimento integral consagrada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, considerando a amplitude e a complexidade do trabalho.

É fundamental ofertar à criança e ao adolescente um ambiente de cuidados facilitadores do desenvolvimento, de modo a favorecer, dentre outros aspectos o seu desenvolvimento integral, a superação de vivências de separação e violência e os traumas advindos de seus históricos e experiências, a ressignificação de sua história de vida, o fortalecimento da cidadania, autonomia e a inserção social, em consonância com diretrizes nacionais e internacionais de cuidados a crianças e adolescentes em serviços de acolhimento primando por ações de valorização, amparo e cuidado.

As crianças e adolescentes da casa lar devem receber acompanhamento técnico por profissionais especialistas na área de violência contra criança e adolescente, como psicólogo e assistente social que terão os princípios estabelecidos no ECA como parâmetros, quanto ao cotidiano do acolhimento, superação de conflitos e traumas, as relações interpessoais do grupo e situações individuais apresentadas pelos mesmos, bem como o desenvolvimento biopsicossocial com ações de interface junto à educação e saúde e demais políticas afins.

A garantia do acesso e permanência na escola, os cuidados com a saúde física, mental, emocional, convivência familiar e comunitária são princípios que devem ser incluídos na elaboração do PIA de cada acolhido, os quais devem ter monitoramento periódico e sistemático como parâmetros de

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

superação dos traumas sofridos com vistas à ressignificação de suas histórias.  
As ações de cuidado e proteção quanto às necessidades básicas, bem como o atendimento dos princípios acima citados, deverão estar registrados nos sistemas de dados por meio de registros no GESUAS, no PIA e no Protocolo de Fluxo de Atendimento, elaborado pela Equipe Técnica, sobre aprovação da Coordenação e validado pelo órgão gestor por meio da sua equipe técnica, de monitoramento e vigilância socioassistencial.

<b>Estratégias metodológicas</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Resultados</b>
Oferta de Proteção Integral – cuidados de alimentação, higiene, saúde e atividades de vida diária.	Diária	Garantia de Direitos à criança e ao adolescente em todas as fases de seu desenvolvimento
Oferta de Proteção à saúde – consultas médicas com clínicos e especialistas visando atenção básica e de saúde física e mental.	Diária	Garantia de saúde por meio de acompanhamento em consultas e controle de medicações a serem administradas Aquisição e administração de medicamentos prescritos, com o devido controle de acondicionamento em espaço seguro e longe do acesso dos acolhidos
Garantia do Direito à educação – viabilizar documentação e matrícula escolar. Acompanhar a frequência escolar e o cotidiano nas escolas articulando ações de cuidado e atenção em conjunto com a equipe escolar.	Diária	Garantia de educação por meio do acesso e frequência escolar regular, viabilizando os recursos materiais e específicos necessários a cada criança e adolescente Acompanhamento escolar por meio da rotina diária e reuniões escolares com professores, profissionais especialistas e direção escolar
Acompanhamento de crianças e adolescentes com deficiência, em locais especializados.	Diária	Desenvolvimento pessoal Autonomia e inclusão da criança com deficiência.
Orientação e Promoção de Atividades de lazer, esportivas e culturais seja na unidade de acolhimento, seja na rede social e comunitária.	Semanal	Desenvolvimento biopsicossocial da criança/adolescente Participação na vida comunitária.
Atendimentos, estudos de casos, elaboração de plano de intervenção	Quinzenal/mensal	Garantia de desenvolvimento biopsicossocial da criança e do

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

articulado com os serviços da rede de proteção de cada acolhido.		adolescente.
Desenvolvimento do convívio grupal, familiar e comunitário – Pertencimento.	Semanal	Garantia do fortalecimento das relações interpessoais e das habilidades socioemocionais.
Entrevistas e visitas domiciliares às famílias dos acolhidos – orientações e encaminhamentos à rede de serviços de proteção por meio de referência e contra referência.	Semanal	Ações protetivas junto à família com fortalecimento de vínculos entre acolhido e sua rede familiar – superação das violações.
Elaboração de relatórios, organização de prontuários, inserção de dados nos sistemas da SMDS – Gesuas, VSA, RMA e demais recursos apresentados pela gestão municipal.	Semanal	Organização e sistematização dos dados de intervenção junto aos acolhidos e suas famílias propiciando análise das intervenções e as ações continuadas.
Elaboração do PIA com o adolescente acolhido – cursos, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho – Lei do Menor Aprendiz Desenvolver grupos de adolescentes para orientação.	Mensal	Cumprimento dos princípios do ECA – preparação para o desligamento Garantir compreensão sobre responsabilidades assumidas nas próprias decisões e compromissos assumidos.
Orientações e acompanhamentos em entrevistas - mercado de trabalho	Diária	Desenvolvimento pessoal, protagonismo juvenil.
Oferta de cidadania – viabilizar documentação civil e escolar, elaboração/revisão do PIA e orientação financeira para o adolescente acolhido.	Diária	Ofertar espaços de escuta ativa e acolhimento às crianças e adolescentes – protagonismo infantil juvenil Garantir processo de construção coletiva com o acolhido e sua família (quando possível) na construção de projetos de vida.
Acompanhamento técnico visando restabelecimento e fortalecimento de vínculos com rede familiar ou social de apoio.	Semanal	Garantia de ações de sensibilização dos familiares para visitas e convivência com a criança e o adolescente.
Planejamento e construção de ações para o desligamento da criança e do adolescente por meio de retorno à família de origem, colocação em	Mensal	Planejamento conjunto com a criança e o adolescente na preparação para o desligamento Diálogo reflexivo com adolescentes

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

família substituta ou preparação para autonomia de vida nos casos de adolescentes em fase de maioridade (moradia, custos, emprego) Articulação com rede local para apoio quanto às mobílias e outros itens necessários por ocasião do desligamento do adolescente.		para tomada de decisões – amadurecimento frente a nova fase da vida.
Acompanhamento do adolescente após o desligamento por um período de no mínimo 12 meses .	Mensal	Oferecer orientação, segurança e apoio ao adolescente nas tomadas de decisões e planejamento das próprias ações com autonomia e responsabilidade.

**2.9**

**PÚBLICO ALVO**

<b>População atendida</b>	<b>Crítérios de seleção</b>
Crianças e adolescentes, residentes no município de Caçapava, na faixa etária entre 0 a 17 anos e 11 meses de idade, que se encontram em situação de medida protetiva de Acolhimento Institucional.	Serviço de proteção integral para acolher provisória e excepcionalmente crianças e adolescentes de ambos os sexos e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função protetiva. Cada unidade de acolhimento terá atendimento de até dez crianças, irmãos biológicos ou não, de diferentes idades e de ambos os sexos. A Cuidadora Residente é responsável pelo cuidado e cumprimento do projeto de vida de cada criança e jovem, apoiada por uma Equipe Técnica. As crianças são encaminhadas por meio da Vara da Infância e Juventude do município, e para o acolhimento os irmãos biológicos não são separados. A

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

	Organização detém a guarda provisória e excepcional das crianças, adolescentes acolhidos sendo garantidos seus direitos básicos como: alimentação, educação, saúde, lazer e o direito à convivência familiar e comunitária, primando por ações de forma que as crianças crescem e aprendem juntas, compartilhando responsabilidade, administração de conflitos e habilidades para os relacionamentos interpessoais e grupais, na perspectiva de um desenvolvimento integral tanto na vida social quanto comunitária.
--	--

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS						
Nº	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Nº TOTAL DE ATENDIDOS	Nº DE GRUPOS	CRONOGRAMA	
					DURAÇÃO	PERIODICIDADE
1	Acolhimento de crianças e adolescentes	Coordenação	20	10	Diariamente	Ininterrupto
2	Cuidados Básicos nas atividades diárias Alimentação, higiene, saúde	Educador Residente	20	10	Diariamente	Ininterrupto
3	Atendimento individualizado a cada acolhido	Educador Residente	20	10	Diariamente	Ininterrupto
4	Acesso ao ensino formal e não formal – inserção, frequência e desempenho	Educador Residente	20	10	Diariamente	Ininterrupto

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

5	Acesso aos serviços de saúde básica e especializada – consultas, tratamentos e administrar medicações mediante receitas médicas.	Educador Residente	20	10	Diariamente	Ininterrupto
6	Acesso ao lazer com atividades internas e externas.	Coordenação Educador Residente	20	10	Diariamente	Ininterrupto
7	Entrevista inicial, atendimento individualizado, elaboração e/ou atualização do PIA.	Assistente Social / Psicólogo	20	Individual	2 horas por atendimento	Mensal
8	Elaboração de Relatórios para MP e Vara da Infância e Juventude.	Assistente Social / Psicólogo	20	Individual	2 horas por atendimento	Mensal
9	Inserção de Dados nos sistemas da SMDS – Gesuas, RMA, VSA, dentre outros Manutenção/atualização de Prontuários, individualizados.	Equipe Técnica e Coordenação	20	Individual	2 horas por atendimento	Mensal
10	Elaboração de Estudos de Casos e Plano de Intervenção Articulado – reuniões com serviços da rede de proteção – saúde, educação e assistência social.	Equipe Técnica e Coordenação	20	Individual	2 horas por atendimento	Mensal
11	Encontros/ grupos de família - reinserção familiar.	Assistente Social e Psicólogo	20	Coletivo	2 horas por atendimento	Mensal

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

12	Acompanhamento às famílias – atendimentos e visitas domiciliares.	Assistente Social/Psicólogo	20	Individual	2 horas por atendimento	Mensal
13	Reuniões de Equipe – Discussão de casos.	Equipe Técnica e Coordenação	20	Coletivo	2 horas por atendimento	Mensal
14	Acompanhamento da criança/adolescente e sua família, no mínimo por 6 (seis) meses, após desligamento do acolhimento.	Assistente Social/Psicólogo	20	Individual	2 horas por atendimento	Mensal
15	Formação Continuada a toda equipe – administrativa, operacional e técnica.	Coordenação	23	Coletivo	2 horas por atendimento	Bimestral
16	Manutenção das Casas Lares.	Coordenação	20	10	Diariamente	Ininterrupto
17	Acompanhamento e monitoramento dos serviços ofertados.	Coordenação	20	10	Diariamente	Ininterrupto
18	Prestação de Contas dos Recursos para a SMDS.	Coordenação	20	10	2 horas por ação	Mensal

**4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

As metas sempre são numéricas (unidades, %), colocar de 3 a 5 metas no máximo

Obs.: As metas são desdobramentos quantificados dos objetivos específicos, relacionar.

METAS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
1. Acolher Institucionalmente 20 Crianças / Adolescentes .	Realizar o acolhimento dos 100%	Registro por meio de acolhimento individual, lista de presença, sistema de monitoramento (GESUAS) e Plano Individual de

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

		Atendimento – PIA.
2. Garantir a elaboração do Plano de Atendimento Individual – PIA para os 100% dos acolhidos em até 07 dias e atualização dele a cada 02 meses.	Realizar 100% de elaboração dentro do prazo estabelecido	Formulários assinados, PIAs arquivados e/ ou digitalizados, com acompanhamento da equipe técnica e de comissão monitoramento.
3. Cuidado Básicos nas atividades diárias, tais como alimentação, higienização e saúde.	Realizar 100% das atividades	Realização de registros fotográficos e relatórios e descritivos.
4-Atendimento individualizado a cada adolescentes / crianças acolhidas.	Realizar 100% dos atendimentos	Realização de relatórios com informações de cada acolhido.
5.Acesso a Escola, a cursos profissionalizante e de capacitação.	Acessar 80% das atividades supracitadas	Apresentação da cópia de matrícula e registros fotográficos, junto com frequência e desempenho.
6.Acesso aos serviços de saúde básica e especializada – consultas, tratamentos e administração de medicamentos, mediante prescrição e receitas médicas.	Ter 90% dos acessos aos serviços	Apresentação de receitas médicas e registros fotográficos
7.Acesso ao lazer, com atividades realizadas internamente e externamente.	Realizar 90% ao acesso das atividades	Registro fotográfico
9.Elaboração de Relatórios para Ministério Público - MP e Vara da Infância e Juventude- VIJ	Realizar 100% das elaborações dos relatórios	Apresentação dos relatórios
10.Inserção de Dados nos sistemas da SMDS, GESUAS, RMA. Manutenção/atualização de Prontuários individualizados.	Realizar 80% da inserção dos dados no sistema	Acesso ao sistema, para averiguação de preenchimento e apresentação dos prontuários individualizados
12.Elaboração de Estudos de Casos e Plano de Intervenção Articulado, reuniões com serviços da rede de proteção – saúde, educação e assistência social.	Elaborar 80% das elaborações	Apresentação o prontuário dos acolhidos com os relatórios inseridos
13.Visitas domiciliares e acompanhamento às famílias em atendimentos para garantir a reinserção	Realizar 90% das atividades descritas	Registro fotográfico e apresentação de relatórios.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

familiar.		
14.Reuniões de Equipe para discussão de casos.	Realização de 90% das atividades	Registro fotográficos.
15.Acompanhamento da criança/adolescente e sua família, no mínimo de 12 (doze) meses, após desligamento do acolhimento.	Realização de 80% do acompanhamento	Registro fotográficos e frequência da família registrada.
16.Formação Continuada a toda equipe que compõem a Instituição Casa Lar	Realização de 100% das formação	Registro fotográficos e lista assinada de frequência dos funcionários.
17.Manutenção das Casas Lares.	Realização de 90% das atividades de manutenção	Notas fiscais discriminadas de cada serviços realizados e registro fotográficos.
18.Acompanhamento e monitoramento dos serviços ofertados, e Prestação de Contas dos Recursos para a Secretaria Municipal Desenvolvimento Social -SMDS.	Realização de 100% do acompanhamento de monitoramento	Realizado pela equipe de monitoramento e coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social -SMDS.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	
ATIVIDADES	Out/25 a Dez/26(Especificar mês a mês)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

<b>6. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS</b>			
Detalhar as dependências da instituição, como edifícios, prédios, salas, quadras, refeitório, máquinas, equipamentos, instalações que serão utilizadas na execução das atividades			
Nº	TIPO	QUANTIDADE	LOCAL DE UTILIZAÇÃO
1	(Usar Quantas Linhas Forem Necessárias)		
2			

<b>7. RECURSOS HUMANOS</b>					
Nº	Função	Vínculo	Carga Horária (semanal)	Salário Base estimado	Atividade Desenvolvida
	Coordenador	CLT	40h semanais	R\$ 6.596,00	-Gestão da entidade; -Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do Projeto Político-Pedagógico do serviço; - Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos; - Articulação com a rede de serviços; - Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos- SGD
1	Assistente Social <sup>1</sup>	CLT	30h semanais	R\$ 3.306,00	-Elaboração, em conjunto com o/a educador/cuidador residente e, sempre que possível com a participação das crianças e adolescentes atendidos, de regras e rotinas fundamentadas no projeto político pedagógico da entidade

<sup>1</sup> As atividades a serem desenvolvidas pela equipe interprofissional deverão respeitar as normas quanto a atividades privativas definidas pelos respectivos conselhos de profissão.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

					<p>-Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;</p> <p>- Apoio na seleção dos cuidadores/educadores residentes e de mais funcionários;</p> <p>- Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores /cuidadores;</p> <p>-Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores residentes e demais funcionários;</p> <p>-Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de garantia de direitos- SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;</p> <p>- Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;</p> <p>- Elaboração e encaminhamento e discussão com autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando:</p> <p>i. possibilidades de reintegração familiar;</p> <p>ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou,</p> <p>iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade</p>
--	--	--	--	--	---

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

					<p>de encaminhamento para adoção;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Preparação da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) residentes);</li> <li>- Mediação, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) residente, do processo de aproximação e (re)construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.</li> </ul>
2	Psicólogo <sup>2</sup>	CLT	30h semanais	R\$ 3.306.00	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Elaboração, em conjunto com o/a educador/cuidador residente e, sempre que possível com a participação das crianças e adolescentes atendidos, de regras e rotinas fundamentadas no projeto político pedagógico da entidade</li> <li>- Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; - Apoio na seleção dos cuidadores/educadores residentes e de mais funcionários;</li> <li>- Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores residentes e demais funcionários;</li> </ul> </li> <li>- Encaminhamento, discussão e</li> </ul>

<sup>2</sup> As atividades a serem desenvolvidas pela equipe interprofissional deverão respeitar as normas quanto a atividades privativas definidas pelos respectivos conselhos de profissão.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

					<p>planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;</li> <li>- Elaboração e encaminhamento e discussão com autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: <ul style="list-style-type: none"> <li>i. possibilidades de reintegração familiar;</li> <li>ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou,</li> <li>iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;</li> </ul> </li> <li>- Preparação da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) residentes);</li> <li>- Mediação, em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) residente, do processo de aproximação e (re)construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.</li> </ul>
	Educador/ cuidador residente	CLT	12x36	R\$ 2.056,24	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização da rotina doméstica e do espaço residencial;</li> <li>- Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção;</li> <li>- Relação afetiva personalizada e</li> </ul>

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

					<p>individualizada com cada criança e/ou adolescente;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);</li> <li>- Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade;</li> <li>- Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida;</li> <li>- Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento;</li> <li>- Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.</li> </ul>
--	--	--	--	--	--

Nome	Escolaridade	Formação	Carga horária dedicada ao serviço	Função	Regime de Contratação	Valor do Salário	Fonte Recurso (Próprio ou Municipal)

**8. PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA**

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

DESPESAS				
(Listar todas as despesas, incluindo encargos trabalhistas)				
Nº	TIPO DE DESPESA	QUANTIDADE	CUSTO MENSAL PREVISTO	CUSTO ANUAL PREVISTO
1	(Usar quantas linhas forem necessárias)			
2				
3				

**TOTAL R\$**

**ORIENTAÇÕES:**

- Descrever por modalidade e gênero da despesa;
- Destacar o custo mensal e anual, com os respectivos **03 orçamentos**;
- Identificar os custos separados por verba, municipal, estadual, federal e fonte própria;
- Cronograma de desembolsos.

(Na planilha de custos **não serão admitidas despesas com titulação genérica (despesas gerais, outras despesas, diversos)**, taxas administrativas e demais despesas vedadas pelos dispositivos legais que regem a transferência de recursos públicos às instituições privadas)

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (total do contrato)						
DESPESAS	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	TOTAL POR DESPESA
1º						
2º						
3º						
4º						
5º						
TOTAL POR MÊS						

**IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL, TÉCNICO RESPONSÁVEL E PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Caçapava, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**REPRESENTANTE LEGAL**

Nome:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Data

Assinatura:

***RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO***

Nome:

Data:

Assinatura:

***RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS***

Nome:

Data:

Assinatura:

**ANEXO IV**

**REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

Inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ por  
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)

\_\_\_\_\_ portador (a) da Cédula  
de Identidade nº \_\_\_\_\_ inscrito (a) no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_,  
vem informar para que surtem todos os  
efeitos legais e jurídicos, que está de acordo com os itens elencados abaixo, respondendo pelo art.  
299 do Código Penal em caso de omissão e/ou falsa declaração, e demais legislações aplicáveis ao  
caso em apreço:

- a) Possui objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei Federal nº 13.019/14). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei Federal nº 13.019/14);
- b) É regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/14, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei Federal nº 13.019/14). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei Federal nº 13.019/14);
- c) É regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei Federal nº 13.019/14);

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- d) Possui, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei Federal nº 13.019/14);
- e) Possui experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho, na forma do (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei Federal nº 13.019/14);
- f) A Organização da Sociedade Civil deverá comprovar, por meio de declaração de seu representante legal, que possui instalações físicas e condições materiais suficientes para o desenvolvimento do objeto da parceria e para o cumprimento das metas estabelecidas; ou Prevê, no Plano de Trabalho, a contratação ou aquisição de bens, equipamentos ou serviços necessários à execução da parceria, com recursos públicos a serem repassados, nos termos da Lei nº 13.019/2014. Nos termos do art. 33, inciso V, alínea “c”, e § 5º da Lei Federal nº 13.019/2014, não será exigida a demonstração de capacidade instalada pré-existente, desde que o Plano de Trabalho preveja adequadamente as providências para implantação, reforma ou adequação do espaço físico necessário à execução da parceria.
- g) Detêm capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma de comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto semelhante. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e § 5º, da Lei Federal nº 13.019/14);
- h) Atende às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, § 3º, Lei Federal nº 13.019/14).

**Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:**

- i) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/14);
- j) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada ou contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, (art. 39, caput, inciso II e IV, da Lei Federal nº 13.019/14);
- k) Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com as sanções previstas no (art. 39, caput, inciso V e nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/14);
- l) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/14); ou
- m) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92 e art. 39, caput, inciso VII, da Lei Federal nº 13.019/14).

- n) Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública do município de Caçapava/SP, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 13.019/14);
- o) Cujo objeto social não se relacione às características do projeto ou que não disponham de condições técnicas para executar o objeto previsto neste edital.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO  
ANEXO RP- 09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR TERMO DE CIÊNCIA E  
DE NOTIFICAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO/COLABORAÇÃO**

**ÓRGÃO PÚBLICO(A):**

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:**

**TERMO DE COLABORAÇÃO/COLABORAÇÃO Nº(DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

**ADVOGADO(S): (\*)**

Na qualidade de Órgão Público(a) e Organização da Sociedade Civil Parceira, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

**LOCAL e DATA:**

**ÓRGÃO PÚBLICO(A):**

Nome e cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura:

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

Nome e cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído

**ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DA  
PARCERIA  
(DEVEM SER FEITAS EM FOLHAS SEPARADAS E TIMBRADAS DA  
INSTITUIÇÃO)**

**MODELO 1 – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DE MENORES DE 18 ANOS**

A (Razão da OSC's), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA** que **NÃO** emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, ressalvado na condição de aprendiz, conforme determina o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Local- UF, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**MODELO 2 – DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR PARENTESCO NO QUADRO DE DIRIGENTES**

A (Razão da OSC's), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA** que o quadro diretivo da organização da sociedade civil não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, inclusive assume o compromisso de não estabelecer esta vinculação durante a vigência desta parceria.

Certifico que os dirigentes da referida OSC, cujo período de atuação é de \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_, são:

***(INDICAR TODO O QUADRO DA DIRETORIA)***

Presidente: \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_. Vice-Presidente: \_\_, CPF \_\_\_\_.

Local- UF, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**MODELO 3 – DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC DE  
INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À CELEBRAÇÃO DA PARCERIA**

A (Razão da OSC's), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada cumpre plenamente os requisitos definidos no EDITAL DE CHAMAMENTO para a celebração do Termo de Colaboração que a OSC's:

- a não está suspensa de participar de licitação, nem impedida de contratar com a Administração Pública;
- b não está declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c não está suspensa temporariamente da participação em chamamento público nem impedida de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município de Caçapava;
- d não está declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- e não possui contas de parcerias anteriores rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos;
- f não tem contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;
- g não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- h não possui, entre seus dirigentes, pessoas:
  - cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;
  - julgadas responsáveis por falta grave e inabilitadas para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
  - consideradas culpadas por ato de improbidade, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
  - membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública do Município de Caçapava, nem seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Local- UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

#### **MODELO 4 – DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO**

A (Razão da OSC's), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA** que o quadro diretivo da organização da sociedade civil **não contratará**, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas, inclusive assume o compromisso de não estabelecer esta vinculação durante a vigência desta parceria, as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Local- UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### MODELO 5 – DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, **caput**, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a (Razão da OSC's):

Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

**OU**

Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

**OU**

Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

**(OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração)**

Local- UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

### MODELO 6 – DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS

A (Razão da OSC's), inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-00 sediada em (cidade), na (endereço completo e CEP), por intermédio do Sr. (nome do dirigente e CPF e RG), dirigente, infra-assinado, **DECLARA** ser titular das contas bancárias abaixo, por meio das quais serão feitos os repasses das parcelas, referente a parceria firmada através do Termos de Colaboração, separadas por esferas governamentais:

#### ***ESFERA MUNICIPAL***

Banco:

Agência:

Conta:

#### ***ESFERA ESTADUAL***

Banco:

Agência: Conta:

#### ***ESFERA FEDERAL***

Banco:

Agência:

Conta:

Local- UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Representante Legal

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

(Nome, Cargo do Representante Legal)

**MODELO 7 – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), portador (a) da CI Nº \_\_\_\_\_, e CPF Nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua/Av. \_\_\_\_\_, representante legal da Organização da Sociedade Civil, denominada de \_\_\_\_\_, com Sede à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa e nos termos da Lei nº 13.019/2014, art. 33, c, que possui capacidade técnica e operacional e está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias, dispondo de estrutura e recursos necessários para execução do Termo de Colaboração, referente ao Chamamento Público do Edital nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Local- UF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
(Nome, Cargo do Representante Legal)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**MODELO 8 – DECLARAÇÃO COM DADOS PARA AUDESP**

CNPJ da OSC:  
Razão Social:  
Data da Constituição:  
Endereço:  
Data de Registro da última versão do Estatuto:  
Artigo de Referência:  
Resumo da Finalidade:  
Data da Ata da Eleição do Quadro Dirigente:

TIPO CERTIDÃO OSC	NOME	CPF	DN	E-MAIL Pessoal Inst. / Particular	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO Início/Término
Diretoria					Presidente	
Diretoria					Vice-Presidente	
Diretoria					1º Tesoureiro	
Diretoria					1ª Secretária	
Diretoria					Diretora de Patrimônio	
Conselho Fiscal					1º Titular	
Conselho Fiscal					2º Titular	
Conselho Fiscal					3º Titular	
Conselho Fiscal					1º Suplente	
Conselho Fiscal					2º Suplente	
Conselho Fiscal					3º Suplente	

**Enviar anexo a cópia do RG contendo o CPF de todos os citados acima.**

**ANEXO VII - MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº \_\_\_\_/2025**

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

**PROCESSO Nº**

(RECURSO: Fundo Municipal de Assistência Social)

**TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA  
E FINANCEIRA CELEBRADO ENTRE A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CAÇAPAVA E (RAZÃO SOCIAL DA OSC)**

Pelo presente Termo de COLABORAÇÃO, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com sede na Rua Alberto Pinto de Faria, 290, Jardim Julieta, Caçapava/SP, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, (QUALIFICAÇÃO), doravante designada simplesmente MUNICÍPIO; e, de outro lado, a (RAZÃO SOCIAL DA OSC), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), representada neste ato por seu Presidente (NOME, QUALIFICAÇÃO), doravante denominada OSC, resolvem celebrar o presente Termo, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, no Edital de Chamamento Público nº 04/2025 e demais normas aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a execução do Plano de Trabalho aprovado, com vistas prestação de serviços de Casa Lar.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

- I. Publicar o extrato deste Termo e seus aditivos no Diário Oficial do Município;
- II. Efetuar os repasses mensais, até o 10 de cada mês, mediante aprovação da prestação de contas da parcela anterior;
- III. Realizar o acompanhamento técnico, a avaliação das metas e a fiscalização do objeto, inclusive com visitas técnicas;
- IV. Apoiar tecnicamente a execução das ações, promover formações e emitir pareceres e relatórios de monitoramento;
- V. Homologar os relatórios de prestação de contas e de resultados apresentados pela OSC;
- VI. Notificar formalmente a OSC, caso identifique irregularidades, podendo suspender os repasses até saneamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC**

A OSC obriga-se a:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- I. Executar as atividades previstas no Plano de Trabalho aprovado;
- II. Garantir a qualidade da oferta dos serviços conforme diretrizes técnicas do SUAS;
- III. Zelar pela manutenção de qualidade da oferta prestada, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social;
- IV. Manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento da oferta socioassistencial que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento dos objetivos deste Instrumento;
- V. Manter equipe técnica qualificada, estrutura física adequada e condições materiais suficientes para execução da parceria;
- VI. Aplicar os recursos recebidos exclusivamente no objeto da parceria;
- VII. Prestar contas mensal e anualmente, conforme orientação da SMDS e normativas vigentes;
- VIII. Apresentar relatórios mensais circunstanciados das atividades executadas, com dados quantitativos e qualitativos, relação de atendidos e extratos bancários conciliados;
- IX. Manter identidade visual da OSC e crachá funcional em todos os trabalhadores alocados;
- X. Manter atualizados os registros contábeis, trabalhistas, fiscais e operacionais relacionados à execução do termo;
- XI. Alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços, informatizados ou manuais, adotados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo;
- XII. A alimentação do GESUAS, ou de quaisquer outros sistemas oficiais de informação que venham a ser adotados pelo Município, Estado ou Governo Federal, constitui obrigação da OSC e instrumento essencial de registro dos atendimentos e acompanhamentos realizados, sendo considerada forma de comunicação em rede, integração das ações socioassistenciais e prontuário digital do usuário, conforme previsto nas normativas da Política Nacional de Assistência Social, na Resolução CNAS nº 17/2011 e na Lei nº 13.019/2014. Tais registros são fundamentais para a atuação da Vigilância Socioassistencial e para o monitoramento e avaliação da parceria.
- XIII. Facilitar e permitir o acompanhamento e fiscalização por parte da SMDS, Conselhos de Assistência, Judiciário e Ministério Público;
- XIV. Realizar formação inicial e continuada com os trabalhadores da parceria, inclusive por acesso à Universidade GESUAS, cumprindo as Trilhas de Conhecimento;
- XV. Promover a transparência da parceria em redes sociais e canais da OSC, conforme art. 11 da Lei 13.019/2014;
- XVI. Manter documentos originais da prestação de contas por 10 anos;
- XVII. Comunicar qualquer alteração estatutária, de diretoria ou de sede;
- XVIII. Utilizar conta bancária específica em banco público e efetuar pagamentos por meio de transferência eletrônica (TED ou DOC);
- XIX. Manter aplicação financeira dos recursos conforme prazo de uso (caderneta de poupança ou título público);

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- XX. Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de serviços e de pessoal;
- XXI. Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplimento do termo de COLABORAÇÃO, manter as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- XXII. Observar as vedações de uso do recurso (taxas de administração, multas, publicidade promocional, bens permanentes, ampliação de sede, etc.);
- XXIII. Responsabilizar-se integralmente pela gestão de pessoal, encargos, tributos e demais obrigações;
- XXIV. Elaborar e entregar balanço patrimonial, demonstrações contábeis e relatórios solicitados pelo TCE-SP;
- XXV. Atender com prontidão as demandas e solicitações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O valor total da parceria é de R\$ XX.XXX,XX (por extenso), correspondente ao período de vigência de XX meses, com repasses mensais no valor de R\$ XX.XXX,XX (por extenso), perfazendo o atendimento de 10 vagas com valor per capita de R\$ XX.XXX,XX (por extenso). Os recursos são oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme dotação orçamentária própria.

Parágrafo único: O repasse mensal estará condicionado à aprovação da prestação de contas anterior, nos termos das normativas vigentes.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo terá vigência de 15 (quinze) meses, com início em 01/10/2025 e término em 31/12/2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, conforme disposição legal e aprovação do CMAS.

**CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA**

A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação de seu extrato no órgão oficial de imprensa do Município, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após sua assinatura, nos termos do art. 32 da Lei nº 13.019/2014.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR DA PARCERIA**

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Para fins de acompanhamento da execução do objeto pactuado, fica designado como Gestor da Parceria o(a) servidor(a) (NOME), matrícula nº \_\_\_\_, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que se responsabilizará pela **interlocução**, fiscalização, monitoramento e avaliação desta parceria, nos termos da legislação vigente. Conforme Art. 2º, inciso VI, da Lei 13.019/2014.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E ADITIVOS**

- I- O presente Termo poderá ser alterado mediante termo aditivo, nos casos de revisão de valores, prorrogação de vigência, alteração de metas e inclusão de elementos no Plano de Trabalho. Alterações de remanejamento orçamentário sem aumento de valor poderão ser feitas via apostilamento, com aprovação prévia do MUNICÍPIO.
- II- O plano de trabalho da parceria poderá ser alterado para a revisão de valores, vigência ou das metas, mediante TERMO ADITIVO, e por APOSTILAMENTO ao plano de trabalho original, para remanejamento, sem alteração de vigência e do montante pactuado, com solicitação e justificativa apresentada previamente pela OSC e aprovada pela administração pública e respeitado o seguinte trâmite:
  - a) A OSC encaminha Ofício ao Gestor da parceria explicando pormenorizadamente as alterações desejadas, elencando suas justificativas, anexando no referido Ofício toda a documentação comprobatória necessária;
  - b) O Gestor da parceria analisará o conteúdo dos Ofícios e seus anexos, emitindo parecer favorável ou desfavorável à alteração pleiteada;
  - c) Em caso de parecer favorável, justificará que a alteração não impactará negativamente no objeto da parceria e encaminhará o pedido à Diretoria Administrativa e Financeira para que analise a viabilidade financeira da alteração;
  - d) Caso o Departamento Administrativo e Financeiro opine pela possibilidade da alteração, encaminhará para ciência e concordância do(a) Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Social e em seguida será elaborado o respectivo termo de apostilamento ou aditamento do Termo de Colaboração /Fomento.

**Parágrafo Único:** Somente após o termo de apostilamento ou aditamento é que a OSC estará autorizada a efetivar as alterações solicitadas, não sendo válida nenhuma alteração antes do procedimento acima citado, ficando a entidade responsável por qualquer prejuízo que venha sofrer por não respeitar as etapas do procedimento.

**CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

( A OSC deverá apresentar prestação de contas mensal e anual, conforme regras do edital, da Lei 13.019/2014 e da Instrução TCE-SP 01/2020. A não apresentação ou rejeição resultará em suspensão dos repasses e demais sanções previstas.)

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

A OSC prestará contas ao MUNICÍPIO, da seguinte forma:

- I- **Contas parciais:** serão prestadas MENSALMENTE até o dia 08 (oito) de cada mês à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, devidamente acompanhado de:
- relação nominal dos atendidos;
  - Conciliação Bancária, assinada pelo (a) Presidente e contador que representa a OSC contendo todos os lançamentos registrados do extrato bancário mensal apresentado, bem como demonstrar que o saldo do Banco é igual ao saldo da parceria no encerramento do respectivo mês;
  - Extratos da Conta Corrente e da Conta de Investimentos, abrangendo o período do mês completo.
  - Comprovantes de Despesas como holerites, recibos de pagamento de aluguéis, notas fiscais eletrônicas (consumo, prestação de serviços e pagamento de autônomos), guias de recolhimento de encargos sociais, entre outros, os quais deverão ser anexados conforme sequência dos débitos registrados no extrato bancário mensal, sendo necessário juntar os respectivos comprovantes de pagamento (TED, DOC ou PIX), observando-se a clareza e nitidez dos documentos.
  - Comprovante de recolhimento dos encargos sociais e fiscais – os quais deverão ser anexados ao holerite contendo o comprovante de depósito realizado nominalmente para cada colaborador.
  - Documentos complementares (declarações e justificativas) que entender necessários para comprovação da correta e regular aplicação dos recursos, bem como aqueles previstos no Termo de Fomento/Colaboração;
  - Declaração de bens patrimoniados em poder da OSC. Ressaltando que os bens patrimoniados que perecerem ao longo da parceria sem a respectiva baixa acarretarão em necessidade de ressarcimento ao erário, podendo ser realizada a glosa parcial de repasse.
  - Relatório Mensal de Cumprimento do Objeto e Metas, com registro fotográfico e lista de presença, assinado pelo responsável da elaboração e pelo (a) Presidente da Entidade
- II- **Contas anuais:** deverão ser apresentadas até **janeiro subsequente (?)**, nos moldes das Instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade), devendo conter os seguintes documentos:
- Ofício de encaminhamento assinado pelo Presidente da OSC e responsável pela Prestação de Contas, endereçado ao Gestor da Parceria, que conste a relação de documentos que estão sendo entregues.
  - Certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da OSC, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de colaboração/fomento;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- k) Relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- l) Demonstrativo integral das receitas e despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de colaboração ou de fomento, conforme modelo contido no anexo RP-10: (<https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/instrucao/instrucoes-012020-atualizadas-pela-resolucao-11-2021-alterada-pela-resolucao-gp>);
- m) Conciliação bancária dos meses da conta-corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do termo de colaboração ou de fomento, acompanhada dos respectivos extratos de conta-corrente e de aplicações financeiras
- n) Balanço Patrimonial da OSC, dos exercícios encerrados e anterior;
- o) Demais demonstrações contábeis e financeiras da OSC e respectivas notas explicativas, acompanhadas do balancete analítico acumulado no exercício (redação dada pela Resolução nº 11/2021);
- p) Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;
- q) Comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados;
- r) Parecer do Conselho Fiscal;
- s) Declaração atualizada acerca da não existência no quadro diretivo da OSC de membro de Poder ou do Ministério Público, ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- t) Declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, ainda que previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; contas
- u) Termo de Ciência e Notificação (Anexo RP-09), relativo à tramitação do processo de prestação de no Tribunal de contas (<https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/instrucao/instrucoes-012020-atualizadas-pela-resolucao-11-2021-alterada-pela-resolucao-gp>)

Parágrafo 1º. Eventuais saldos não utilizados deverão ser restituídos aos cofres municipais ao término da parceria devidamente corrigidos

Parágrafo 2º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria;

Parágrafo 3º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas decorrentes de: ITaxa de administração, de gerência ou similar;

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos;
- b) Publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou orientação pessoal, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- c) Pagamento de pessoal contratado pela OSC, que não atendam às exigências do artigo 46 da Lei Ordinária nº 13.019/2014;
- d) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas sem a prévia autorização.

Parágrafo 4º - Ao adquirir equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes deste Instrumento a OSC deverá gravá-lo com cláusula de inalienabilidade e formular promessa de transferência da propriedade ao MUNICÍPIO, na hipótese de sua extinção da ação.

Parágrafo 5º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a sua não aprovação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Parágrafo 6º - É responsabilidade exclusiva da OSC o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, e especialmente as de pessoal, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

A Comissão de Monitoramento e Avaliação da SMDS realizará a avaliação técnica e de resultados, em consonância com o Conselho Municipal de Assistência Social, conforme metas e indicadores definidos no Plano de Trabalho.

Em consonância com o disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Ordinária Federal nº 13.019 de 31/07/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, realizará o monitoramento e avaliação da parceria, no prazo da vigência da parceria, sem prejuízo do monitoramento pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Caçapava, Conselhos afins, conforme o caso, e da fiscalização do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Parágrafo único - Fica assegurado o livre acesso dos servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contas correspondentes

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESTITUIÇÃO**

( Aplica-se à OSC as sanções de advertência, suspensão, impedimento, inidoneidade e outras, conforme o art. 73 da Lei 13.019/2014. A OSC deverá restituir recursos não utilizados, usados indevidamente ou não comprovados, corrigidos pelo índice INPC.)

**1- DAS SANÇÕES:**

O não cumprimento das cláusulas deste Termo de COLABORAÇÃO, bem como a inexecução injustificada, total ou parcial, dos serviços, programas ou benefícios constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

- I- Advertência formal;
- II- Suspensão do repasse mensal;
- III- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parcerias e contratos com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV- Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termo de COLABORAÇÃO, convênios e contratos com Órgãos e OSCs em todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após a OSC ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos resultantes, e após o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste dispositivo;

Parágrafo 1º - A sanção estabelecida no inciso III é de competência exclusiva da SMAS, facultada a defesa do(a) interessado(a) no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo 2º - Constatada a ocorrência de irregularidades pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município, a Organização parceira deverá ser por essa notificada por meio formal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo 3º - A Organização parceira deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão pelo Gestor da Parceria, referida na Cláusula Oitava deste instrumento; na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

Parágrafo 4º - A liberação de parcela de repasse, eventualmente bloqueada, será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

Parágrafo 5º - A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo de prestação de contas junto ao Órgão Gestor do Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

## 2- DA RESTITUIÇÃO

A OSC compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice que o substitua, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- I- A inexecução do objeto desta parceria;
- II- Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;
- III- Utilização dos recursos financeiros em finalidades diversas da estabelecida.

Parágrafo único - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública, se não for para uso no respectivo objeto, devem ser restituídos e serem incorporados ao patrimônio do Município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido por infração legal, descumprimento de cláusulas, ou denúncia unilateral e motivada, mediante notificação com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, caberá à OSC apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes devidamente corrigidos conforme cláusula décima terceira, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras;

Parágrafo 2º - É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA**

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

A OSC deverá dar ampla publicidade à parceria, com divulgação em mural, redes sociais e portal próprio, contendo dados da parceria, valores, metas, resultados, equipe, fotos, relatórios, dentre outros, conforme arts. 11 e 63 da Lei 13.019/14.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO**

O presente Termo de Colaboração foi confeccionado com base no constante do Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_, do Município de Caçapava, instruído conforme o disposto no Edital de Chamamento Público nº 03/2025.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- I. **Foro:** Fica eleito o Foro da Comarca de Caçapava, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Termo de Colaboração, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;
- II. **Nulidade parcial:** A eventual declaração de nulidade de qualquer cláusula deste instrumento não prejudicará as demais disposições, que permanecerão válidas e eficazes, desde que o substrato jurídico e finalístico da parceria seja mantido;
- III. **Independência das disposições:** As cláusulas deste Termo são independentes entre si, e a modificação ou supressão de uma delas não implicará alteração das demais, salvo se comprometerem o objeto pactuado;
- IV. **Vedação de vínculo empregatício:** O pagamento de remuneração com recursos da parceria à equipe contratada pela OSC não gera qualquer vínculo empregatício com o Município, nos termos do §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014;
- V. **Comunicações oficiais:** Todas as comunicações entre as partes dar-se-ão preferencialmente por escrito, por meio físico ou eletrônico (e-mail institucional), sendo consideradas válidas aquelas encaminhadas aos endereços indicados no preâmbulo, devendo as partes informar por escrito qualquer alteração de endereço;
- VI. **Responsabilidade civil e administrativa:** A OSC será integralmente responsável por todos os atos administrativos, técnicos e operacionais decorrentes da execução da parceria, inclusive pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e civis relativas aos seus empregados e prestadores de serviços;

E por estarem justas e acordadas, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor.

Caçapava, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(nome)  
Presidente da Organização da Sociedade Civil

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

\_\_\_\_\_  
(nome)  
Secretária Municipal de Desenvolvimento  
Social

\_\_\_\_\_  
(nome)  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Testemunha 1 (nome)  
CPF

\_\_\_\_\_  
Testemunha 2 (nome)  
CPF

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

## ANEXO VIII CARTILHA EXPLICATIVA DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

As parcelas dos recursos serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- III quando não apresentado prestação de contas e relatório técnico mensal;
- IV quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;
- V quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da organização da sociedade civil (OSC) com relação a outras cláusulas básicas;
- VI quando a OSC deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

### **DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS**

Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica, em instituição financeira pública indicada pela administração pública, e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável pela administração.

Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

### **DAS DESPESAS**

Poderão ser pagos com recursos vinculados a presente parceria, desde que previstos no Plano de Trabalho, as despesas com:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

I custos indiretos necessários à execução e vinculado ao objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria.

II remuneração da equipe de RH, inclusive de pessoal próprio da proponente, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, FGTS, férias, 13º salário, salários proporcionais, verbas transitórias e demais encargos sociais, desde que tais valores:

- a correspondam às atividades previstas no Plano de Trabalho e à qualidade técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;
- b sejam compatíveis com o valor de mercado da região metropolitana de Campinas e não superior ao teto do Poder Executivo;
- c sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

III diárias referentes a deslocamentos, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

IV a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto, desde que o

plano de trabalho e a dotação orçamentária do TERMO DE COLABORAÇÃO contemplem despesas de capital, e necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

A OSC deverá dar ampla transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do TERMO DE COLABORAÇÃO.

Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas deverá ser feita mensalmente, a partir do momento da liberação da primeira parcela dos recursos financeiros, e 01 (uma) anual, até 90 (noventa) ou no prazo estabelecido pelo TCE- SP dias após a conclusão das metas do objeto, observando-se as regras previstas na Instrução 002/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ou outros instrumentos que vierem substituí-las, além dos prazos e normas de elaboração constantes no TERMO DE COLABORAÇÃO.

As prestações de contas deverão conter elementos que permitam ao gestor concluir se o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados.

Serão glosados os valores que não atenderem ao disposto no edital.

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

pertinentes.

Por ocasião da análise da prestação de contas levar-se-á em consideração a verdade real e os resultados alcançados.

As prestações de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-á, sempre que possível, em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado, com os seguintes relatórios:

I Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela OSC, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma previsto no plano de trabalho, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;

II Relatório de Execução Financeira, nos moldes das Instruções e Resoluções do TCE- SP, assinado pelo seu representante legal, contador responsável e Conselho Fiscal da osc, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

III Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, sobre a conformidade do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO.

IV O parecer técnico do gestor, na forma do art. 67 da lei 13.019/2014;

V O parecer conclusivo, na forma do art. 72

da lei 13.019/2014; Também comporá o processo

de execução e prestação de contas:

I Relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria, podendo a administração valer-se do apoio técnico da Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, equipe designada para a supervisão e acompanhamento desta parceria.

II Relatório das supervisões mensais realizadas pela Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com observações quanto aos indicadores apresentados no Edital.

O gestor da parceria ficará responsável pela emissão do parecer conclusivo das contas anuais, nos moldes do art. 72 da Lei Federal nº 13.019/2014, e das Instruções e Resoluções em vigor do TCE- SP, devendo dispor sobre:

I regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA  
Estado de São Paulo



**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**

- a omissão no dever de prestar contas;
- b descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. Deverá ainda constar no parecer técnico do gestor:
  - c Os resultados (já) alcançados e seus benefícios;
  - d Os impactos econômicos ou sociais;
  - e O grau de satisfação do público-alvo;
  - f A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a osc deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo de 45 dias para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, será aberto procedimento de apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos moldes das Instruções e Resoluções do TCE- SP.

A Administração pública apreciará as contas anuais apresentadas pelas OSCs até o dia **xx de xxxxxxx do exercício subsequente aos repasses**, na forma do art. 71 da lei 13.019/2014.

Na hipótese de descumprimento do prazo para apresentação das contas, a unidade responsável pela apreciação da prestação final de contas reportará os motivos ao Chefe do Poder Executivo e ao órgão de Controle Interno da Administração.

O transcurso do prazo sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- II nos casos em que não for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo de entrega da prestação de contas e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava-SP  
CEP 12282-400 / Tel. (12) 3655-6191



LEI N.º 6346, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, O MÊS MAIO LARANJA, DEDICADO ÀS AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Edição nº 659, 01 de outubro de 2025



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

## **LEI N° 6346, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025**

**Projeto de Lei nº 84/2025**

**Autora: Vereadora Catiane Souza Fonseca Santos**

*Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Caçapava, o Mês Maio Laranja, dedicado às ações de Conscientização e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e dá outras providências.*

*Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,*

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

## **L E I   n º   6 3 4 6**

**Art. 1º** Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Caçapava, o Mês Maio Laranja, dedicado às ações de conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 1º de outubro de 2025.**

**DR. YAN LOPES DE ALMEIDA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI N.º 6347, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE FEIRAS MÓVEIS EM PRAÇAS PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 659, 01 de outubro de 2025



## Município de Caçapava

Estado de São Paulo

### LEI N° 6347, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 133/2025

**Autor:** Vereador Bruno Henrique da Silva

*Autoriza a realização de feiras móveis em praças públicas, e dá outras providências.*

*Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava*, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

### **LEI nº 6347**

**Art. 1º** Fica autorizada a realização de feiras móveis, de artesanato, gastronomia, produtos agrícolas, e demais atividades culturais e comerciais autorizadas, em praças públicas localizadas no município de Caçapava a título precário e sem fins lucrativos para os organizadores.

**Art. 2º** A organização, autorização e fiscalização das feiras mencionadas no artigo anterior poderão ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Entretenimento e/ou Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, conforme regulamento específico a ser estabelecido.

**Art. 3º** Para a realização das feiras móveis nas praças públicas, os organizadores deverão observar as seguintes condições mínimas:

- I** - garantir a limpeza e a conservação do espaço público utilizado;
- II** - respeitar as normas de segurança, acessibilidade e saúde pública vigentes;
- III** - não comprometer a circulação pública e o acesso a bens e serviços essenciais;
- IV** - obter autorização prévia da Prefeitura Municipal, mediante requerimento formal;

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

cada feira. V - garantir a retirada de todo o material utilizado ao final de

**Art. 4º** A Prefeitura poderá estabelecer critérios para:

das feiras; I - definir dias, horários e locais específicos para a realização

produtos; II - fixar normas para a comercialização e exposição dos

III - dispor sobre a publicidade e divulgação das feiras;

IV - garantir a segurança e o ordenamento do espaço público.

**Art. 5º** As feiras móveis que ocorrerem em desacordo com o disposto nesta Lei poderão ser suspensas ou interditadas pela autoridade competente.

**Art. 6º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 1º de outubro de 2025.**

**DR. YAN LOPES DE ALMEIDA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI N.º 6348, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - INSTITUI A PLANTA  
GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, REVOGA A LEI Nº  
3.673, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1998.

Edição nº 659, 01 de outubro de 2025



## Município de Caçapava

Estado de São Paulo

### LEI Nº 6348, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 190/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

*Institui a Planta Genérica de Valores do Município de Caçapava, revoga a Lei nº 3.673, de 07 de dezembro de 1998 e suas alterações, altera os artigos 6º, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 33, 36, 38, 39, 40, 44, 48, 50, 51, 52, 54, 56 e 57 da Lei Municipal nº 1.430, de 11 de dezembro de 1970, e dá outras providências.*

*Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,*

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

### **L E I   n º   6 3 4 8**

**Art. 1º** Fica instituída e aprovada a Planta Genérica de Valores do Município de CAÇAPAVA, para fins de cálculo, lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026 ou da data da publicação desta Lei, de acordo com os valores e critérios nela estabelecidos.

**Parágrafo único.** São partes integrantes desta Lei o Anexo I – Valor Unitário do Metro Quadrado de Terrenos, composto também pelas seguintes tabelas: Tabela I – Fator Localização, Tabela II – Fator Profundidade, Tabela III – Fator Topografia, Tabela IV – Fator Gleba, e o Anexo II - Valor Unitário do metro quadrado da Construção, composto também pela Tabela I – Fator Idade, Tabela II- descrição do padrão construtivo.

**Art. 2º** Os valores unitários por metro quadrado de terreno, para fins de apuração do valor venal do terreno, serão determinados por eixo de logradouro, podendo haver diferenciação por face de quadra, conforme critérios constantes no Anexo I desta Lei.

**Art. 3º** Aplicam-se como fatores corretivos para fins de apuração do valor venal de terreno:

1  
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050                      C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

**I - Fator Localização:** a correção será aplicada para ajustar os valores de terrenos, levando-se em consideração a localização do lote na quadra, conforme os coeficientes constantes na Tabela I do Anexo I;

**II - Fator Profundidade:** Será aplicado para corrigir os valores de profundidade dos terrenos, conforme as faixas representadas na Tabela II do Anexo I. O fator profundidade é obtido em função de sua profundidade equivalente, que corresponde a divisão da área total do lote por sua testada principal;

**III - Fator Gleba:** Será aplicado para terrenos com áreas superiores a 2.000 m<sup>2</sup>, inclusive quando houver construção, conforme os fatores constantes na Tabela IV do Anexo I;

**IV - Fator Topografia:** Será aplicado para corrigir os valores dos terrenos, levando-se em conta o relevo predominante e o nível em que se encontra o terreno, sendo considerado terrenos em aclive ou declive inclinações que sejam acima de 10%, conforme a Tabela III do Anexo I.

**Parágrafo único.** Para fins de aplicação do inciso IV, a apuração será realizada por agente público, por meio de vistoria in loco ou a requerimento formal do contribuinte, instruído com a documentação necessária, hipótese em que estará sujeita à verificação pelo setor competente.

**Art. 4º** Será concedido desconto proporcional aos terrenos que possuam Área de Preservação Permanente - APP, fragmento arbóreo ou área classificada como não edificante, desde que tais áreas correspondam ao percentual superior a 20% (vinte por cento) da área total do imóvel, expressa em metros quadrados.

**§ 1º** O desconto incidirá sobre o valor venal do terreno, na proporção da metragem da área preservada ou não edificante em relação à área total do terreno.

**§ 2º** Consideram-se Área de Preservação Permanente - APP, fragmento arbóreo ou área classificada como não edificante aquelas definidas em legislação específica e comprovadas por levantamento técnico ou laudo técnico, validado pela autoridade municipal competente.

**§ 3º** O desconto supracitado dependerá de requerimento formal do contribuinte, instruído com a documentação exigida, inclusive laudo técnico com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando aplicável.

**§ 4º** A manutenção dos efeitos da área mencionada no *caput* fica condicionada à preservação das características ambientais desta. A aplicação do desconto será suspensa em caso de intervenção irregular, supressão de vegetação ou edificação não autorizada.

2  
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

**Art. 5º** A atualização da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, conforme Planta Genérica de Valores (PGV), será realizada por ato do Poder Executivo Municipal, conforme termos do art. 156, §1º, inciso III da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, observados os critérios previamente estabelecidos neste artigo.

**Parágrafo único.** A atualização total ou parcial deverá ocorrer em até 04 (quatro) anos, observando os seguintes critérios:

**I** - A aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice equivalente, que reflète a variação da inflação acumulada do exercício anterior;

**II** - A variação dos valores de mercado dos imóveis no município, com base em laudos técnicos ou pesquisas de preços em transações recentes realizadas pela comissão avaliadora da planta genérica de valores regulamentada ou pelo órgão fazendário competente;

**III** - A base de dados oriunda do Observatório de Mercado Imobiliário, quando houver, de forma a indicar tendências de valorização ou desvalorização imobiliária na região impactada;

**IV** - A evolução da infraestrutura urbana e dos serviços públicos disponibilizados nas diversas regiões do município;

**V** - O impacto de obras públicas de valorização local, tais como pavimentação, saneamento, parques ou melhorias viárias;

**VI** - A localização e as características dos imóveis;

**VII** - Outros elementos informativos obtidos pela repartição competente e que possam ser tecnicamente admitidos para análise de atualização.

**Art. 6º** A Comissão de Acompanhamento e Revisão da Planta Genérica de Valores terá as seguintes atribuições:

**I** - Monitorar a aplicação da Planta Genérica de Valores;

**II** - Avaliar e validar os dados técnicos e os critérios utilizados;

**III** - propor, sempre que necessário, ajustes e revisões dos valores e fatores corretivos;

**IV** - Analisar e emitir despachos opinativos em processos de revisão de valores, quando necessário, para servir de suporte às decisões das secretarias envolvidas.

3  
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

**Parágrafo único.** A composição, o funcionamento e as competências complementares da Comissão Permanente serão definidos por meio de Ato do Poder Executivo Municipal.

**Art. 7º** Para fins de apuração do valor venal dos terrenos localizados na zona urbana ou de expansão urbana do Município, será adotado o seguinte critério de cálculo:

**I** - Para lotes com área de até 2.000 m², o valor venal será apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VVT = A * Vm^2T * Fp * Fl * Ft$$

Em que:

VVT = Valor Venal do Terreno;

A = Área total do lote (-) (desconto disposto no art. 5º desta lei)

Vm²T = Valor Unitário do Metro Quadrado do Terreno;

Fp = Fator Profundidade;

Fl = Fator de Localização;

Ft = Fator Topográfico.

**II** - Para lotes com área superior a 2.000 m², o valor venal será calculado pela fórmula a seguir, aplicando-se o Fator Gleba (Fg):

$$VVT = A * Vm^2T * Fg$$

Em que:

VVT = Valor Venal do Terreno;

A = Área total do lote (-) (desconto disposto no art. 5º desta lei);

Vm²T = Valor Unitário do Metro Quadrado do Terreno;

Fg = Fator Gleba.

**Parágrafo único.** Quando aplicável, o desconto previsto no art. 5º desta Lei, será deduzido da área total do terreno para fins de apuração do valor venal do terreno para a base de cálculo do imposto, conforme previsto na fórmula estabelecida nos incisos I e II deste artigo.

**Art. 8º** O valor unitário do metro quadrado de terreno, conforme definido no Anexo I desta Lei, corresponde a:

**I** - Face de Quadra relativo à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, àquela que conduza ao melhor aproveitamento do lote ou da face de quadra de maior valor;

**II** - Face de Quadra que lhe dá acesso, ou o da face de quadra ao qual tenha sido atribuído o maior valor, havendo mais de uma face de quadra de acesso;

4  
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

**III** - Face de Quadra correspondente à servidão de passagem, no caso de terreno encravado.

**§ 1º** As faces de quadras que não constarem na Planta Genérica de Valores terão seus valores unitários do metro quadrado de terreno fixados a partir do valor da face da quadra mais próxima.

**§ 2º** Para os lotes com mais de uma testada será considerada, via de regra, aquela correspondente ao acesso principal do imóvel.

**§ 3º** O setor de cadastro imobiliário poderá alterar a testada se verificado que o cadastro não corresponde com a testada principal, mediante verificação in loco, aprovação de projeto ou outro documento que comprove a testada principal.

**§ 4º** A exceção à regra prevista no §2º poderá ocorrer quando a testada adotada não refletir as condições reais de utilização do imóvel ou resultar em distorção na apuração do valor venal, hipótese em que poderá ser considerada testada diversa a principal, mediante requerimento do contribuinte sujeito à aprovação da Secretaria Municipal de Planejamento.

**Art. 9º** Para efeito do cálculo do valor venal da construção será utilizada a seguinte fórmula:

$$VVe = \frac{VVe}{Ae} * Ae^{2o} * I_i$$

Em que:

VVe = Valor Venal da Edificação;

Ae = Área total da edificação;

$\frac{VVe}{Ae}^{2o}$  = Valor do metro quadrado da edificação;

$I_i$  = Fator Idade

**§ 1º** Para o lançamento do fator Idade será considerado o ano de lançamento da construção no cadastro imobiliário, através de levantamento in loco ou georreferenciado ou por lançamento de habite-se e alvará de regularização de área construída:

**I** - Esse fator será revisto pelo setor sempre que houver reforma, demolição ou reconstrução do imóvel;

**II** - Para os Casos lançados por Regularização fundiária será considerado o ano do levantamento apurado e indicado pelo departamento de planejamento Urbanístico ou comissão de REURB.

**§ 2º** O valor unitário do metro quadrado da construção está previsto no Anexo II, considerando-se para sua classificação os Padrões Construtivos e a aplicação do fator idade, dispostos nas Tabelas I e II integrantes do Anexo II desta Lei.

5  
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

**Art. 10.** Nos casos em que a atualização da Planta Genérica de Valores – PGV resultar em aumento do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU em relação ao valor lançado no exercício anterior, o montante excedente será ser parcelado, de ofício, de forma escalonada, pelo prazo máximo de até 6 (seis) anos.

§ 1º A diluição de que trata o *caput* será aplicada em parcelas anuais sucessivas, sendo 50% no primeiro exercício e 10% nos exercícios subsequentes ou até que o valor integral do imposto, conforme os critérios estabelecidos nesta Lei, seja atingido, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de aumento por alteração cadastral decorrente de ampliação de construção, demolição, reconstrução, mudança de uso ou demais modificações promovidas pelo sujeito passivo que impliquem novo lançamento desvinculado da aplicação desta Lei.

**Art. 11.** Para fins de lançamento do imposto, considera-se como área edificada total a soma das áreas cobertas de uso privativo, incluindo subsolos, garagens, áreas de lazer cobertas, coberturas fixas não removíveis e quaisquer outras construções anexas ou complementares existentes no lote, desde que identificadas como de uso permanente ou prolongado.

§ 1º Serão desconsideradas do cálculo apenas as áreas abertas e não cobertas.

§ 2º As áreas de uso comum em imóveis multifamiliares, devem ser computadas na fração ideal da unidade autônoma, para o cálculo previsto do *caput* deste artigo.

**Art. 12.** Ficam alterados os art. 6º, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 33, 36, 38, 39, 40, 44, 48, 50, 51, 52, 54, 56 e 57, todos da Lei Municipal nº 1.430, de 11 de dezembro de 1970, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....  
.....

§ 1º revogado  
§ 2º revogado  
§ 3º revogado  
§ 4º revogado” (NR)

“Art. 16. A base de cálculo do imposto territorial é o valor venal do terreno, ao qual se aplicam a alíquota de 1,5% (um vírgula cinco por cento).” (NR)

“Art. 17. Os valores médios unitários dos terrenos localizados na zona urbana e expansão Urbana do Município deverão constar da Planta Genérica de Valores, a ser expedida por lei, no qual também se estabelecerão os critérios de aplicação

6  
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

de fatores de correção àqueles valores, como fator profundidade, fator gleba, fator localização, fator topografia, para apuração do valor venal tributável dos terrenos.

.....

§ 2º A atualização da base de cálculos constantes na Planta Genérica de Valores será feita pelo poder Executivo, conforme critérios estabelecidos nesta lei municipal, nos termos do art. 156, I, §1º, inciso III da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 132/2023.” (NR)

“Art. 18. Os critérios para atualização e apuração dos valores venais dos terrenos serão tomados em consideração, em conjunto ou isoladamente, entre outros, os seguintes elementos, a juízo da repartição competente:

I - A aplicação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice equivalente, que reflete a variação da inflação acumulada no exercício anterior;

II - Pesquisa dos preços correntes estabelecidos em transações recentes, realizadas com terrenos situados nas proximidades ou com base em dados oriunda do Observatório de Mercado Imobiliário, de forma a indicar tendências de valorização ou desvalorização imobiliária na região impactada;

III - A evolução da infraestrutura urbana e dos serviços públicos disponibilizados nas diversas regiões do município;

IV - O impacto de obras públicas de valorização local, tais como pavimentação, saneamento, parques ou melhorias viárias;

V - A localização e as características dos imóveis;

VI - Outros elementos informativos obtidos pela repartição competente e que possam ser tecnicamente admitidos.

Parágrafo único. A atualização poderá ocorrer em até 04 (quatro) anos.” (NR)

“Art. 20. O imposto mínimo será equivalente a 03 (três) UFESP.” (NR)

“Art. 22. O contribuinte é obrigado a requerer a inscrição ou alteração em formulário especial, físico ou digital, sob sua responsabilidade, no qual prestará as informações exigidas pela Prefeitura, para a identificação física e de domínio do terreno e fornecerá outros elementos que lhe forem solicitados, de interesse para o fisco municipal.” (NR)

7  
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

“Art. 23. O contribuinte deverá requerer sua inscrição ou alteração dessa dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados:

I - .....  
.....

VI - da data da alteração do endereço de domicílio ou residência.”

(NR)

“Art. 33. O aviso de lançamento poderá ser entregue por meio digital ou no domicílio tributário do contribuinte, considerado como tal o local por ele eleito e indicado, conforme opção expressa do contribuinte.

§ 1º Nos casos em que o contribuinte optar por receber a notificação impressa e possuir domicílio tributário fora do Município, a notificação do lançamento será considerada válida com o envio do respectivo aviso por via postal simples ou por meio digital, conforme a opção previamente indicada pelo contribuinte.

.....

§ 3º Quando for desconhecido o domicílio tributário ou em caso de omissão na atualização do endereço por parte do contribuinte, a notificação geral dos lançamentos será realizada por meio de edital publicado no Diário Oficial do Município ou em outro meio oficial de divulgação.

§ 4º Será mantido à disposição dos contribuintes o respectivo aviso de lançamento no portal eletrônico oficial da Prefeitura, sendo de responsabilidade dos contribuintes emitir a segunda via do imposto no site oficial do município ou presencialmente no setor de atendimento, dentro do prazo de vencimento.” (NR)

“Art. 36. O imposto poderá ser pago em parcela única ou em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, desde que cada uma não seja inferior a 0,6 (zero vírgula seis) UFESP, observados os prazos e condições fixados na notificação de lançamento, facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de duas ou mais parcelas.” (NR)

“Art. 38. O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 15 dias (quinze dias), contadas da data do vencimento da primeira parcela do imposto.

I - Requerimentos protocolados no prazo acima, será válido para alteração no exercício vigente.

II - Requerimentos após o prazo previsto no *caput*, será analisado para o exercício seguinte, exceto quando houver decisão contrária que justifique a revisão dentro do mesmo exercício.” (NR)

8  
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

“Art. 39. Não atendida a reclamação apresentada, o contribuinte poderá recorrer ainda dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação do despacho denegatório, seja por ofício físico ou por meio digital, considerando-se como termo inicial do aviso de recebimento ou publicação no diário oficial do município.” (NR)

“Art. 40. As reclamações de lançamento em primeira instância referidas no Art. 38, serão analisadas e decididos pela Secretaria de Finanças, ouvido o setor responsável e, se for o caso, a Procuradoria Municipal e os e os recursos em segunda instância referidas no Art. 39, serão decididos pelo Prefeito, ouvido o órgão fazendário e a Procuradoria.

Parágrafo único. As reclamações e os recursos far-se-ão por petição e juntada de documentos comprobatórios pertinentes ao pedido e terão efeito suspensivo sobre a cobrança de tributos lançados até a decisão final.” (NR)

“Art. 44. O imposto predial não incide sobre os imóveis que contenham as construções mencionadas no artigo 6º desta Lei.” (NR)

“Art. 48. Estão isentos do imposto, desde que cumpram as exigências da legislação tributária do Município:

.....

V - As sociedades civis sem fins lucrativos e ou ONGs, com finalidade religiosa, assistencial, cultural, esportiva, recreativa, ambiental ou de representação de classe, desde que comprovem vínculo com o imóvel, seja na condição de proprietárias ou locatárias.” (NR)

VI – fica concedido isenção de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) ao imóvel que seja de propriedade e residência do contribuinte, cônjuge e/ou filhos dos mesmos que comprovadamente sejam pessoas com deficiência (previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015), que estejam inseridos e cadastrados no Cadastro Único e contemplados com programas sociais de repasse de renda ou paciente em tratamento oncológico. (NR)

“Art. 50. A base de cálculo do imposto predial é o valor venal do imóvel, ao qual se aplicam alíquotas progressivas, conforme faixas de valor venal total estabelecidas a seguir:

- I - Até R\$200.000,00: alíquota de 0,30%;
- II - acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 300.000,00: alíquota de 0,35%;
- III - acima de R\$ 300.000,00 até R\$ 450.000,00: alíquota de 0,40%;

9

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

IV - acima de R\$ 450.000,00 até R\$ 600.000,00: alíquota de 0,45%;

IV - acima de R\$ 600.000,00: alíquota de 0,60%.” (NR)

“Art. 51. ....

.....

§ 2º O valor das construções ou edificações será obtido multiplicando-se a respectiva área construída pelo valor unitário de metro quadrado da construção correspondente ao tipo da construção e pelo fator idade.” (NR)

“Art. 52 Para determinação do valor unitário médio das construções, os prédios serão classificados em tipos ou categorias, conforme padrão construtivo, cujas características e respectivos valores unitários médios serão objeto de lei, regulamentando o processo de avaliação dos imóveis urbanos.

.....” (NR)

“Art. 54. O imposto mínimo será equivalente ao disposto no artigo 20 desta Lei.” (NR)

“Art. 56. O contribuinte é obrigado a requerer a inscrição ou alteração em formulário especial, físico ou digital, sob sua responsabilidade no qual prestará as informações exigidas pela Prefeitura Municipal para identificação física e de domínio do imóvel e fornecerá outros elementos que lhe forem solicitados, de interesse para o fisco municipal.” (NR)

“Art. 57. O contribuinte é obrigado a requerer sua inscrição ou alteração, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da:

I - .....

.....

VI - Da data da alteração do endereço de domicílio ou residência.” (NR)

**Art. 13.** Fica o Poder Executivo autorizado a promover, anualmente, campanha de educação fiscal, informando a população sobre a destinação dos recursos oriundos do IPTU e demais tributos municipais. (NR)

**Art. 14.** Fica o Poder Executivo autorizado a disponibilizar em Portal Eletrônico Oficial, os estudos técnicos e a metodologia utilizados para elaboração da Planta Genérica de Valores. (NR)

10

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

**Art. 15.** O contribuinte poderá apresentar pedido de revisão do valor venal atribuído ao seu imóvel, após a notificação do lançamento do IPTU, ficando autorizada a Administração Municipal a análise fundamentada. (NR)

**Art. 16.** Esta Lei está alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 10 –Redução das Desigualdades e (ODS) 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte, observado o artigo 150, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Constituição Federal, revogadas as disposições em contrário, especialmente no disposto na Lei Municipal nº 3.673, de 07 de dezembro de 1998 e suas alterações.

**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 1º de outubro de 2025.**

**DR. YAN LOPES DE ALMEIDA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

11  
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

DECRETO N.º 5254, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025 - NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA DE CAÇAPAVA – CMPDCN, PARA A GESTÃO 2025/2029.

Edição nº 659, 01 de outubro de 2025



## Município de Caçapava

Estado de São Paulo

### **DECRETO Nº 5254, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025**

*Nomeia os membros do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Caçapava – CMPDCN, para a gestão 2025/2029.*

*Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 5.549, de 28 de fevereiro de 2018,*

### **DECRETA**

**Art. 1º** Ficam nomeados como membros do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Caçapava - CMPDCN, para a gestão 2025/2029:

#### **I - Membros representantes da Sociedade Civil:**

- a) Titular:** Fiana Mangia  
**Suplente:** Glessiani Silva Monteiro
- b) Titular:** Francisca Rodrigues da Silva  
**Suplente:** Carolina Massucci Marciano da Silva
- c) Titular:** Rodrigo de Ávila Pereira  
**Suplente:** Ingrid Santana Ventura
- d) Titular:** Sandra Regina Baptista dos Santos da Silva  
**Suplente:** Maria Domingas Paula Silva
- e) Titular:** Walquíria Lopes Tozeto  
**Suplente:** José Ramalho da Silva
- f) Titular:** Valéria Ferreira  
**Suplente:** Em vacância
- g) Titular:** Rozilene Santos Ribas Nogueira  
**Suplente:** Em vacância

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

## II - Membros representantes do Poder Público Municipal:

### a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

*Titular:* Dinéia Coelho Pereira

*Suplente:* Sônia Regina Moreira Vilas Boas Machado

### b) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

*Titular:* Viviane Prado Francisco

*Suplente:* Maria de Fátima de Oliveira Gonzaga

### c) Secretaria Municipal de Defesa e Mobilidade Urbana:

*Titular:* Angelita Lopes de Oliveira

*Suplente:* Rosilene Cristina dos Santos

### d) Secretaria Municipal de Educação:

*Titular:* Claudia Valéria Rezende dos Reis

*Suplente:* Maria Cristina Del Bianco

### e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

*Titular:* Milena Cristina dos Santos

*Suplente:* Ricardo Alves da Silva

### f) Secretaria Municipal de Saúde:

*Titular:* Marilza Luiz Pinto

*Suplente:* Felipe Alexandre Ruiz da Silva

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 25 de setembro de 2025.**

**DR. YAN LOPES DE ALMEIDA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

## DECRETO N.º 5255, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025

*Altera o Decreto nº 4878, de 3 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a nomeação de membros para o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do Novo CACSFUNDEB.*

*Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,*

## DECRETA

**Art. 1º** Ficam alterados os Incisos V, VI e IX do Art. 1º do Decreto nº 4878, de 3 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a nomeação de membros para o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do Novo CACSFUNDEB, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....

V - Representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

*Titular:* Cíntia Duarte dos Santos

*Suplente:* Débora de Souza Damiano

.....

VI - Representante dos estudantes da educação básica pública, sendo 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas:

*Titular:* José Anísio Pereira da Silva

*Suplente:* Bonfim Lourenço Sobrinho

*Suplente:* Marluze Melo Ferreira Alves

.....

IX - Representantes de Organizações da Sociedade Civil:



# Município de Caçapava

Estado de São Paulo

*Titular:* Elza Fernandes dos Reis Barbosa

*Suplente:* Edson Riley de Souza

.....” (NR)

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 25 de setembro de 2025.**

**DR. YAN LOPES DE ALMEIDA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

DECRETO N.º 5257, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE O  
EXPEDIENTE NAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, RELATIVO AO DIA  
QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 659, 01 de outubro de 2025



## Município de Caçapava

Estado de São Paulo

### **DECRETO N.º 5257, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025**

*Dispõe sobre o expediente nas unidades escolares municipais, relativo ao dia que especifica, e dá outras providências.*

*Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,*

### **DECRETA**

**Art. 1.** Fica decretado ponto facultativo nas unidades escolares municipais, sem expediente, o dia 15 de outubro de 2025 (quarta-feira), em período integral.

**Art. 2.** Haverá expediente normal no prédio da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rodovia João do Amaral Gurgel, nº 290 – Parque Residencial Maria Elmira.

**Art. 3.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 1º de outubro de 2025.**

**DR. YAN LOPES DE ALMEIDA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600  
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

SMCT - ARTISTAS CONTRATOS PARA OS EVENTOS DO MÊS DE OUTUBRO POR MEIO DO EDITAL Nº 001/SMCT/2025 – CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS, ARTISTAS E TRABALHADORES DE ARTE E CULTURA - PROGRAMA VIVA A CULTURA.

Edição nº 659, 01 de outubro de 2025



## Município de Caçapava

--- Estado de São Paulo ---

### SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

**PROCESSO: 183/2025**

#### **ARTISTAS CONTRATOS PARA OS EVENTOS DO MÊS DE OUTUBRO POR MEIO DO EDITAL Nº 001/SMCT/2025 – CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS, ARTISTAS E TRABALHADORES DE ARTE E CULTURA - PROGRAMA VIVA A CULTURA**

A Prefeitura Municipal de Caçapava, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, torna público a relação dos convocados e contratados para eventos do mês de outubro, conforme lista de habilitados, seguindo a classificação por serviços e características do evento. Segue:

#### **EVENTO QUINTAS NO RUY** – Dias 2, 9, 16 e 23 e 30 de outubro. Local: Espaço Cultural Ruy Barbosa

1 – Paulo Henrique Santos Natali – Artes Cênicas – Dança (Solo)  
Situação: HABILITADO

2 - Cássio Vieira Amaral Santos – Apresentação musical - Trio  
Situação: HABILITADO

3 – Luiz Felipe de Oliveira e Citro – Apresentação musical – Banda (6 integrantes)  
Situação: HABILITADO

4 – Cleber Alves de Oliveira – Apresentação musical: DJ (Solo)  
Situação: HABILITADO

5 – Ricardo Coutinho Junior – Apresentação musical: Banda (6 integrantes)  
Situação: HABILITADO

6 – Sérgio dos Santos Fajarra – Apresentação musical: Banda (+ de 6 integrantes)  
Situação: HABILITADO

#### **CULTURA NO PARQUE** – Dia 4 de outubro. Local: Parque Ecológico da Moçota

1 – Edilson Aparecido de Sousa Junior – Apresentação musical: Banda (6 integrantes)  
Situação: HABILITADO

2 - Edgar Veloso de Brito – Oficina: Teatro  
Situação: HABILITADO

3 – Diego Luiz Alves – Artes Cênicas: Dança (Solo)  
Situação: HABILITADO

4 – Robson Luis Neves – Artes Visuais: Paineis de Grafite  
Situação: HABILITADO

#### **TURISMO PEDAGÓGICO** – Dia 10 de outubro. Local: Parque Ecológico da Moçota

1 – Mario Celso Ribeiro da Luz – Oficinas Cultural e Recreativa  
Situação: HABILITADO



# Município de Caçapava

--- Estado de São Paulo ---

## **ATIVIDADE CULTURAL DO PROGRAMA CAÇAPAVA DE SÃO JOÃO** – Dias 13 e 15 de outubro.

Local: Espaço Cultural Ruy Barbosa

1 - Marcelo Robim da Cunha – Oficina Bonecos e Adereços

Situação: HABILITADO

## **ATIVIDADES ARTÍSTICAS NOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS**

Dia 17 de outubro. Local: Grêmio Cultural Ruy do Pandeiro

1 - Ana Paula dos Santos Prado – Artes Cênicas: Dança (Solo)

Situação: HABILITADA

Dias 13, 16 e 20 de outubro. Local: Grêmio Cultural Ruy do Pandeiro

1 - Vera Lúcia Valério de Paula – Oficina: Artesanato

Situação: HABILITADA

Dias 14 e 16 de Outubro. Local: Espaço Cultural Ruy Barbosa

1 - Paulo Henrique Santos Natali – Artes Cênicas – Dança (Solo)

Situação: HABILITADO

## **PROJETO ACELERA CULTURA** – Dias 10, 11 e 12 de outubro. Local: Grêmio Cultural Ruy do Pandeiro

1 - Mário Harada Junior – Apresentação musical: Banda (6 integrantes)

Situação: HABILITADO

## **3ª SEMANA DE CINEMA** – Dias 9, 10, 12, 14, 16, 17 e 19 de outubro. Local: Espaço Cultural Ruy Barbosa e espaços alternativos

1 - Júlio César Scarpelli – Artes Visuais – Artista Audiovisual

Situação: HABILITADO

2 - Bruce Willian Santos Rosa – Apresentação musical: Trio

Situação: HABILITADO

3 - Marcelo Ferreira da Silva – Apresentação musical: Banda (4 integrantes)

Situação: HABILITADO

4 - Raquel Pereira da Silva – Artes Cênicas: Teatro (Solo)

Situação: HABILITADA

5 - Carlos Augusto Pereira Camara – Apresentação musical: Trio

Situação: HABILITADO

6 - Ericson de Sousa Azevedo – Artes Visuais: Artista Audiovisual

Situação: HABILITADO

7 - Robson Luis Neves – Artes Visuais: Pannel de Grafite

Situação: HABILITADO

8 - Roselene Balbino Simões da Silva - Artes Visuais: Pannel de Grafite



## Município de Caçapava

--- Estado de São Paulo ---

Situação: HABILITADA

9 – Dimas de Oliveira Junior - Artes Visuais: Artista Audiovisual

Situação: HABILITADO

10 – Gael Leite Nunes Lima de Oliveira – Apresentação musical – Banda (4 integrantes)

Situação: HABILITADO

**FESTA DA CAPELA SANTA CRUZ** – Dia 18 de outubro. Local: Capela Santa Cruz

1 – Celso Luiz Batista dos Santos – Apresentação musical: Solo

Situação: HABILITADO

**MÚSICA NO MERCADO** – Dia 25 de outubro. Local: Mercado Municipal

1 – Valdinei dos Santos Carvalho – Apresentação musical - Dupla

Situação: HABILITADO

**EVENTO VEM PRA MOÇOTA (ESPECIAL SACI)** – Dia: 26 de Outubro. Local: Parque Ecológico da Moçota

1 – Ana Paula dos Santos Prado – Artes Cênicas: Dança (Solo)

Situação: HABILITADA

2 – José Roberto Nogueira Barros – Literatura: Contação de Histórias

Situação: HABILITADO

3 – Celso Luiz Batista dos Santos – Apresentação musical: Solo

Situação: HABILITADO

4 – Mário Celso Ribeiro da Luz – Apresentação musical: Banda (6 integrantes)

Oficina: Cultural e Recreativa

Situação: HABILITADO

**PLANO MUNICIPAL DE CULTURA** – Dias 6, 9, 14, 16 e 21 de outubro. Local: Espaço de Inovação Cultural Ruy Barbosa

1 – Maria Bernardino Barros – Oficina: Gestão Cultural

Situação: HABILITADA

Caçapava, 1 de outubro de 2025.

SIMONE DA SILVA SIBILLE  
Secretária de Cultura e Turismo

SMCT - ARTISTAS CONTRATOS PARA ATENDIMENTO DO PROJETO  
BAMAC – BANDA MARCIAL DE CAÇAPAVA NO MÊS DE OUTUBRO POR  
MEIO DO EDITAL Nº 001/SMCT/2025 – CREDENCIAMENTO DE  
MÚSICOS, ARTISTAS E TRABALHADORES DE ARTE E CULTURA -  
PROGRAMA VIVA A CULTURA.

Edição nº 659, 01 de outubro de 2025



## Município de Caçapava

--- Estado de São Paulo ---

### SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

**PROCESSO: 183/2025**

**ARTISTAS CONTRATOS PARA ATENDIMENTO DO PROJETO BAMAC – BANDA MARCIAL DE CAÇAPAVA NO MÊS DE OUTUBRO POR MEIO DO EDITAL Nº 001/SMCT/2025 – CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS, ARTISTAS E TRABALHADORES DE ARTE E CULTURA - PROGRAMA VIVA A CULTURA**

A Prefeitura Municipal de Caçapava, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, torna público a relação dos convocados e contratados para o Projeto BAMAC no mês de outubro de 2025, conforme lista de habilitados publicada em Diário Oficial na data de 17/02/2025 e homologada na data de 21/02/2025, seguindo a classificação por serviços e características do evento. Segue:

**OFICINA BAMAC – BANDA MARCIAL DE CAÇAPAVA** – Datas: 8, 15, 22, 25 e 29 de outubro. Local: Grêmio Cultural, Esportivo e Educacional Ruy do Pandeiro

1 – Rogério Marinho da Cunha – Oficina: Música (Sopro e Percussão)  
Situação: HABILITADO

2 – Ricardo Marinho da Cunha – Oficina: Música (Sopro e Percussão)  
Situação: HABILITADO

**OFICINA BAMAC – BANDA MARCIAL DE CAÇAPAVA** – Datas: 7, 9, 11, 14, 16, 18, 21, 23, 25 e 28 de outubro. – Local: Grêmio Cultural, Esportivo e Educacional Ruy do Pandeiro

3 – Lucas Naressi Schmidt Patto – Oficina: Música  
Situação: HABILITADO

**ESCOLA DE DANÇA BAMAC – BANDA MARCIAL DE CAÇAPAVA** – Datas: 8, 11, 15, 22, 25 e 29 de outubro. Local: Grêmio Cultural, Esportivo e Educacional Ruy do Pandeiro

1 – Alan Marques Pereira - Oficina: Dança (Solo)  
Situação: HABILITADO

Caçapava, 1 de outubro de 2025.

SIMONE DA SILVA SIBILLE  
Secretária de Cultura e Turismo